



## EDITAL DE LICITAÇÃO

### AQUISIÇÃO DE 17 (DEZESSETE) UNIDADES DE NOTEBOOKS.

#### 01. DO PREÂMBULO

|                 |   |         |
|-----------------|---|---------|
| Número de ordem | PROCESSO LICITATÓRIO Nº                                     | 56/2026 |
|                 | PREGÃO ELETRÔNICO Nº  | 08/2026 |
|                 | EDITAL Nº   | 08/2026 |
|                 | UASG  | 929730  |
|                 | NÚMERO PREGÃO<br>ELETRÔNICO<br>CORRESPONDENTE<br>COMPRASGOV | 90008   |

A **CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA**, inscrita no CNPJ sob o número 19.038.603/0001-00, através de seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, inscrito no CPF nº 056.916.036-71, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO, REFERENTE À AQUISIÇÃO DE 17 (DEZESSETE) UNIDADES DE NOTEBOOKS**, conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e alterações posteriores. O objeto deste Edital será executado pelo regime de execução indireta, por preço unitário.

As servidoras Caroline de Souza Lima Paschoal ou Amanda Lima da Paixão, designadas como Pregoeiras pela Portaria nº 01/2026, de 06 de janeiro de 2026, serão responsáveis pelo processamento e julgamento da presente licitação, contando com o devido suporte da equipe de apoio, também nomeada por meio do referido instrumento.





| DADOS ESSENCIAIS PREGÃO ELETRÔNICO                             |   |
|--|---|
| VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO                    | R\$ 178.474,50 (cento e setenta e oito mil e quatrocentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).   |
| DATA E HORÁRIO DA SESSÃO                                       | Em 15 de junho de 2026, às 09 horas – horário de Brasília.  |
| SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: COMPRAS GOV                    | <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>   |
| LINKS / SITES PARA DOWNLOAD DO EDITAL NA ÍNTEGRA               | <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a><br><a href="https://www.camaraextrema.mg.gov.br/licitacoes/">https://www.camaraextrema.mg.gov.br/licitacoes/</a><br><a href="https://cmextrema-mg.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34">https://cmextrema-mg.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34</a> |
| E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DÚVIDAS / ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÃO | <a href="mailto:licitacaoextrema@yahoo.com.br">licitacaoextrema@yahoo.com.br</a>  |
| E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DO EDITAL                              | <a href="mailto:licitacaoextrema@yahoo.com.br">licitacaoextrema@yahoo.com.br</a>  |
| TELEFONE SETOR DE LICITAÇÕES                                   | 35 9 9776-2765.   |
| CRITÉRIO DE JULGAMENTO   | Menor preço unitário  |
| VALOR DO INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE VALORES ENTRE OS     | R\$ 100,00 (cem reais).   |





|   |  |
|---|--|
| LANCES, QUE INCIDIRÁ TANTO EM RELAÇÃO AOS LANCES INTERMEDIÁRIOS QUANTO EM RELAÇÃO À PROPOSTA QUE COBRIR A MELHOR OFERTA |  |
| MODE DE DISPUTA   | Aberto   |
| PREFERÊNCIA EXCLUSIVA PARA ME/EPP OU EQUIPARADAS  | NÃO  |
| LOCAL DE ENTREGA  | Sede da Câmara Municipal de Extrema: Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626. Bairro Ponte Nova. Extrema, MG.  |
| PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM O ANEXO IV DO EDITAL  | Em até no mínimo de duas horas a partir da convocação do pregoeiro no sistema.   |
| DA DATA DE ENTREGA  | O objeto deverá ser entregue com a respectiva nota fiscal em conformidade com o indicado pela Administração na AF (autorização de fornecimento). A autorização de fornecimento será encaminhada para o e-mail da CONTRATADA. Cabe à contratada verificar periodicamente a sua caixa de entrada. Prazo máximo da entrega: em até 30 dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento. |
| AMOSTRA   | NÃO será exigida.  |
| VIGÊNCIA  | O CONTRATO terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026. Não haverá renovação contratual. <b>A garantia ofertada não se extingue com o</b>   |





|                                |  |
|--------------------------------|--|
|                                | <b>término do contrato.</b>  |
| RENOVAÇÃO                      | Não será renovado.   |
| ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO          | Não se aplica.   |
| VISITA TÉCNICA                 | Não se aplica.   |
| PONTO DE DESTAQUE              | <b>Os itens descritos no portal COMPRASGOV CATMAT/CATSERV são apenas para operacionalização do pregão.</b>   |
| DIVERGÊNCIAS<br>CATMAT/CATSERV | <b>Em caso de divergências na descrição do objeto entre o Portal COMPRASGOV (CATMAT/CATSERV) e o Termo de Referência, assim como no edital e em seus demais anexos, a especificação contida no Termo de Referência, no próprio edital e em seus anexos assume primazia absoluta. Essa determinação vigorará em todas as circunstâncias, garantindo a coerência e a integridade das diretrizes estabelecidas para o processo licitatório.</b> |

## 02. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

### 02.01 Aquisição de 17 (DEZESSETE) UNIDADES DE NOTEBOOKS.

**Especificações Técnicas Mínimas:** Processador Intel® Core™ 7 150U, 10 núcleos, cache de 12 MB, frequência máxima de até 5,4 GHz. Sistema Operacional Windows 11 Pro, 64 bits, versão perpétua, original, licenciado e instalado de fábrica, entregue ativado e pronto para uso. Pacote Office Microsoft Office 2024 Professional, original e licenciado, versão perpétua (sem assinatura), fornecido com chave de ativação válida, mídia de instalação ou forma oficial de ativação. Placa de Vídeo Intel® Graphics integrada ao processador. Tela tamanho 16", resolução FHD+, taxa de atualização 60 Hz, brilho mínimo 300 nits, padrão de cores 45% NTSC, tratamento antirreflexo, câmera FHD + IR integrada. Memória RAM capacidade mínima 16 GB, configuração 1 x 16 GB, tipo DDR5, frequência mínima 5600 MT/s. Armazenamento SSD 512 GB,





classe 25 ou superior. Software de Segurança sem antivírus pré-instalado. Teclado e Dispositivos de Entrada teclado padrão Português (Brasil), tecla Copilot, retroiluminado, leitor de impressão digital integrado. Portas de Conectividade o equipamento deverá possuir no mínimo: 1 porta global de headset, 1 porta HDMI 2.1 (TMDS), 2 portas USB 3.2 Type-A Gen 1 (5 Gbit/s), sendo 1 com PowerShare, 1 porta USB 3.2 Type-C Gen 2 (10 Gbit/s) com DisplayPort e Power Delivery, 1 porta Thunderbolt™ 4 (40 Gbit/s) com Power Delivery e DisplayPort, 1 porta Ethernet RJ45 – 1 GbE, 1 leitor de Smart Card (opcional conforme configuração). Slots 1 slot de segurança tipo cunha (Wedge). Dimensões Máximas altura frontal até 1,89 cm, altura traseira até 2,08 cm, largura até 35,8 cm, profundidade até 25,1 cm, peso máximo inicial 1,92 kg. Câmera resolução FHD 1080p a 30 fps, infravermelho (IR), microfones de matriz dupla. Áudio alto-falantes estéreo, tecnologia Waves MaxxAudio® Pro ou equivalente, potência total mínima de 4 W. Conectividade Wireless Intel® Wi-Fi 6E AX211 ou equivalente, configuração 2x2, padrão 802.11ax, Bluetooth® 5.3 integrado. Bateria bateria de 3 células, capacidade mínima 45 Wh, compatível com tecnologia ExpressCharge™. Fonte de Alimentação carregador de 65 W, conector padrão do fabricante ou equivalente, cor neutra (preto, cinza ou similar).

**02.02 Natureza do objeto:** O objeto da presente contratação caracteriza-se como bem comum, de natureza permanente, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado, sendo suas especificações usuais e amplamente comercializadas por diversos fornecedores.

**02.03 Quantitativo:** 17 (dezessete) peças.

**02.04 Prazo do contrato:** A data de vigência do contrato será considerada como a data da última assinatura digital aposta no instrumento contratual, a qual será adotada como data-base para todos os efeitos legais do contrato. Essa data prevalecerá como marco inicial para a contagem de prazos, cumprimento de obrigações e demais efeitos decorrentes do ajuste. Na hipótese de assinatura híbrida, será igualmente considerada como data-base a data da última assinatura digital. Caso o contrato seja



firmado exclusivamente de forma presencial, a data constante na cláusula final do instrumento contratual prevalecerá como marco para o início da contagem dos prazos, obrigações e demais efeitos dele decorrentes. **Prazo:** até 31 de dezembro de 2026. Não haverá renovação contratual.

**02.05** Esses itens não se enquadram como bem de luxo em conformidade com o art. 20 da Lei 14.133/2021.

**02.06** A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações – PAC. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 13 de setembro de 2024 e também no ComprasGov: Linha 004.

**02.07 Quantitativo estimado com distribuição prevista por Unidades Administrativas:**

a) Operacionalização do Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC)

Equipamentos e Material Permanente – 7 unidades - R\$ 73.489,50

b) Sustentação Administrativa e Operacional do Poder Legislativo

Equipamentos e Material Permanente – 10 unidades - R\$ 104.985,00

**02.08 Regime de Execução:** O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário, por entrega imediata. Entrega imediata é aquela que deve ocorrer em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.).

**03. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**03.01** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será DESCLASSIFICADO e estará sujeito às sanções previstas na legislação.

**03.02** Todos os documentos deste Edital são complementares entre si. Caso haja alguma omissão em um pode ser complementado por outro desde que descrito no





próprio edital ou anexo deste, sem que haja conflito de interesse.

**03.03 Admissibilidade da Assinatura Digital:** Para a formalização dos contratos relacionados a este edital, é permitida a utilização de assinatura digital, que deve ser realizada em conformidade com a legislação vigente.

**03.04 Responsável pela Assinatura:** A assinatura digital deve ser realizada exclusivamente pela pessoa física que atua como administradora da empresa, ou pelo seu representante legal, sendo vedada a assinatura pela pessoa jurídica.

**03.05 Validade e Conformidade:** A assinatura digital deve atender aos requisitos legais de segurança e autenticidade, garantindo a validade jurídica dos documentos eletrônicos.

**03.06** No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.

**03.07** Durante a **realização do presente Pregão Eletrônico**, o único meio hábil, legítimo e reconhecido para a comunicação entre os licitantes e a Administração Pública será exclusivamente por intermédio do sistema ComprasGov.br. Quaisquer mensagens, pedidos de esclarecimentos, ou manifestações enviadas durante a sessão do pregão eletrônico por outros meios, especialmente por e-mail não serão





apreciadas, analisadas ou respondidas, não produzindo qualquer efeito jurídico ou valor peticionário. Esta regra visa assegurar o princípio da transparência, da isonomia e da segurança jurídica, garantindo que todas as comunicações ocorram de forma rastreável, pública e acessível a todos os interessados no certame.

**03.08** A modalidade de licitação escolhida para a contratação do objeto é o pregão eletrônico, por se tratar de procedimento caracterizado pela agilidade, competitividade e transparência, especialmente adequado à aquisição de bens e serviços comuns, como no presente caso. O critério de julgamento adotado será o de menor preço unitário, visando assegurar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, mediante a análise do custo total da contratação. O modo de disputa será o aberto, possibilitando a ampla participação dos interessados e promovendo maior concorrência, fator que contribui para a obtenção da melhor proposta em termos econômicos e técnicos. A combinação desses parâmetros — pregão eletrônico, critério de menor preço global por grupo e modo de disputa aberto — mostra-se adequada e eficiente, pois assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando não apenas o custo de aquisição, mas também o custo-benefício ao longo de todo o ciclo de vida do objeto, desde a contratação até sua utilização final. Essa sistemática contribui para a otimização da aplicação dos recursos públicos, garantindo que a contratação seja realizada de forma eficiente, econômica e em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e competitividade.

**03.10 Da subcontratação e da entrega:** É vedada a subcontratação do objeto. A empresa contratada será a única e integralmente responsável pela entrega do objeto contratado, devendo realizá-la diretamente na sede da Câmara Municipal de Extrema, situada no endereço Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, bairro Ponte Nova, em Extrema, MG, sem qualquer custo adicional para a Administração Pública. Fica vedada a prática de triangulação, entendida como o repasse da obrigação de







fornecimento a terceiros estranhos à contratação, inclusive representantes, revendedores ou distribuidores não vinculados diretamente à licitante vencedora. O descumprimento desta cláusula acarretará as sanções previstas neste instrumento, sem prejuízo da rescisão contratual por inexecução total ou parcial do objeto.

### 03.11 JUSTIFICATIVAS:

A presente contratação tem por objeto a aquisição de 17 (dezessete) unidades de notebooks destinados ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e institucionais da Câmara Municipal de Extrema, contemplando tanto a operacionalização do Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC) quanto a sustentação administrativa e operacional do Poder Legislativo.

A aquisição mostra-se necessária em razão da crescente demanda por recursos tecnológicos capazes de assegurar desempenho, segurança, mobilidade, confiabilidade e continuidade das atividades institucionais, considerando a modernização dos processos administrativos, a ampliação dos serviços digitais ofertados à população e a necessidade de compatibilidade com sistemas corporativos atuais e futuros.

Os equipamentos especificados apresentam características técnicas compatíveis com as exigências contemporâneas da Administração Pública, especialmente quanto ao processamento de dados, execução simultânea de múltiplas aplicações, segurança da informação, videoconferências institucionais, utilização de sistemas integrados, produção documental, armazenamento seguro e suporte às atividades legislativas e administrativas.

A configuração mínima exigida, composta por processador Intel® Core™ 7 150U de última geração, memória DDR5 de 16 GB, armazenamento SSD de 512 GB e conectividade avançada, garante elevado desempenho operacional, maior vida útil dos equipamentos e redução de indisponibilidades decorrentes de obsolescência tecnológica precoce.





A exigência do sistema operacional Windows 11 Pro, original e licenciado, bem como do pacote Microsoft Office 2024 Professional em versão perpétua, visa assegurar compatibilidade plena com os sistemas utilizados pela Administração, padronização do ambiente computacional, segurança jurídica quanto ao licenciamento de software e continuidade operacional sem dependência de assinaturas recorrentes. Os requisitos relacionados à conectividade, segurança e ergonomia — tais como leitor biométrico, câmera FHD com infravermelho, Wi-Fi 6E, Bluetooth 5.3, teclado retroiluminado e múltiplas interfaces de comunicação — atendem às necessidades institucionais de mobilidade, autenticação segura, trabalho híbrido, videoconferências oficiais e integração com periféricos e infraestrutura tecnológica existente.

A definição das especificações técnicas mínimas não restringe a competitividade, uma vez que os componentes e padrões descritos são amplamente disponíveis no mercado nacional, fornecidos por diversos fabricantes e distribuidores, caracterizando-se como bem comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O quantitativo de 17 (dezesete) unidades foi estimado conforme levantamento interno das necessidades das unidades administrativas, observando-se critérios de economicidade, eficiência administrativa, continuidade dos serviços públicos e substituição gradativa de equipamentos defasados.

A distribuição prevista contempla:

- a) Operacionalização do Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC): 7 (sete) unidades, destinadas ao suporte direto às atividades de atendimento ao público, operacionalização de sistemas administrativos e execução de serviços digitais;
- b) Sustentação Administrativa e Operacional do Poder Legislativo: 10 (dez) unidades, destinadas às atividades administrativas, legislativas, técnicas e operacionais da Câmara Municipal.

A contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações (PAC), publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 13 de setembro de 2024 e disponibilizado no sistema ComprasGov, Linha 004, demonstrando alinhamento com o planejamento institucional e observância aos princípios da governança das contratações públicas.





O objeto será executado sob o regime de empreitada por preço unitário, com entrega imediata em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento, atendendo às necessidades administrativas de reposição e modernização tecnológica em prazo compatível com a continuidade dos serviços públicos.

Por fim, destaca-se que os itens pretendidos não se enquadram como bens de luxo, em conformidade com o art. 20 da Lei nº 14.133/2021, tratando-se de equipamentos de uso estritamente funcional e institucional, indispensáveis à adequada execução das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Extrema.

A presente contratação revela-se economicamente vantajosa para a Administração Pública, considerando a necessidade de modernização e padronização do parque tecnológico da Câmara Municipal de Extrema, bem como a busca pela eficiência operacional, continuidade dos serviços públicos e redução de custos indiretos relacionados à manutenção de equipamentos obsoletos.

Os notebooks atualmente utilizados por diversos setores administrativos apresentam desgaste natural decorrente do tempo de uso, limitações de desempenho e incompatibilidades com aplicações modernas, circunstâncias que ocasionam lentidão operacional, interrupções frequentes, aumento da necessidade de suporte técnico corretivo e redução da produtividade dos servidores e colaboradores.

A aquisição de equipamentos com configuração tecnológica atualizada proporcionará maior estabilidade operacional, redução significativa de falhas técnicas e diminuição dos custos relacionados à manutenção corretiva, substituição de peças, suporte externo e paralisações de atividades administrativas.

Sob o aspecto econômico, a opção por notebooks com processadores de última geração, memória DDR5, armazenamento SSD e conectividade avançada representa investimento com melhor relação custo-benefício a médio e longo prazo, ampliando a vida útil dos equipamentos e reduzindo a necessidade de novas aquisições em curto período.





A adoção de sistema operacional Windows 11 Pro e do pacote Microsoft Office 2024 Professional em versões perpétuas e devidamente licenciadas também demonstra economicidade, uma vez que elimina custos recorrentes de assinaturas mensais ou anuais, assegurando regularidade contratual, previsibilidade orçamentária e conformidade com a legislação de propriedade intelectual e licenciamento de software.

Além disso, a padronização dos equipamentos contribui para:

- a) redução de custos de suporte técnico e manutenção;
- b) simplificação da gestão de ativos de tecnologia da informação;
- c) maior compatibilidade entre sistemas e periféricos;
- d) otimização dos processos de atualização e configuração;
- e) melhoria da segurança da informação e da gestão de acessos institucionais.

A contratação também observa os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021, estando alinhada ao Plano Anual de Contratações (PAC) da Câmara Municipal de Extrema, o que reforça a adequação do investimento sob a perspectiva orçamentária e administrativa.

O quantitativo estimado foi definido com base em levantamento interno das necessidades reais das unidades administrativas, evitando aquisições excessivas e assegurando compatibilidade entre a demanda institucional e os recursos orçamentários disponíveis.

A divisão da contratação entre o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC) e a estrutura administrativa do Poder Legislativo demonstra racionalidade na aplicação dos recursos públicos, permitindo melhor distribuição dos equipamentos conforme a demanda operacional de cada unidade administrativa.

Adicionalmente, o regime de execução por empreitada por preço unitário e entrega imediata proporciona maior controle financeiro à Administração, permitindo previsibilidade de custos, objetividade na fiscalização contratual e redução de riscos relacionados à execução do objeto.

Dessa forma, conclui-se que a contratação apresenta viabilidade econômica, adequação orçamentária e vantagem administrativa, representando investimento



necessário e proporcional às demandas institucionais da Câmara Municipal de Extrema, com potencial de geração de ganhos de eficiência, produtividade e redução de despesas operacionais futuras.

A exigência apenas dos documentos de habilitação essenciais mostra-se suficiente e adequada para a presente contratação, considerando a natureza do objeto, classificado como bem comum, de natureza permanente, cujas especificações são objetivamente definidas e amplamente disponíveis no mercado. Trata-se da aquisição de notebooks corporativos padronizados, sem elevada complexidade técnica, sem prestação continuada de serviços e sem necessidade de execução especializada de maior risco, circunstâncias que permitem à Administração adotar critérios de habilitação proporcionais e estritamente necessários à garantia do cumprimento das obrigações contratuais. A limitação das exigências documentais ao mínimo indispensável contribui para a ampliação da competitividade, evita restrições indevidas à participação de fornecedores e reduz burocracias excessivas, sem comprometer a segurança e a adequada execução contratual, uma vez que os equipamentos são amplamente comercializados por diversos fabricantes e fornecedores do mercado nacional. Assim, serão exigidos apenas os documentos indispensáveis à comprovação da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e da capacidade mínima necessária ao fornecimento do objeto, observando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Dessa forma, a adoção de habilitação simplificada e essencial mostra-se suficiente para assegurar a contratação adequada, com maior celeridade processual, economicidade e ampla participação de interessados aptos ao fornecimento dos equipamentos.

O intervalo mínimo de diferença entre os lances foi fixado em R\$ 100,00 (cem reais), considerando o valor estimado unitário do objeto, a natureza da contratação e a necessidade de assegurar disputa competitiva, eficiente e operacionalmente adequada durante a fase de lances. O valor definido mostra-se suficiente para estimular a competitividade entre os licitantes, permitindo reduções progressivas e







economicamente relevantes para a Administração, sem ocasionar lances excessivamente reduzidos ou irrisórios que possam comprometer a dinâmica do certame, prolongar desnecessariamente a disputa ou prejudicar sua eficiência operacional. Além disso, o intervalo estabelecido guarda proporcionalidade com o valor estimado do item, correspondente a percentual reduzido do preço de referência, preservando ampla margem para concorrência entre os participantes e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, o critério adotado contribui para a celeridade, racionalidade e efetividade da sessão pública, mantendo equilíbrio entre competitividade, economicidade e eficiência procedimental.

A presente contratação revela-se necessária e plenamente alinhada ao interesse público, tendo em vista a necessidade de fortalecimento da infraestrutura tecnológica da Câmara Municipal de Extrema, condição indispensável para assegurar a continuidade, eficiência, modernização e segurança das atividades administrativas, legislativas e institucionais desenvolvidas pelo Poder Legislativo Municipal. O atual cenário da Administração Pública exige crescente digitalização dos processos internos, ampliação da governança tecnológica, utilização intensiva de sistemas informatizados, tramitação eletrônica de documentos, realização de sessões híbridas, comunicação institucional digital, armazenamento seguro de informações e execução simultânea de múltiplas atividades administrativas e legislativas, circunstâncias que demandam equipamentos modernos, confiáveis e compatíveis com os padrões tecnológicos contemporâneos. A aquisição dos notebooks busca garantir condições adequadas de trabalho aos servidores, setores administrativos, gabinetes parlamentares e demais usuários da estrutura organizacional da Câmara Municipal, proporcionando maior desempenho operacional, estabilidade dos sistemas utilizados, eficiência no processamento de dados, melhoria da produtividade institucional e redução de falhas decorrentes da utilização de equipamentos obsoletos ou tecnologicamente defasados. A solução proposta também atende ao interesse público sob a perspectiva da continuidade administrativa e da eficiência dos serviços públicos, uma vez que equipamentos com desempenho insuficiente comprometem diretamente







a execução das atividades legislativas, administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e de suporte técnico, ocasionando lentidão operacional, interrupções de trabalho, riscos de perda de informações, redução da produtividade e aumento de custos indiretos relacionados à manutenção corretiva e substituições emergenciais. Além disso, os equipamentos especificados apresentam características compatíveis com padrões corporativos de desempenho, segurança e conectividade, incluindo recursos de autenticação biométrica, conectividade avançada, suporte a redes modernas, armazenamento em alta velocidade e capacidade de processamento adequada às demandas institucionais atuais e futuras, garantindo maior vida útil operacional e mitigando riscos de obsolescência precoce.

A contratação também observa os princípios da economicidade e do planejamento administrativo, pois a aquisição de equipamentos atualizados reduz despesas futuras com manutenção frequente, minimiza paralisações operacionais e evita a necessidade de substituições prematuras, assegurando melhor aproveitamento dos recursos públicos ao longo do ciclo de vida dos bens.

Sob o aspecto institucional, a modernização tecnológica fortalece a capacidade operacional do Poder Legislativo Municipal, amplia a eficiência dos fluxos internos de trabalho, favorece a transparência administrativa, melhora a capacidade de resposta da Administração às demandas da sociedade e contribui para a prestação de serviços públicos mais céleres, seguros e eficientes. A contratação também se mostra compatível com as diretrizes de transformação digital da Administração Pública, promovendo integração tecnológica, melhoria da gestão documental, suporte ao trabalho híbrido, ampliação da mobilidade funcional e fortalecimento da segurança da informação no âmbito institucional. Dessa forma, a presente aquisição não constitui mera substituição patrimonial, mas sim medida estratégica de fortalecimento institucional, modernização administrativa e aprimoramento da capacidade operacional da Câmara Municipal de Extrema, evidenciando atendimento direto e concreto ao interesse público primário, à eficiência administrativa e à adequada prestação das funções constitucionais do Poder Legislativo Municipal.





O quantitativo de 17 (dezessete) notebooks foi definido com base nas necessidades operacionais e administrativas da Câmara Municipal de Extrema, considerando a estrutura atualmente em funcionamento, a expansão das atividades institucionais e a implantação do novo anexo destinado ao funcionamento integrado da Unidade de Atendimento Integrado – UAI, Procon Câmara e Casa do Cidadão. A definição da quantidade decorre da necessidade de disponibilização de equipamentos adequados aos servidores e setores vinculados às novas unidades administrativas e de atendimento ao público, garantindo condições tecnológicas compatíveis com a execução das atividades institucionais, atendimento aos cidadãos, tramitação eletrônica de documentos, utilização de sistemas informatizados e execução simultânea de rotinas administrativas e operacionais. Além da ampliação estrutural e funcional dos serviços públicos oferecidos pela Câmara Municipal, verificou-se a existência de equipamentos atualmente em uso com elevado grau de obsolescência tecnológica, desempenho insuficiente e limitações operacionais incompatíveis com as demandas contemporâneas da Administração Pública, especialmente em relação à execução de sistemas modernos, plataformas digitais, videoconferências, processamento de dados e rotinas informatizadas de atendimento e gestão administrativa. A substituição gradual desses equipamentos obsoletos mostra-se necessária para assegurar continuidade operacional, eficiência administrativa, estabilidade dos sistemas utilizados, segurança da informação e melhoria das condições de trabalho dos usuários, evitando falhas recorrentes, lentidão operacional, interrupções de serviço e aumento de custos com manutenção corretiva. O quantitativo também contempla margem de reserva técnica estratégica, destinada a suprir situações emergenciais, substituições temporárias, manutenção de equipamentos em uso, ampliação futura imediata de postos de trabalho e continuidade dos serviços essenciais, evitando paralisações administrativas e prejuízos ao atendimento da população em caso de falhas ou indisponibilidade de equipamentos. Dessa forma, o quantitativo estimado revela-se compatível com a demanda institucional atual, com a expansão da estrutura administrativa e com a necessidade





de manutenção da continuidade, eficiência e modernização dos serviços públicos prestados pela Câmara Municipal de Extrema.

As especificações técnicas definidas para os notebooks objeto da presente contratação foram estabelecidas com fundamento nas necessidades operacionais reais da Câmara Municipal de Extrema, observando critérios de desempenho, durabilidade, segurança, compatibilidade tecnológica, padronização administrativa e continuidade operacional, sem direcionamento de marca ou modelo específico, preservando a ampla competitividade do certame. Os requisitos técnicos adotados representam padrões corporativos amplamente disponíveis no mercado nacional, compatíveis com equipamentos profissionais destinados ao uso institucional contínuo, permitindo a participação de diversos fabricantes e fornecedores especializados do segmento de tecnologia da informação.

As especificações foram elaboradas considerando a necessidade de atendimento eficiente das atividades administrativas, legislativas, técnicas e de atendimento ao público desenvolvidas no âmbito da Câmara Municipal, especialmente em ambientes com utilização simultânea de múltiplos sistemas, videoconferências, tramitação eletrônica de documentos, aplicações corporativas, navegação segura, processamento de dados e integração com plataformas digitais governamentais. A exigência de processador Intel® Core™ 7 150U ou equivalente decorre da necessidade de garantir desempenho adequado para execução multitarefa, estabilidade operacional, maior capacidade de processamento e compatibilidade com aplicações corporativas modernas, evitando limitações de desempenho e reduzindo riscos de obsolescência precoce durante a vida útil estimada dos equipamentos. A adoção de memória RAM DDR5 com frequência mínima de 5600 MT/s justifica-se pela necessidade de maior velocidade de processamento, eficiência energética, melhor desempenho multitarefa e compatibilidade com arquiteturas computacionais atuais e futuras, assegurando maior longevidade tecnológica aos equipamentos e melhor aproveitamento dos recursos públicos investidos. A exigência de porta Thunderbolt™ 4 ou equivalente atende à necessidade institucional de conectividade avançada, transferência de dados em alta velocidade, compatibilidade com estações





de trabalho, monitores externos, dispositivos modernos e futuras expansões tecnológicas, tratando-se de recurso já consolidado em equipamentos corporativos de padrão profissional.

A opção pelo fornecimento do Microsoft Office 2024 Professional em licença perpétua decorre da necessidade de previsibilidade orçamentária, continuidade operacional e eliminação de custos recorrentes com assinaturas periódicas, garantindo à Administração autonomia de utilização contínua do software sem dependência de renovações futuras.

A especificação de tela de 16 polegadas com resolução FHD+ possui fundamento ergonômico e operacional, proporcionando melhor área útil de trabalho, conforto visual, produtividade e eficiência na utilização simultânea de documentos, sistemas administrativos, planilhas, relatórios e plataformas institucionais, especialmente em jornadas prolongadas de trabalho.

A exigência de recursos de autenticação biométrica, como leitor de impressão digital e câmera infravermelha (IR), decorre da necessidade de fortalecimento da segurança da informação, controle de acesso aos equipamentos e proteção de dados institucionais, em conformidade com boas práticas contemporâneas de segurança digital no setor público.

A adoção do sistema operacional Windows 11 Pro justifica-se pela ampla compatibilidade com os sistemas utilizados pela Administração Pública, suporte a recursos corporativos de rede, gerenciamento avançado, políticas de segurança, autenticação em domínio e integração com a infraestrutura tecnológica institucional existente.

A exigência de conectividade Wi-Fi 6E e Bluetooth® 5.3 fundamenta-se na necessidade de compatibilidade com padrões modernos de comunicação sem fio, maior estabilidade de conexão, melhor desempenho em ambientes com múltiplos dispositivos conectados e adequação às futuras evoluções da infraestrutura de rede institucional.

A vedação ao fornecimento de antivírus pré-instalado possui fundamento técnico e administrativo, considerando que a Administração poderá adotar solução



corporativa própria de segurança digital, evitando conflitos de licenciamento, incompatibilidades entre softwares de proteção, consumo desnecessário de recursos computacionais e custos redundantes decorrentes de licenças não utilizadas.

As especificações estabelecidas, portanto, não possuem caráter restritivo ou direcionador, mas refletem parâmetros mínimos necessários para assegurar desempenho adequado, segurança operacional, eficiência administrativa, padronização tecnológica e utilização sustentável dos equipamentos ao longo de sua vida útil, observando os princípios da economicidade, competitividade e interesse público.

Os equipamentos objeto da presente contratação não se caracterizam como bens de luxo, uma vez que suas especificações técnicas possuem natureza estritamente funcional, corporativa e operacional, sendo compatíveis com as necessidades institucionais da Câmara Municipal de Extrema e com os padrões atualmente exigidos para a adequada execução das atividades administrativas, legislativas e de atendimento ao público.

As configurações estabelecidas não representam sofisticação excessiva, acabamento diferenciado, personalização estética, exclusividade comercial ou características voltadas ao uso recreativo, ostentatório ou de alto padrão incompatível com a Administração Pública. Ao contrário, tratam-se de especificações amplamente utilizadas em equipamentos corporativos modernos destinados ao ambiente profissional e institucional.

A exigência de processador de desempenho intermediário-superior, memória RAM DDR5, armazenamento SSD, conectividade avançada, recursos de segurança biométrica e compatibilidade com redes modernas decorre exclusivamente da necessidade de assegurar desempenho adequado, estabilidade operacional, segurança da informação, vida útil prolongada e capacidade de atendimento às demandas tecnológicas contemporâneas da Administração Pública.

Os requisitos técnicos definidos buscam evitar aquisição de equipamentos com desempenho insuficiente ou tecnologicamente defasados, circunstância que poderia







ocasionar obsolescência precoce, necessidade de substituições antecipadas, aumento de custos de manutenção e prejuízos à continuidade dos serviços públicos.

Da mesma forma, itens como tela de 16 polegadas, sistema operacional profissional, conectividade Wi-Fi 6E, portas de expansão modernas e recursos de autenticação biométrica constituem padrões corporativos atualmente adotados em equipamentos destinados ao uso institucional contínuo, especialmente em ambientes administrativos que exigem produtividade, mobilidade, segurança e integração tecnológica.

O fornecimento de licença perpétua do pacote Office também não configura item de luxo, mas medida de racionalidade administrativa e economicidade, destinada a evitar despesas recorrentes com assinaturas periódicas e garantir continuidade operacional dos serviços públicos.

Além disso, as especificações adotadas encontram ampla oferta no mercado nacional, sendo disponibilizadas por diversos fabricantes e fornecedores, inexistindo direcionamento para produtos exclusivos, premium ou de natureza sofisticada incompatível com o interesse público. Dessa forma, verifica-se que os equipamentos especificados possuem natureza eminentemente funcional e corporativa, estando diretamente relacionados às necessidades operacionais da Câmara Municipal, sem qualquer elemento caracterizador de bem de luxo, ostentação ou despesa supérflua.

A adoção do critério de julgamento pelo menor preço unitário mostra-se adequada à presente contratação em razão da natureza do objeto, classificado como bem comum, cujas especificações técnicas encontram-se objetiva e detalhadamente definidas no instrumento convocatório, permitindo comparação direta entre as propostas apresentadas pelos licitantes. O critério escolhido favorece a ampla competitividade do certame, possibilitando a participação de diversos fornecedores do mercado de tecnologia da informação, sem prejuízo da padronização, da qualidade mínima exigida e do atendimento integral das especificações técnicas estabelecidas pela Administração. A utilização do menor preço unitário também contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, permitindo disputa mais eficiente entre os participantes, ampliação da economicidade e







racionalização da aplicação dos recursos públicos, especialmente considerando que os equipamentos possuem características padronizadas e fornecimento amplamente disponível no mercado nacional. Além disso, o julgamento por menor preço unitário proporciona maior transparência, objetividade e simplicidade na análise das propostas, reduzindo subjetividades e assegurando tratamento isonômico entre os licitantes, uma vez que a comparação ocorrerá com base em critérios exclusivamente objetivos e previamente definidos. O modelo adotado também favorece o controle administrativo, a gestão contratual e eventual necessidade futura de acréscimos quantitativos legalmente admitidos, permitindo clara identificação do valor individual de cada equipamento adquirido. Dessa forma, o critério de menor preço unitário revela-se tecnicamente adequado, economicamente vantajoso e compatível com a natureza padronizada do objeto, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Não se mostra tecnicamente recomendável o parcelamento do objeto da presente contratação, tendo em vista que a aquisição consiste em item único e homogêneo, composto por notebooks corporativos com especificações padronizadas e destinados à utilização integrada no âmbito da Câmara Municipal de Extrema. A contratação em lote único favorece a padronização tecnológica da infraestrutura de tecnologia da informação da Administração, assegurando uniformidade de configuração, compatibilidade operacional, integração entre os equipamentos e simplificação dos procedimentos de instalação, configuração, gerenciamento patrimonial e suporte técnico.

A padronização dos equipamentos proporciona maior eficiência administrativa e operacional, especialmente no que se refere à gestão dos ativos de TI, atualização de sistemas, manutenção preventiva e corretiva, controle de inventário, aplicação de políticas de segurança da informação e compatibilidade com softwares e periféricos utilizados pela instituição. Além disso, a concentração do fornecimento em um único contratado reduz riscos de incompatibilidade entre equipamentos de diferentes fabricantes ou modelos, evitando divergências de desempenho, drivers, conectividade, componentes internos e recursos tecnológicos, circunstâncias que





poderiam comprometer a estabilidade operacional e aumentar a complexidade da gestão tecnológica institucional. A ausência de parcelamento também contribui para maior eficiência logística e contratual, facilitando o acompanhamento da execução, o recebimento dos equipamentos, o acionamento de garantia, o suporte técnico e eventual substituição de componentes, reduzindo custos administrativos relacionados à gestão de múltiplos fornecedores.

Sob o aspecto econômico, a contratação unificada possibilita ganho de escala e ampliação da competitividade, favorecendo a obtenção de melhores condições comerciais, preços mais vantajosos e racionalização da aplicação dos recursos públicos.

Adicionalmente, considerando que o objeto possui ampla oferta no mercado nacional e pode ser integralmente fornecido por diversos distribuidores e fabricantes especializados, a adoção de lote único não compromete a competitividade do certame nem restringe a participação de interessados aptos ao fornecimento.

Dessa forma, a ausência de parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, padronização tecnológica e interesse público.

A exigência de apresentação de amostra ou realização de teste prévio dos equipamentos não se mostra necessária para a presente contratação, tendo em vista que o objeto possui características padronizadas, amplamente conhecidas e disponíveis no mercado, com especificações técnicas objetivas, detalhadas e suficientemente definidas no Termo de Referência.

Os requisitos técnicos estabelecidos permitem avaliação precisa da compatibilidade das propostas mediante análise documental, catálogos técnicos, fichas de especificação do fabricante, manuais, certificados e demais documentos comprobatórios a serem apresentados pelos licitantes, sendo suficientes para verificação do atendimento integral às exigências da Administração.

Além disso, os notebooks especificados constituem equipamentos corporativos de fabricação seriada, produzidos em escala industrial e comercializados regularmente no mercado nacional por diversos fabricantes e fornecedores,



inexistindo peculiaridades técnicas que justifiquem a necessidade de validação prática prévia mediante apresentação física de amostra.

A exigência de amostras poderia acarretar aumento desnecessário da burocracia administrativa, elevação de custos indiretos para os participantes, redução da competitividade do certame e ampliação do prazo de conclusão do procedimento licitatório, sem ganho proporcional de segurança técnica para a Administração. Ressalta-se ainda que eventual desconformidade entre os equipamentos fornecidos e as especificações exigidas poderá ser verificada no momento do recebimento provisório e definitivo do objeto, ocasião em que a Administração realizará conferência técnica e análise de conformidade dos bens entregues, podendo recusar equipamentos incompatíveis com as exigências contratuais.

Dessa forma, considerando a natureza padronizada do objeto, a objetividade das especificações técnicas e a ampla disponibilidade comercial dos equipamentos, conclui-se que a apresentação de amostras ou realização de testes prévios é medida desnecessária para assegurar a adequada execução da contratação.

A exigência de suporte técnico especializado visa assegurar maior segurança operacional à Administração, permitindo atendimento adequado em situações de falhas técnicas, defeitos de hardware, incompatibilidades ou problemas de funcionamento que eventualmente venham a ocorrer durante o período de utilização dos equipamentos. A definição de garantia mínima compatível com padrões corporativos de mercado possui fundamento na necessidade de obtenção de equipamentos confiáveis, duráveis e adequados ao uso institucional contínuo, especialmente considerando a intensidade de utilização típica do ambiente administrativo público. Quanto à forma de atendimento, a previsão de suporte on-site ou, alternativamente, atendimento em rede autorizada/balcão, busca assegurar viabilidade operacional e ampla competitividade do certame, permitindo que diferentes fabricantes e fornecedores participem da contratação sem comprometer a efetividade da assistência técnica necessária à Administração. O atendimento on-site, quando disponibilizado, proporciona maior agilidade na resolução de falhas, reduzindo tempo de indisponibilidade dos equipamentos e minimizando impactos operacionais. Já o





suporte via rede autorizada ou atendimento em balcão constitui solução amplamente adotada no mercado corporativo, apta a garantir manutenção adequada e suporte especializado, desde que observados prazos razoáveis de atendimento e solução.

A cobertura contra defeitos de fabricação e falhas de funcionamento mostra-se indispensável para assegurar que os equipamentos fornecidos atendam aos requisitos mínimos de qualidade, desempenho e confiabilidade exigidos pela Administração Pública, evitando prejuízos decorrentes da aquisição de bens inadequados ou com vida útil reduzida. A exigência de garantia também contribui para maior economicidade da contratação, pois reduz despesas futuras com reparos prematuros, substituição de componentes e contratações emergenciais de manutenção, promovendo melhor aproveitamento dos recursos públicos investidos.

Dessa forma, as condições de garantia e suporte técnico estabelecidas mostram-se proporcionais, necessárias e compatíveis com a natureza do objeto contratado, assegurando continuidade operacional, segurança tecnológica, eficiência administrativa e proteção ao interesse público.

A presente contratação mostra-se vantajosa para a Administração Pública sob os aspectos técnico, operacional e econômico, considerando a relação custo-benefício proporcionada pela aquisição de equipamentos modernos, duráveis e compatíveis com as demandas institucionais atuais e futuras da Câmara Municipal de Extrema.

Os notebooks especificados possuem configuração corporativa adequada para utilização contínua em atividades administrativas, legislativas e de atendimento ao público, oferecendo desempenho compatível com sistemas modernos, processamento simultâneo de aplicações, videoconferências, tramitação eletrônica de documentos e demais rotinas informatizadas desenvolvidas pela instituição.

A adoção de equipamentos com arquitetura tecnológica atualizada contribui para maior vida útil operacional, reduzindo riscos de obsolescência precoce e evitando a necessidade de substituições antecipadas, circunstância que representa melhor aproveitamento dos recursos públicos investidos e maior retorno institucional ao longo do ciclo de utilização dos bens.





Além disso, a utilização de componentes modernos, como armazenamento SSD, memória DDR5, conectividade avançada e processadores de alto desempenho energético, tende a reduzir falhas operacionais, lentidão sistêmica e indisponibilidades frequentes, minimizando custos indiretos relacionados à manutenção corretiva, perda de produtividade e interrupções de serviço.

A padronização tecnológica dos equipamentos também gera ganhos administrativos relevantes, facilitando procedimentos de suporte técnico, configuração, atualização de sistemas, controle patrimonial, gestão de ativos de tecnologia da informação e integração com a infraestrutura computacional existente. A contratação apresenta vantagem adicional em razão da inclusão de sistema operacional profissional e pacote Office em licença perpétua, eliminando custos recorrentes com assinaturas periódicas e proporcionando maior previsibilidade orçamentária para a Administração.

Sob o aspecto operacional, a solução permitirá melhoria da produtividade institucional, maior agilidade na execução das atividades administrativas, redução do tempo de resposta dos sistemas utilizados e melhor desempenho das rotinas de trabalho desenvolvidas pelos servidores e setores administrativos da Câmara Municipal.

A aquisição também tende a reduzir despesas futuras com manutenção de equipamentos antigos e tecnologicamente defasados, cujos custos de reparo, substituição de peças e suporte corretivo frequentemente tornam-se economicamente desvantajosos em comparação à renovação planejada do parque tecnológico.

Dessa forma, verifica-se que a contratação proposta apresenta adequada relação entre custo, desempenho, durabilidade e eficiência operacional, revelando-se técnica e economicamente vantajosa para a Administração Pública e compatível com os princípios da economicidade, eficiência. A exigência de fornecimento do pacote Microsoft Office 2024 Professional em licença perpétua mostra-se tecnicamente e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública, considerando a natureza contínua das atividades institucionais desenvolvidas pela Câmara Municipal







de Extrema e a necessidade de utilização permanente das ferramentas de produtividade administrativa.

A opção pela licença perpétua visa garantir à Administração o direito de uso definitivo do software, sem dependência de renovações periódicas, assinaturas mensais ou cobranças anuais recorrentes, proporcionando maior segurança operacional, estabilidade contratual e autonomia tecnológica durante toda a vida útil dos equipamentos. Sob o aspecto econômico, a solução adotada reduz custos recorrentes de licenciamento ao longo do tempo, evitando despesas continuadas que poderiam gerar impacto orçamentário permanente para a Administração Pública. A aquisição definitiva do software proporciona melhor previsibilidade financeira e maior controle dos gastos públicos relacionados à infraestrutura tecnológica institucional.

A adoção de licença perpétua também contribui para maior estabilidade operacional, evitando riscos de suspensão de funcionalidades, bloqueios de acesso, interrupções de uso ou limitações decorrentes de eventual inadimplemento contratual futuro, atraso em renovações ou descontinuidade de assinaturas. Além disso, a escolha da licença perpétua mostra-se compatível com o perfil de utilização da Administração Pública, cuja necessidade principal consiste na utilização contínua de ferramentas consolidadas de edição de textos, planilhas, apresentações e produtividade administrativa, sem dependência obrigatória de serviços adicionais vinculados a modelos de assinatura em nuvem. A solução adotada também favorece a racionalização administrativa e a simplificação da gestão contratual, eliminando a necessidade de procedimentos periódicos de renovação, acompanhamento de vencimentos de licenças, recontrações sucessivas ou controle contínuo de assinaturas individuais. Ressalta-se ainda que a exigência não possui caráter restritivo, uma vez que licenças perpétuas do Microsoft Office permanecem amplamente disponíveis no mercado nacional por meio de fabricantes, revendedores autorizados e distribuidores especializados.

Dessa forma, a escolha da licença perpétua do Microsoft Office mostra-se adequada, econômica e compatível com o interesse da Administração Pública,







assegurando continuidade operacional, previsibilidade orçamentária, redução de custos recorrentes e melhor aproveitamento dos recursos públicos investidos.

Após análise das alternativas disponíveis para atendimento da demanda institucional, concluiu-se que a aquisição definitiva dos notebooks mostra-se mais vantajosa para a Câmara Municipal de Extrema do que a adoção de solução baseada em locação, cessão de uso ou terceirização de equipamentos de tecnologia da informação.

A natureza contínua, permanente e estratégica das atividades administrativas, legislativas e de atendimento ao público desenvolvidas pela instituição exige disponibilidade constante dos equipamentos, circunstância que torna economicamente mais eficiente a incorporação definitiva dos bens ao patrimônio público.

A solução de locação implicaria geração de despesas continuadas e recorrentes durante todo o período de utilização dos equipamentos, com pagamentos mensais ou periódicos que, ao longo do tempo, tenderiam a superar significativamente o custo da aquisição definitiva, especialmente considerando a vida útil estimada dos notebooks corporativos especificados.

Além disso, a aquisição proporciona maior previsibilidade orçamentária e melhor controle financeiro pela Administração, evitando dependência de contratos continuados, reajustes periódicos, renovações sucessivas e custos futuros variáveis típicos de modelos locatícios ou terceirizados.

A incorporação dos equipamentos ao patrimônio público também assegura maior autonomia administrativa e operacional, permitindo à Câmara Municipal gerir diretamente a utilização, configuração, remanejamento e controle dos ativos tecnológicos conforme suas necessidades institucionais, sem limitações contratuais frequentemente associadas a soluções locadas.

Outro fator relevante consiste na padronização tecnológica e integração dos equipamentos à infraestrutura institucional existente, circunstância que se mostra mais eficiente em modelo de aquisição definitiva, permitindo maior estabilidade





operacional, uniformidade de configuração e melhor gerenciamento da segurança da informação.

A solução locada ou terceirizada também poderia acarretar maior complexidade contratual, dependência contínua do fornecedor, limitações de customização dos equipamentos, restrições de uso e potenciais dificuldades relacionadas à gestão de suporte, substituições, renovação contratual e disponibilidade operacional.

Ressalta-se ainda que os notebooks especificados possuem características corporativas modernas e vida útil estimada compatível com utilização prolongada pela Administração, circunstância que amplia a vantajosidade econômica da aquisição definitiva e reduz a necessidade de substituições frequentes.

Sob o aspecto patrimonial, a aquisição permite que os equipamentos permaneçam integrando o patrimônio público ao final do período contratual, garantindo retorno institucional efetivo do investimento realizado e melhor aproveitamento dos recursos públicos empregados.

Dessa forma, verifica-se que a aquisição definitiva dos equipamentos apresenta melhor relação custo-benefício, maior eficiência administrativa, menor custo global ao longo do ciclo de vida dos bens e maior adequação às necessidades permanentes da Câmara Municipal de Extrema, mostrando-se mais vantajosa do que a adoção de solução locada ou terceirizada.

As especificações técnicas dos notebooks foram definidas considerando a necessidade de plena compatibilidade com a infraestrutura tecnológica atualmente existente na Câmara Municipal de Extrema, garantindo integração eficiente com os sistemas institucionais, rede corporativa, serviços internos e padrões operacionais já adotados pela Administração.

A solução proposta foi planejada para assegurar interoperabilidade com os sistemas administrativos, legislativos, contábeis, financeiros, jurídicos, de protocolo, tramitação eletrônica de documentos e demais aplicações utilizadas rotineiramente pelos setores da Câmara Municipal, evitando incompatibilidades técnicas, interrupções operacionais ou necessidade de adaptações estruturais adicionais.



A exigência do sistema operacional Windows 11 Pro decorre, entre outros fatores, da necessidade de compatibilidade com o ambiente corporativo existente, especialmente no que se refere à integração com domínio institucional, políticas de rede, autenticação de usuários, compartilhamento de arquivos, gerenciamento centralizado e demais recursos utilizados na infraestrutura de tecnologia da informação da Administração.

As configurações de conectividade previstas, incluindo portas de rede, conexões USB de alta velocidade, HDMI, Thunderbolt™, Wi-Fi 6E e Bluetooth®, foram estabelecidas para assegurar plena integração com os equipamentos periféricos, impressoras, monitores, projetores, servidores, dispositivos móveis e demais recursos tecnológicos já utilizados pela instituição.

A padronização tecnológica dos equipamentos também contribui para maior eficiência no gerenciamento da infraestrutura de TI, permitindo uniformidade de configuração, facilidade de manutenção, atualização simplificada de sistemas, aplicação centralizada de políticas de segurança da informação e redução da complexidade operacional do ambiente computacional institucional.

Além disso, a compatibilidade com os softwares corporativos atualmente utilizados pela Câmara Municipal constitui requisito essencial para assegurar continuidade administrativa, preservação da produtividade dos usuários e eliminação de riscos relacionados à indisponibilidade ou funcionamento inadequado de sistemas críticos à atividade institucional.

A exigência de hardware atualizado e compatível com padrões modernos de conectividade e processamento também visa garantir adequada integração futura com expansões tecnológicas da Administração, preservando a capacidade de atualização da infraestrutura institucional sem necessidade de substituições prematuras dos equipamentos.

Dessa forma, as especificações adotadas foram definidas de maneira a assegurar plena compatibilidade com a infraestrutura tecnológica existente, promovendo integração operacional, continuidade dos serviços, segurança da



informação, padronização administrativa e eficiência na gestão dos recursos de tecnologia da informação da Câmara Municipal de Extrema.

Não será permitida a subcontratação do objeto, tampouco a prática de triangulação comercial, tendo em vista a necessidade de preservação da responsabilidade direta da contratada pela integral execução do fornecimento, garantia, suporte técnico e demais obrigações decorrentes da contratação.

A vedação mostra-se adequada em razão da natureza do objeto, consistente no fornecimento de equipamentos de tecnologia da informação padronizados, cuja execução não demanda fracionamento operacional ou divisão técnica entre múltiplos agentes econômicos, sendo plenamente possível que o fornecimento seja realizado diretamente pela empresa contratada. A subcontratação poderia comprometer o controle administrativo da execução contratual, dificultar a fiscalização, gerar insegurança quanto à rastreabilidade dos equipamentos fornecidos, ampliar riscos de descumprimento das especificações técnicas e ocasionar conflitos relacionados à responsabilidade por garantia, suporte técnico, entrega e assistência pós-venda.

Além disso, a vedação busca assegurar maior segurança jurídica, eficiência contratual e transparência na execução do objeto, evitando intermediações indevidas, repasses sucessivos, sobreposição de responsabilidades e situações que possam comprometer a qualidade dos equipamentos ou dificultar eventual responsabilização da contratada. A proibição de triangulação comercial também possui fundamento na necessidade de preservação da regularidade da cadeia de fornecimento, da autenticidade dos produtos ofertados e da adequada identificação da origem dos equipamentos, licenças e garantias fornecidas à Administração Pública. Tal medida reduz riscos relacionados ao fornecimento de equipamentos sem procedência regular, problemas de cobertura de garantia junto ao fabricante, inconsistências de licenciamento de software e dificuldades futuras no acionamento de suporte técnico ou assistência autorizada.

A vedação igualmente favorece maior eficiência na gestão contratual, permitindo interlocução direta entre Administração e contratada, simplificando procedimentos de fiscalização, recebimento, acionamento de garantia e eventual aplicação de penalidades. Ressalta-se que a medida não compromete a



competitividade do certame, considerando que o objeto possui ampla disponibilidade no mercado nacional e pode ser integralmente fornecido por diversos fornecedores especializados em equipamentos de tecnologia da informação.

Dessa forma, a não permissão de subcontratação e triangulação revela-se medida necessária e proporcional para assegurar controle administrativo, segurança contratual, qualidade do fornecimento, efetividade da garantia e proteção do interesse público.

#### 04. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

04.01. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pelas seguintes dotações e fichas:

**Dotação: 4.4.90.52.19**

**Ficha: 61**

**Resumo: EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS**

**Dotação: 4.4.90.52.19**

**Ficha: 11**

**Resumo: EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS**

**Dotação: 4.4.90.52.19**

**Ficha: 23**

**Resumo: EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS**

#### 05. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados pessoa jurídica que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), do ramo pertinente ao objeto.







5.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.5.1 É admitida a participação de empresas constituídas em consórcio, que deverão atender às condições previstas no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021, com vistas à ampliação da competitividade, de forma a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.6. **Não poderão disputar esta licitação:**

5.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;







5.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.7.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.7.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.7.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.7.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.7.5. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.7.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.7.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. O impedimento de que trata o item 5.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou





coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.7.2 e 5.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.11. O disposto nos itens 5.7.2 e 5.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.13. A vedação de que trata o item 5.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **06. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO/ DE SUA FASE/ DA PROPOSTA**

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



**6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema



eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6.16 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

a) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria ou Certificado do MEI - CCMEI, se for o caso;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);





- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** da sede ou domicílio do licitante;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede ou domicílio do licitante;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e a **Seguridade Social**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

#### **6.16.1 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:**

6.16.1.1. As provas de regularidades poderão se Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

#### **6.17 DA FASE DE HABILITAÇÃO**



6.17.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.17.2 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou certificados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.17.3 É permitida a participação de empresas em consórcio.

6.17.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.

6.17.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.17.6 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, as declarações.

6.17.07 Não será exigida visita técnica para execução do objeto desse edital.

6.17.08 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por e-mail [licitacaoextrema@yahoo.com.br](mailto:licitacaoextrema@yahoo.com.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

6.17.09 A habilitação será verificada por meio dos documentos enviados no sistema em conformidade com os documentos solicitados e enviados.

6.17.10 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.



6.17.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.17.12 A não observância do disposto no item 6.17.11 poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.17.13 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.17.13.1 O prazo para envio da proposta e da documentação de habilitação será de 02 (duas) horas, contado a partir da convocação pelo Pregoeiro no sistema. Eventual pedido de prorrogação deverá ser formalizado dentro desse período, podendo o prazo ser prorrogado pelo Pregoeiro, mediante solicitação apresentada pelo licitante.

6.17.14 **É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos, inclusive para a realização de diligências, abrangendo também a fase de proposta e de habilitação. Toda prorrogação, bem como sua comunicação, deverá ocorrer exclusivamente por meio do sistema. Em nenhuma hipótese será admitido o envio de documentos relativos às fases de propostas e habilitação por e-mail. Da mesma forma, eventuais pedidos de prorrogação por parte das licitantes deverão ser realizados exclusivamente pelo sistema.**

6.17.15 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.17.16 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.17.17 Relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.



6.17.18 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, artigo 64):

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.17.19 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão registrada no chat do sistema, acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.17.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.17.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.17.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

6.17.23 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E DA SUA FASE

7.1. O licitante **DEVERÁ** enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos, com duas casas decimais.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.





7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, bem como a entrega do bem e/ou realização dos serviços na sede da Câmara Municipal de Extrema ou local indicado no município de Extrema.

**7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 90 (noventa) dias.

7.9.1 O licitante deverá garantir a entrega dos itens e/ou a execução do objeto.

7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos quando participarem de licitações públicas.





7.10.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

7.10.1.1 Nos termos do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser considerada inexequível (dada a presunção relativa da inexequibilidade) a proposta que apresentar valores que não sejam compatíveis com os custos necessários para a adequada execução do objeto licitado. Ressalta-se que a análise da exequibilidade deverá abranger não apenas o valor global da proposta apresentada, mas também seus valores unitários, de forma a assegurar a viabilidade econômico-financeira da contratação em todos os seus aspectos. A Administração reserva-se o direito de solicitar comprovações e esclarecimentos que julgar pertinentes para aferição da viabilidade da proposta, podendo desclassificar a licitante em caso de comprovação de inexequibilidade em qualquer um dos níveis mencionados, cabendo à licitante demonstrar a sua exequibilidade.

7.10.1.2 O orçamento estimado estabelecido pela Administração é o preço máximo aceitável.

7.10.1.3 O art. 59 da Lei 14.133/2021, em seu inciso III trata do atendimento ao orçamento estimado (preço máximo) definido pela Administração. Nesse caso, se após a negociação com o licitante provisoriamente vencedor, a proposta permanecer acima do orçamento estimado, ela será desclassificada.

7.10.2 Não sendo oferecida garantia expressa na proposta de preços, a mesma será de doze meses para todos os efeitos. A finalização da vigência contratual não se confunde com a vigência da garantia, que não se extingue com a vigência contratual.

7.10.3 **A proposta adequada ao preço final deverá ser redigida preferencialmente no modelo deste edital, preenchida com todos os dados solicitados; redigida em Língua Portuguesa e com duas casas decimais.**

7.11 **SE DECLARADO COMO O VENCEDOR, O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR A SUA PROPOSTA FINAL, AJUSTADA, DEVIDAMENTE ASSINADA, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO DESTA EDITAL, SOB PENA DE SER DESCLASSIFICADO.**





**7.12** Itens cuja marca e modelo sejam imprescindíveis é obrigatório o preenchimento em campo próprio sob pena de desclassificação.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



8.9. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de: R\$ 100,00 (cem reais);**

8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



- 8.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.







O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



- 8.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 8.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 8.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 8.22.2.2. empresas brasileiras;
- 8.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 8.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 8.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos





complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. **SE DECLARADO COMO O VENCEDOR, O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA FINAL, AJUSTADA, DEVIDAMENTE ASSINADA, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO DESTES EDITAL, SOB PENA DE SER DESCLASSIFICADO.**

8.23.5. Será concedido o prazo de até 2 (duas) horas para envio dos documentos solicitados, inclusive aqueles relativos à habilitação, contado da convocação pelo sistema, podendo ser prorrogado pelo pregoeiro, quando necessário à adequada instrução do processo. É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos, inclusive para a realização de diligências, abrangendo também a fase de habilitação. Toda prorrogação, bem como sua comunicação, deverá ocorrer exclusivamente por meio do sistema. Em nenhuma hipótese será admitido o envio de documentos relativos às fases de propostas e habilitação por e-mail. Da mesma forma, eventuais pedidos de prorrogação por parte das licitantes deverão ser realizados exclusivamente pelo sistema.

8.23.6 Os prazos para envio da proposta final adequada bem como dos documentos de habilitação serão de, no mínimo, até duas horas.

8.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.25 O **licitante** ou o **contratado** será responsabilizado administrativamente pela seguinte infração, nos termos do Inciso V do artigo 155 da Lei 14.133/2021: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

## 9. DA FASE DE JULGAMENTO



9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e demais itens do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.7.1. conter vícios insanáveis;

9.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

9.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;





9.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta, e, se for o caso de desconto, de forma linear em todos os itens de forma igualitária.

9.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.



9.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

9.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

9.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

9.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



9.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.19. Nos termos da legislação aplicável, caso o licitante seja declarado vencedor em razão de critério de desempate que envolva a existência de programa de integridade, o pregoeiro poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação do efetivo cumprimento dessa exigência. A documentação apresentada deverá comprovar, de forma objetiva e suficiente, a existência e a efetiva implementação do programa de integridade no âmbito da empresa, nos termos estabelecidos neste edital. O não atendimento à exigência no prazo fixado poderá acarretar a desclassificação da proposta ou a perda do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.20. A critério do pregoeiro, a comprovação poderá ser exigida nos casos em que o desempate tenha sido resolvido com base em outros critérios previstos em lei, ou ainda em quaisquer outras situações que justifiquem a verificação do cumprimento do requisito.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura do ato.



10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. **A INTENÇÃO DE RECORRER DEVERÁ SER MANIFESTADA IMEDIATAMENTE, SOB PENA DE PRECLUSÃO;**

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados e permanecerão sempre abertos ao contraditório e ampla defesa.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:





- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
  - 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
  - 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.5. fraudar a licitação
- 11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:







- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta





do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacaoextrema@yahoo.com.br](mailto:licitacaoextrema@yahoo.com.br)

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 13. DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DA VIGÊNCIA

13.1 **Vigência:** O presente contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026. A garantia ofertada permanecerá válida e exigível mesmo após o término da vigência contratual, mantendo-se o fornecedor responsável pelo cumprimento integral das condições de garantia estabelecidas.

13.2 **Renovação:** Não haverá renovação contratual.





13.3 Índice de atualização: Não se aplica.

#### 14. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

I. O presente modelo de execução estabelece as condições para o fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, tipo plataforma elevatória inclinada, conforme descrito no objeto, assegurando o atendimento integral às especificações técnicas apresentadas.

a. **O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário.**

b. Entrega imediata. Essa entrega deverá ocorrer em até trinta dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.).

c. Caso o fornecimento não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.

d. O fornecimento será de natureza material, com entrega de bens permanentes e de consumo durável, novos, originais de fábrica, sem uso anterior, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Todos os itens deverão ser entregues com seus respectivos acessórios, cabos, carregadores, manuais e componentes necessários ao pleno funcionamento, conforme especificações do termo de referência.

e. Itens entregues com defeito, especificação divergente ou dano deverão ser substituídos integralmente. Não será admitido reparo improvisado para fins de aceitação inicial. A substituição deverá ocorrer dentro do prazo definido pela Administração.

f. O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.





- g. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.
- h. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- i. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.
- j. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- k. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- l. Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.
- m. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, permanecendo a contratada como única e integral responsável pela execução do fornecimento perante a CONTRATANTE. Fica igualmente vedada a prática de triangulação comercial, assim entendida como a intermediação por terceiros não contratados para faturamento, fornecimento ou entrega dos bens. Todos os itens







deverão ser fornecidos diretamente pela contratada, em seu próprio nome e CNPJ, sob pena de rescisão contratual, aplicação das sanções cabíveis e demais medidas previstas na legislação aplicável.

## 15 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

15.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

15.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.

15.7 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



15.8 O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

15.8.1 Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

15.8.2 O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

15.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.

15.8.4 O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

15.9 O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

15.9.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

15.10 O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

15.10.1 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e



anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

15.10.2 O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

15.10.3 O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

15.10.4 O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

15.11 O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

15.12 O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato, conforme Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato, conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante designação formal. Será admitida a contratação de terceiros pela Administração para prestar assistência e fornecer subsídios técnicos e operacionais necessários ao pleno exercício das atribuições de gestão e fiscalização.

15.13 A empresa se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade





da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.

15.14 Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.15 A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- b) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais e à dívida ativa da União**;
- c) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
- d) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- e) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- f) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.





## 16 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

16.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue e executado nas condições estabelecidas.

16.2 No caso de controvérsia sobre a entrega / execução do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

16.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

### Liquidação

16.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

16.4.1 O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente entregue.

16.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras,







reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

16.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

16.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

16.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

#### **Prazo de pagamento**

16.12 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

16.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.





### **Forma de pagamento**

16.14 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário. Poderá ser realizado o pré-pagamento, desde que essa seja a prática usualmente adotada no mercado para o objeto contratado, mediante comprovação da necessidade.

16.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.16 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

16.17 Poderá ser realizado o pré-pagamento, desde que essa seja a prática usualmente adotada no mercado para o objeto contratado, mediante comprovação da necessidade.

## **17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Será divulgado o julgamento, a adjudicação e a homologação dos resultados da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.





17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.11. O licitante deve estar ciente de que, para participar do processo de licitação ou ser contratado, apenas os documentos e informações que contenham dados pessoais e da pessoa jurídica exigidos por força da Lei serão solicitados. Os dados obtidos serão incorporados ao processo administrativo e utilizados na elaboração de contratos, empenhos, pagamentos e todas as atividades necessárias para garantir a perfeita execução e pagamento do objeto. É importante ressaltar que os contratos celebrados pela Câmara Municipal de Extrema são integralmente divulgados no Portal de Transparência, assim como todos os demais atos relacionados ao processo, que também são publicados nos sites oficiais e na imprensa oficial.

17.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

| ANEXO     | DESCRIÇÃO                 |
|-----------|---------------------------|
| ANEXO I   | ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR |
| ANEXO II  | MATRIZ DE RISCO           |
| ANEXO III | TERMO DE REFERÊNCIA       |





|                 |  |
|-----------------|--|
| <b>ANEXO IV</b> | PROPOSTA DE PREÇOS   |
| <b>ANEXO V</b>  | PLANILHA ESTIMADA DE<br>FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREÇOS<br>MÁXIMOS) |
| <b>ANEXO VI</b> | MINUTA DO CONTRATO   |

Extrema, MG, 21 de maio de 2026.

**RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA**  
**PRESIDENTE**





## ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026**

**1. RESUMO DO OBJETO: Aquisição de 17 (DEZESSETE) UNIDADES DE NOTEBOOKS.**

**2. REGIME DE EXECUÇÃO:** O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário, entrega imediata. A entrega imediata é aquela que deve ocorrer em até trinta dias após o recebimento da Autorização de fornecimento (A.F.). Local de Entrega: Sede da Câmara Municipal de Extrema, no município de Extrema/MG.

### **3. INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

#### **3.1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A presente aquisição justifica-se pela necessidade de modernização, ampliação e renovação do parque tecnológico da Câmara Municipal de Extrema, visando atender adequadamente às demandas administrativas e operacionais dos servidores lotados na sede do Poder Legislativo, na Casa do Cidadão, no PROCON e na Unidade de Atendimento Integrada – UAI.

A contratação decorre da necessidade de disponibilização de equipamentos de informática para novos servidores em exercício, substituição de equipamentos







obsoletos e melhoria das condições de trabalho das unidades administrativas, garantindo maior eficiência, segurança, mobilidade e continuidade na prestação dos serviços públicos oferecidos à população.

Os notebooks a serem adquiridos deverão possuir desempenho compatível com as atividades institucionais desenvolvidas pelos setores administrativos, legislativos e de atendimento ao público, contemplando processamento de documentos, utilização de sistemas institucionais, videoconferências, tramitação eletrônica de processos, armazenamento de dados e execução simultânea de múltiplas aplicações corporativas.

A exigência de especificações técnicas mínimas elevadas visa assegurar maior vida útil dos equipamentos, padronização tecnológica, compatibilidade com os sistemas utilizados pela Câmara Municipal, redução de custos futuros com manutenção e atualização, além de garantir segurança da informação, estabilidade operacional e produtividade dos servidores públicos.

A aquisição de 17 (dezessete) unidades de notebooks, com sistema operacional Windows 11 Pro original e pacote Microsoft Office 2024 Professional perpétuo, permitirá a imediata utilização dos equipamentos após a entrega, atendendo plenamente às necessidades institucionais e administrativas da Câmara Municipal de Extrema.

A presente contratação atende diretamente ao interesse público, uma vez que proporcionará melhores condições de trabalho aos servidores da Câmara Municipal de Extrema, garantindo maior eficiência, agilidade, segurança e continuidade na execução das atividades administrativas, legislativas e de atendimento ao cidadão. A modernização e ampliação do parque tecnológico contribuirão para a melhoria da prestação dos serviços públicos oferecidos pela sede da Câmara, Casa do Cidadão, PROCON e Unidade de Atendimento Integrada – UAI, assegurando maior qualidade no atendimento à população, suporte adequado às demandas institucionais e maior confiabilidade no processamento e armazenamento das informações públicas, em observância aos princípios da eficiência, continuidade e economicidade da Administração Pública.





#### **4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano Anual de Contratações – PAC da Câmara Municipal de Extrema, conforme registro constante na linha 004, observando-se o planejamento institucional da Administração Pública para o exercício correspondente. A previsão no PAC demonstra a compatibilidade da contratação com as necessidades administrativas previamente identificadas, bem como o alinhamento com as ações de modernização, estruturação tecnológica e continuidade dos serviços prestados pelos setores da Câmara Municipal.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A licitante vencedora da licitação deverá atender integralmente aos requisitos técnicos, operacionais, legais e de qualidade estabelecidos pela Câmara Municipal de Extrema, garantindo o fornecimento de equipamentos novos, originais e compatíveis com as especificações mínimas exigidas, bem como assegurar a adequada execução contratual, observando os padrões de eficiência, segurança, garantia, suporte e conformidade necessários ao atendimento das demandas administrativas e institucionais da Administração Pública:

- a) O objeto deverá consistir na aquisição de 17 (dezessete) notebooks novos, de primeiro uso, sem utilização anterior, em linha de fabricação atual e devidamente acondicionados pelo fabricante.
- b) Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas no Termo de Referência, especialmente quanto ao processador, memória RAM, armazenamento SSD, conectividade, sistema operacional, tela, bateria, dispositivos de segurança e demais características exigidas.
- c) Todos os notebooks deverão ser entregues com sistema operacional Windows 11 Pro, 64 bits, original, licenciado, instalado de fábrica, ativado e pronto para uso.





- d) Os equipamentos deverão acompanhar licença original e perpétua do Microsoft Office 2024 Professional, com chave de ativação válida e forma oficial de instalação/ativação, vedado o fornecimento de versões de avaliação, educacionais, temporárias ou vinculadas a assinatura.
- e) Os equipamentos deverão possuir garantia mínima do fabricante, com assistência técnica autorizada no território nacional, contemplando suporte e manutenção conforme condições definidas no instrumento convocatório.
- f) Os notebooks deverão ser entregues acompanhados de todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, incluindo carregador/fonte de alimentação original do fabricante.
- g) Os equipamentos deverão possuir compatibilidade com a infraestrutura tecnológica e de rede atualmente utilizada pela Câmara Municipal de Extrema.
- h) Não serão aceitos equipamentos remanufaturados, recondicionados, usados ou fora de linha de fabricação.
- i) A contratada deverá garantir a procedência legal dos equipamentos, licenças e softwares fornecidos, responsabilizando-se pela originalidade e regularidade dos produtos perante o fabricante.
- j) A entrega deverá ocorrer dentro do prazo estipulado pela Administração, em perfeitas condições de funcionamento, acondicionamento e integridade física.
- k) Os equipamentos deverão atender às normas técnicas, padrões de qualidade, segurança e eficiência compatíveis com a utilização no âmbito da Administração Pública.

## REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

### I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;
- b) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



- c) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) **CCMEI** — Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

## II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ/MF**;
- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- c) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;
- d) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;
- e) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- f) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

Obs.: As **provas de regularidades** poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.





### III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

### 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.

A quantidades estimada do produto a ser contratado está estabelecido na tabela abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO   | MEDIANA<br>VALOR<br>UNIT. | QUANT.      | VALOR<br>GLOBAL<br>ESTIMADO |
|------|---|---------------------------|-------------|-----------------------------|
| 01   | <b>NOTEBOOK</b><br><b>Especificações Técnicas Mínimas</b><br><b>Processador</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Intel® Core™ 7 150U</li><li>10 núcleos</li><li>Cache de 12 MB</li><li>Frequência máxima de até 5,4 GHz</li></ul> <b>Sistema Operacional</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Windows 11 Pro, 64 bits.</li><li>Versão perpétua.</li><li>Original, licenciado e instalado de fábrica</li><li>Entregue ativado e pronto para uso</li></ul> <b>Pacote Office</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Microsoft Office 2024 Professional, original e licenciado</li></ul> | R\$<br>10.498,50          | 17<br>peças | R\$<br>178.474,50           |







|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"><li>• Versão perpétua (sem assinatura)</li><li>• Fornecido com chave de ativação válida</li><li>• Mídia de instalação ou forma oficial de ativação</li></ul> <p><b>Placa de Vídeo</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Intel® Graphics integrada ao processador</li></ul> <p><b>Tela</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Tamanho: 16"</li><li>• Resolução: FHD+</li><li>• Taxa de atualização: 60 Hz</li><li>• Brilho mínimo: 300 nits</li><li>• Padrão de cores: 45% NTSC</li><li>• Tratamento antirreflexo</li><li>• Câmera FHD + IR integrada</li></ul> <p><b>Memória RAM</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Capacidade mínima: 16 GB</li><li>• Configuração: 1 x 16 GB</li><li>• Tipo: DDR5</li><li>• Frequência mínima: 5600 MT/s</li></ul> <p><b>Armazenamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• SSD 512 GB</li><li>• Classe 25 ou superior</li></ul> <p><b>Software de Segurança</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Sem antivírus pré-instalado</li></ul> <p><b>Teclado e Dispositivos de Entrada</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Teclado padrão Português (Brasil)</li><li>• Tecla Copilot</li><li>• Retroiluminado</li><li>• Leitor de impressão digital integrado</li></ul> <p><b>Portas de Conectividade</b></p> <p>O equipamento deverá possuir no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 1 porta global de headset</li><li>• 1 porta HDMI 2.1 (TMDS)</li><li>• 2 portas USB 3.2 Type-A Gen 1 (5 Gbit/s), sendo 1 com PowerShare</li><li>• 1 porta USB 3.2 Type-C Gen 2 (10 Gbit/s) com DisplayPort e Power Delivery</li><li>• 1 porta Thunderbolt™ 4 (40 Gbit/s) com Power Delivery e DisplayPort</li><li>• 1 porta Ethernet RJ45 – 1 GbE</li></ul> |  |  |  |
|--|--|--|--|--|





|  |   |  |  |  |
|--|---|--|--|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"><li>• 1 leitor de Smart Card (opcional conforme configuração)</li></ul> <b>Slots</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• 1 slot de segurança tipo cunha (Wedge)</li></ul> <b>Dimensões Máximas</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Altura frontal: até 1,89 cm</li><li>• Altura traseira: até 2,08 cm</li><li>• Largura: até 35,8 cm</li><li>• Profundidade: até 25,1 cm</li><li>• Peso máximo inicial: 1,92 kg</li></ul> <b>Câmera</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Resolução FHD 1080p a 30 fps</li><li>• Infravermelho (IR)</li><li>• Microfones de matriz dupla</li></ul> <b>Áudio</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Alto-falantes estéreo</li><li>• Tecnologia Waves MaxxAudio® Pro ou equivalente</li><li>• Potência total mínima de 4 W</li></ul> <b>Conectividade Wireless</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Intel® Wi-Fi 6E AX211 ou equivalente</li><li>• Configuração 2x2</li><li>• Padrão 802.11ax</li><li>• Bluetooth® 5.3 integrado</li></ul> <b>Bateria</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Bateria de 3 células</li><li>• Capacidade mínima: 45 Wh</li><li>• Compatível com tecnologia ExpressCharge™</li></ul> <b>Fonte de Alimentação</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Carregador de 65 W</li><li>• Conector padrão do fabricante ou equivalente</li><li>• Cor neutra (preto, cinza ou similar)</li></ul> |  |  |  |
|--|---|--|--|--|

**Contratações correlatas e/ou interdependentes:** Registra-se que a Câmara Municipal de Extrema não possui contrato vigente para a aquisição dos itens em questão.





## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Prospecção e Análise das Alternativas Possíveis) e JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA**

Com o objetivo de atender à necessidade administrativa identificada, foi realizado levantamento de mercado para identificação de soluções tecnológicas compatíveis com as demandas da Câmara Municipal de Extrema, observando critérios relacionados ao desempenho, confiabilidade, segurança, mobilidade, disponibilidade no mercado, suporte técnico e relação custo-benefício.

Durante a prospecção, constatou-se a existência de diversos fabricantes e fornecedores aptos ao fornecimento de notebooks corporativos que atendem às especificações técnicas mínimas exigidas, evidenciando ampla competitividade no segmento de tecnologia da informação.

Cogitou-se, ainda, a adoção de alternativas como utilização de computadores desktop, locação de equipamentos e aquisição de notebooks com configurações inferiores. Entretanto, considerando as necessidades operacionais da Câmara Municipal, especialmente quanto à mobilidade dos servidores, integração entre setores e unidades externas, otimização dos espaços físicos, eficiência energética e padronização tecnológica, verificou-se que a aquisição de notebooks corporativos se apresenta como a solução mais adequada ao atendimento das demandas institucionais.

Além disso, equipamentos com especificações inferiores poderão comprometer o desempenho das atividades administrativas, a compatibilidade com os sistemas utilizados pela Administração e a vida útil dos equipamentos, ocasionando prejuízos à eficiência operacional.

Dessa forma, conclui-se que a aquisição de notebooks corporativos com padrão elevado de desempenho, segurança e conectividade atende de maneira mais eficiente e vantajosa às necessidades atuais e futuras da Câmara Municipal, assegurando economicidade, continuidade administrativa e melhoria na prestação dos serviços públicos.





Conforme demonstrado no documento “Pesquisa de Preços – Análise dos Dados Coletados”, foram apurados e discriminados os valores unitários estimados para o objeto da contratação, com base nos preços obtidos durante a pesquisa mercadológica realizada pela Administração. Os valores levantados servirão como parâmetro de referência para definição do valor máximo aceitável da contratação, observando-se os princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade para a Administração Pública.

## **JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

A escolha da contratação do objeto especificado fundamenta-se em aspectos técnicos e econômicos que garantem a adequação da solução ao objeto pretendido pela Administração Pública.

### **Justificativa Técnica**

A presente contratação tem por objeto a aquisição de 17 (dezesete) unidades de notebooks destinados ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e institucionais da Câmara Municipal de Extrema, contemplando tanto a operacionalização do Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC) quanto a sustentação administrativa e operacional do Poder Legislativo.

A aquisição mostra-se necessária em razão da crescente demanda por recursos tecnológicos capazes de assegurar desempenho, segurança, mobilidade, confiabilidade e continuidade das atividades institucionais, considerando a modernização dos processos administrativos, a ampliação dos serviços digitais ofertados à população e a necessidade de compatibilidade com sistemas corporativos atuais e futuros.

Os equipamentos especificados apresentam características técnicas compatíveis com as exigências contemporâneas da Administração Pública, especialmente quanto ao processamento de dados, execução simultânea de múltiplas aplicações, segurança da informação, videoconferências institucionais, utilização de



sistemas integrados, produção documental, armazenamento seguro e suporte às atividades legislativas e administrativas.

A configuração mínima exigida, composta por processador Intel® Core™ 7 150U de última geração, memória DDR5 de 16 GB, armazenamento SSD de 512 GB e conectividade avançada, garante elevado desempenho operacional, maior vida útil dos equipamentos e redução de indisponibilidades decorrentes de obsolescência tecnológica precoce.

A exigência do sistema operacional Windows 11 Pro, original e licenciado, bem como do pacote Microsoft Office 2024 Professional em versão perpétua, visa assegurar compatibilidade plena com os sistemas utilizados pela Administração, padronização do ambiente computacional, segurança jurídica quanto ao licenciamento de software e continuidade operacional sem dependência de assinaturas recorrentes.

Os requisitos relacionados à conectividade, segurança e ergonomia — tais como leitor biométrico, câmera FHD com infravermelho, Wi-Fi 6E, Bluetooth 5.3, teclado retroiluminado e múltiplas interfaces de comunicação — atendem às necessidades institucionais de mobilidade, autenticação segura, trabalho híbrido, videoconferências oficiais e integração com periféricos e infraestrutura tecnológica existente.

A definição das especificações técnicas mínimas não restringe a competitividade, uma vez que os componentes e padrões descritos são amplamente disponíveis no mercado nacional, fornecidos por diversos fabricantes e distribuidores, caracterizando-se como bem comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O quantitativo de 17 (dezessete) unidades foi estimado conforme levantamento interno das necessidades das unidades administrativas, observando-se critérios de economicidade, eficiência administrativa, continuidade dos serviços públicos e substituição gradativa de equipamentos defasados.

A distribuição prevista contempla:

a) Operacionalização do Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC): 7 (sete) unidades, destinadas ao suporte direto às atividades de atendimento ao público, operacionalização de sistemas administrativos e execução de serviços digitais;





b) Sustentação Administrativa e Operacional do Poder Legislativo: 10 (dez) unidades, destinadas às atividades administrativas, legislativas, técnicas e operacionais da Câmara Municipal.

A contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações (PAC), publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 13 de setembro de 2024 e disponibilizado no sistema ComprasGov, Linha 004, demonstrando alinhamento com o planejamento institucional e observância aos princípios da governança das contratações públicas.

O objeto será executado sob o regime de empreitada por preço unitário, com entrega imediata em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento, atendendo às necessidades administrativas de reposição e modernização tecnológica em prazo compatível com a continuidade dos serviços públicos.

Por fim, destaca-se que os itens pretendidos não se enquadram como bens de luxo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, tratando-se de equipamentos de uso estritamente funcional e institucional, indispensáveis à adequada execução das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Extrema.

### **Justificativa econômica**

A presente contratação revela-se economicamente vantajosa para a Administração Pública, considerando a necessidade de modernização e padronização do parque tecnológico da Câmara Municipal de Extrema, bem como a busca pela eficiência operacional, continuidade dos serviços públicos e redução de custos indiretos relacionados à manutenção de equipamentos obsoletos.

Os notebooks atualmente utilizados por diversos setores administrativos apresentam desgaste natural decorrente do tempo de uso, limitações de desempenho e incompatibilidades com aplicações modernas, circunstâncias que ocasionam lentidão operacional, interrupções frequentes, aumento da necessidade de suporte técnico corretivo e redução da produtividade dos servidores e colaboradores.





A aquisição de equipamentos com configuração tecnológica atualizada proporcionará maior estabilidade operacional, redução significativa de falhas técnicas e diminuição dos custos relacionados à manutenção corretiva, substituição de peças, suporte externo e paralisações de atividades administrativas.

Sob o aspecto econômico, a opção por notebooks com processadores de última geração, memória DDR5, armazenamento SSD e conectividade avançada representa investimento com melhor relação custo-benefício a médio e longo prazo, ampliando a vida útil dos equipamentos e reduzindo a necessidade de novas aquisições em curto período.

A adoção de sistema operacional Windows 11 Pro e do pacote Microsoft Office 2024 Professional em versões perpétuas e devidamente licenciadas também demonstra economicidade, uma vez que elimina custos recorrentes de assinaturas mensais ou anuais, assegurando regularidade contratual, previsibilidade orçamentária e conformidade com a legislação de propriedade intelectual e licenciamento de software.

Além disso, a padronização dos equipamentos contribui para:

- a) redução de custos de suporte técnico e manutenção;
- b) simplificação da gestão de ativos de tecnologia da informação;
- c) maior compatibilidade entre sistemas e periféricos;
- d) otimização dos processos de atualização e configuração;
- e) melhoria da segurança da informação e da gestão de acessos institucionais.

A contratação também observa os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021, estando alinhada ao Plano Anual de





Contratações (PAC) da Câmara Municipal de Extrema, o que reforça a adequação do investimento sob a perspectiva orçamentária e administrativa.

O quantitativo estimado foi definido com base em levantamento interno das necessidades reais das unidades administrativas, evitando aquisições excessivas e assegurando compatibilidade entre a demanda institucional e os recursos orçamentários disponíveis.

A divisão da contratação entre o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC) e a estrutura administrativa do Poder Legislativo demonstra racionalidade na aplicação dos recursos públicos, permitindo melhor distribuição dos equipamentos conforme a demanda operacional de cada unidade administrativa.

Adicionalmente, o regime de execução por empreitada por preço unitário e entrega imediata proporciona maior controle financeiro à Administração, permitindo previsibilidade de custos, objetividade na fiscalização contratual e redução de riscos relacionados à execução do objeto.

Dessa forma, conclui-se que a contratação apresenta viabilidade econômica, adequação orçamentária e vantagem administrativa, representando investimento necessário e proporcional às demandas institucionais da Câmara Municipal de Extrema, com potencial de geração de ganhos de eficiência, produtividade e redução de despesas operacionais futuras.

## **7. INDICAÇÃO DE DIFERENTES SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO (CONSIDERANDO, AINDA, O CICLO DE VIDA DO OBJETO)**

### **Introdução**

No mercado nacional existem diversas soluções tecnológicas aptas a atender às necessidades institucionais relacionadas à aquisição de notebooks corporativos, observando requisitos de desempenho, segurança, durabilidade, suporte técnico, disponibilidade de peças, eficiência energética e longevidade operacional. As soluções disponíveis podem ser agrupadas em diferentes categorias, considerando





fabricantes, arquitetura tecnológica, forma de licenciamento, ciclo de vida do equipamento.

A seguir, apresenta-se a indicação de diferentes soluções existentes no mercado, considerando o ciclo de vida do objeto, para subsidiar processo de aquisição de 17 (dezessete) notebooks corporativos de alto desempenho, destinados ao atendimento das demandas administrativas, técnicas e operacionais da Administração Pública.

## **1. SOLUÇÃO BASEADA EM NOTEBOOKS CORPORATIVOS DE LINHA EMPRESARIAL PREMIUM**

Consiste na aquisição de notebooks corporativos fabricados por empresas consolidadas no mercado mundial de tecnologia, destinados especificamente ao ambiente empresarial e governamental.

### **Principais fabricantes e linhas equivalentes existentes no mercado**

- a) Dell Technologies – linhas Latitude e Pro.
- b) Lenovo – linhas ThinkPad.
- c) HP Inc. – linhas EliteBook e ProBook.
- d) ASUS – linhas ExpertBook.
- e) Acer – linhas TravelMate.
- f) Samsung Electronics – linhas Galaxy Book Business.

### **Características da solução**

- a) Equipamentos desenvolvidos para uso corporativo contínuo.
- b) Maior durabilidade estrutural e vida útil prolongada.
- c) Compatibilidade com sistemas corporativos e governamentais.
- d) Facilidade de manutenção e substituição de componentes.
- e) Disponibilidade de drivers e atualizações de firmware.
- f) Recursos avançados de segurança física e lógica.
- g) Garantia nacional com suporte técnico especializado.

### **Vantagens**





- a) Maior confiabilidade operacional.
- b) Melhor desempenho multitarefa.
- c) Redução de falhas durante o ciclo de vida.
- d) Melhor suporte pós-venda.
- e) Facilidade de expansão e manutenção.

### **Desvantagens**

- a) Maior custo inicial em relação a linhas domésticas.
- b) Dependência de fabricantes específicos para peças homologadas.

## **2. SOLUÇÃO BASEADA EM NOTEBOOKS DE LINHA CONSUMIDOR (DOMÉSTICA)**

Consiste na aquisição de equipamentos originalmente desenvolvidos para uso residencial ou doméstico, porém com configurações semelhantes às exigidas no objeto.

### **Características**

- a) Menor custo inicial.
- b) Configurações intermediárias ou avançadas.
- c) Estrutura menos robusta.
- d) Garantias reduzidas.

### **Vantagens**

- a) Menor investimento imediato.
- b) Ampla disponibilidade no varejo.

### **Desvantagens**

- a) Menor vida útil.
- b) Maior incidência de desgaste físico.
- c) Menor resistência ao uso contínuo.
- d) Suporte técnico limitado.







- e) Dificuldade de padronização.
- f) Maior risco de descontinuidade de componentes.

### **3. SOLUÇÃO BASEADA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO MÓVEIS (MOBILE WORKSTATIONS)**

Consiste na utilização de notebooks de altíssimo desempenho, normalmente destinados a engenharia, arquitetura, desenvolvimento gráfico ou processamento intensivo.

#### **Vantagens**

- a) Elevadíssimo desempenho.
- b) Capacidade gráfica superior.
- c) Maior robustez estrutural.

#### **Desvantagens**

- a) Alto custo de aquisição.
- b) Maior consumo energético.
- c) Peso e dimensões superiores.
- d) Configuração acima da necessidade do objeto.

### **4. SOLUÇÃO BASEADA EM EQUIPAMENTOS COM SISTEMAS OPERACIONAIS ALTERNATIVOS**

Consiste na aquisição de notebooks com sistemas operacionais distintos do padrão Microsoft Windows, como distribuições Linux corporativas.

#### **Exemplos**

- a) Ubuntu LTS.
- b) Debian.
- c) Red Hat Enterprise Linux.
- d) Fedora Workstation.

#### **Vantagens**





- a) Redução de custos com licenciamento.
- b) Maior flexibilidade de customização.
- c) Menor consumo de recursos.

### **Desvantagens**

- a) Incompatibilidade com diversos softwares corporativos.
- b) Necessidade de treinamento técnico.
- c) Possíveis dificuldades de integração.
- d) Incompatibilidade com soluções baseadas em Microsoft Office tradicional.

### **ANÁLISE DO CICLO DE VIDA DO OBJETO**

- a) Vida útil estimada: os notebooks corporativos premium possuem vida útil média entre 5 e 8 anos.
- b) Manutenção e suporte: maior disponibilidade de peças, atualizações e suporte técnico especializado.
- c) Eficiência energética: menor consumo energético e redução de custos operacionais.
- d) Segurança da informação: presença de recursos biométricos, TPM e criptografia.
- e) Atualização tecnológica: arquitetura moderna com DDR5, SSD NVMe e Thunderbolt™ 4.

### **CONCLUSÃO**

Após análise das soluções existentes no mercado e considerando desempenho, compatibilidade institucional, suporte técnico, segurança, durabilidade, padronização tecnológica e custo total ao longo do ciclo de vida, conclui-se que a solução mais vantajosa para a Administração consiste na aquisição de notebooks corporativos de linha empresarial premium, com características equivalentes ou superiores às especificações técnicas descritas no objeto, acompanhados de sistema operacional





Microsoft Windows 11 Pro original e licença perpétua do Microsoft Office 2024 Professional.

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação está relacionado na planilha abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO   | MEDIANA<br>VALOR<br>UNIT. | QUANT.      | VALOR<br>GLOBAL<br>ESTIMADO |
|------|---|---------------------------|-------------|-----------------------------|
| 01   | <b>NOTEBOOK</b><br><b>Especificações Técnicas Mínimas</b><br><b>Processador</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Intel® Core™ 7 150U</li><li>10 núcleos</li><li>Cache de 12 MB</li><li>Frequência máxima de até 5,4 GHz</li></ul> <b>Sistema Operacional</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Windows 11 Pro, 64 bits.</li><li>Versão perpétua.</li><li>Original, licenciado e instalado de fábrica</li><li>Entregue ativado e pronto para uso</li></ul> <b>Pacote Office</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Microsoft Office 2024 Professional, original e licenciado</li><li>Versão perpétua (sem assinatura)</li><li>Fornecido com chave de ativação válida</li><li>Mídia de instalação ou forma oficial de ativação</li></ul> <b>Placa de Vídeo</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Intel® Graphics integrada ao processador</li></ul> <b>Tela</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Tamanho: 16"</li><li>Resolução: FHD+</li><li>Taxa de atualização: 60 Hz</li><li>Brilho mínimo: 300 nits</li><li>Padrão de cores: 45% NTSC</li><li>Tratamento antirreflexo</li><li>Câmera FHD + IR integrada</li></ul> <b>Memória RAM</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Capacidade mínima: 16 GB</li></ul> | R\$<br>10.498,50          | 17<br>peças | R\$<br>178.474,50           |





|  |   |  |  |  |
|--|---|--|--|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"><li>• Configuração: 1 x 16 GB</li><li>• Tipo: DDR5</li><li>• Frequência mínima: 5600 MT/s</li></ul> <b>Armazenamento</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• SSD 512 GB</li><li>• Classe 25 ou superior</li></ul> <b>Software de Segurança</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Sem antivírus pré-instalado</li></ul> <b>Teclado e Dispositivos de Entrada</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Teclado padrão Português (Brasil)</li><li>• Tecla Copilot</li><li>• Retroiluminado</li><li>• Leitor de impressão digital integrado</li></ul> <b>Portas de Conectividade</b> <p>O equipamento deverá possuir no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 1 porta global de headset</li><li>• 1 porta HDMI 2.1 (TMDS)</li><li>• 2 portas USB 3.2 Type-A Gen 1 (5 Gbit/s), sendo 1 com PowerShare</li><li>• 1 porta USB 3.2 Type-C Gen 2 (10 Gbit/s) com DisplayPort e Power Delivery</li><li>• 1 porta Thunderbolt™ 4 (40 Gbit/s) com Power Delivery e DisplayPort</li><li>• 1 porta Ethernet RJ45 – 1 GbE</li><li>• 1 leitor de Smart Card (opcional conforme configuração)</li></ul> <b>Slots</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• 1 slot de segurança tipo cunha (Wedge)</li></ul> <b>Dimensões Máximas</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Altura frontal: até 1,89 cm</li><li>• Altura traseira: até 2,08 cm</li><li>• Largura: até 35,8 cm</li><li>• Profundidade: até 25,1 cm</li><li>• Peso máximo inicial: 1,92 kg</li></ul> <b>Câmera</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Resolução FHD 1080p a 30 fps</li><li>• Infravermelho (IR)</li><li>• Microfones de matriz dupla</li></ul> <b>Áudio</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Alto-falantes estéreo</li></ul> |  |  |  |
|--|---|--|--|--|





|  |   |  |  |  |
|--|---|--|--|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"><li>• Tecnologia Waves MaxxAudio® Pro ou equivalente</li><li>• Potência total mínima de 4 W</li></ul> <b>Conectividade Wireless</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Intel® Wi-Fi 6E AX211 ou equivalente</li><li>• Configuração 2x2</li><li>• Padrão 802.11ax</li><li>• Bluetooth® 5.3 integrado</li></ul> <b>Bateria</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Bateria de 3 células</li><li>• Capacidade mínima: 45 Wh</li><li>• Compatível com tecnologia ExpressCharge™</li></ul> <b>Fonte de Alimentação</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Carregador de 65 W</li><li>• Conector padrão do fabricante ou equivalente</li><li>• Cor neutra (preto, cinza ou similar)</li></ul> |  |  |  |
|--|---|--|--|--|

As memórias de cálculo e os documentos que as fundamentam estão detalhados na **análise crítica dos dados coletados**.

## 9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO

A solução consiste na aquisição de 17 (dezessete) notebooks corporativos de alto desempenho, novos, de primeiro uso, destinados ao atendimento das demandas administrativas, técnicas e operacionais da Administração Pública, contemplando equipamentos modernos, padronizados, com elevado nível de desempenho, segurança, conectividade e durabilidade.

Os equipamentos deverão possuir especificações técnicas compatíveis ou superiores às descritas no objeto da contratação, incluindo processador Intel® Core™ 7 150U ou equivalente superior, memória RAM DDR5 de no mínimo 16 GB, armazenamento SSD de 512 GB, tela de 16 polegadas FHD+, conectividade







avançada, recursos de segurança biométrica e sistema operacional Microsoft Windows 11 Pro original e licenciado.

A solução contempla, ainda, o fornecimento do pacote Microsoft Office 2024 Professional, versão perpétua, original e devidamente licenciada, acompanhado de chave de ativação válida e meios oficiais de instalação e ativação.

Os equipamentos deverão ser entregues completos, montados, configurados, ativados e prontos para uso imediato, acompanhados de todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, incluindo fonte/carregador original do fabricante, cabos e demais componentes integrantes da solução.

A contratação busca garantir:

- a) padronização tecnológica do parque computacional da Administração;
- b) maior eficiência operacional das atividades administrativas;
- c) segurança da informação e compatibilidade com sistemas institucionais;
- d) maior vida útil dos equipamentos;
- e) redução de custos futuros com manutenção corretiva;
- f) melhoria do desempenho das atividades desenvolvidas pelos usuários;
- g) maior mobilidade e flexibilidade operacional.

A solução deverá observar critérios de qualidade, confiabilidade, eficiência energética e compatibilidade tecnológica, garantindo adequado desempenho durante todo o ciclo de vida dos equipamentos.

## **EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

A contratada deverá assegurar suporte técnico e assistência técnica especializada para os equipamentos fornecidos, visando garantir continuidade operacional, redução do tempo de indisponibilidade e adequado funcionamento dos notebooks durante o período de garantia.

As exigências mínimas relacionadas à manutenção e assistência técnica deverão contemplar:

- a) garantia mínima do fabricante de 12 (doze) meses, podendo ser superior conforme proposta ofertada;



- b) garantia do tipo on-site, balcão autorizado ou modalidade equivalente oficialmente reconhecida pelo fabricante;
- c) suporte técnico prestado por rede autorizada do fabricante no território nacional;
- d) manutenção corretiva compreendendo reparos, substituição de peças, componentes ou acessórios defeituosos sem ônus adicional para a Administração;
- e) utilização exclusiva de peças originais, novas e compatíveis com os equipamentos fornecidos;
- f) substituição do equipamento por outro equivalente ou superior em caso de impossibilidade de reparo definitivo dentro de prazo razoável;
- g) disponibilização de canais oficiais de atendimento técnico, incluindo telefone, portal eletrônico, e-mail ou sistema próprio do fabricante;
- h) atualização de drivers, firmware e BIOS disponibilizados oficialmente pelo fabricante durante o período de garantia;
- i) preservação integral das condições de desempenho e segurança originalmente fornecidas;
- j) suporte para problemas relacionados ao hardware fornecido e aos componentes originais instalados de fábrica;
- k) assistência técnica realizada por profissionais qualificados e autorizados pelo fabricante.

A solução também deverá observar aspectos relacionados à sustentabilidade e ao ciclo de vida do objeto, priorizando equipamentos com maior eficiência energética, maior durabilidade e menor índice de falhas, contribuindo para redução de custos operacionais e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Dessa forma, a solução proposta apresenta-se adequada às necessidades institucionais, garantindo desempenho, confiabilidade, segurança tecnológica e suporte técnico compatível com as atividades desenvolvidas pela Administração Pública.

## 10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO





A presente contratação não será parcelada, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de 17 (dezessete) notebooks corporativos com especificações técnicas padronizadas, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Administração Pública.

O não parcelamento da contratação mostra-se tecnicamente e economicamente mais vantajoso para a Administração, considerando que os equipamentos possuem natureza comum, características semelhantes e necessidade de padronização tecnológica, operacional e de suporte técnico.

A adoção de fornecedor único para fornecimento integral do objeto proporciona:

- a) padronização dos equipamentos e componentes;
- b) uniformidade de configuração tecnológica;
- c) maior compatibilidade entre hardware, drivers e sistemas operacionais;
- d) simplificação da gestão contratual;
- e) facilidade na manutenção e assistência técnica;
- f) otimização do suporte técnico e acionamento de garantia;
- g) redução de riscos de incompatibilidade entre equipamentos;
- h) melhor controle patrimonial e administrativo;
- i) maior eficiência logística na entrega e instalação;
- j) possibilidade de obtenção de economia de escala e proposta mais vantajosa.

Além disso, o parcelamento poderia ocasionar dificuldades operacionais relacionadas à diversidade de fabricantes, modelos, componentes e canais de suporte técnico, comprometendo a uniformidade do ambiente computacional institucional.

Também se observa que a divisão da contratação em itens ou lotes distintos não traria benefícios técnicos ou econômicos relevantes à Administração, podendo inclusive gerar aumento de custos indiretos relacionados à gestão contratual, manutenção e suporte.

Ressalta-se, ainda, que a contratação conjunta não restringe a competitividade do certame, considerando que existem diversas empresas no mercado aptas ao fornecimento integral dos equipamentos especificados.





Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento da contratação atende aos princípios da economicidade, eficiência, padronização, vantajosidade e interesse público, mostrando-se a medida mais adequada para atendimento das necessidades da Administração.

## **11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.**

A contratação pretendida visa proporcionar melhoria significativa na infraestrutura tecnológica da Administração Pública, assegurando maior eficiência operacional, continuidade das atividades administrativas e melhor desempenho dos serviços executados pelos usuários dos equipamentos.

Os resultados pretendidos estão diretamente relacionados à economicidade, à otimização dos recursos públicos e ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, conforme demonstrado a seguir.

### **1. RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE**

A aquisição de notebooks corporativos modernos e padronizados permitirá:

- a) redução de custos com manutenção corretiva de equipamentos obsoletos;
- b) diminuição da necessidade de substituições frequentes de equipamentos;
- c) aumento da vida útil operacional dos recursos tecnológicos;
- d) redução do consumo energético em razão da maior eficiência dos equipamentos modernos;
- e) diminuição de gastos indiretos relacionados à indisponibilidade de equipamentos;
- f) redução de custos administrativos com suporte técnico fragmentado;
- g) padronização tecnológica, favorecendo economia em futuras aquisições de peças e acessórios;
- h) melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida dos equipamentos.





A solução proposta também reduz perdas de produtividade decorrentes de falhas, lentidão ou limitações técnicas dos equipamentos atualmente utilizados.

## **2. MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS**

Com a disponibilização de equipamentos mais modernos e eficientes, espera-se:

- a) aumento da produtividade dos servidores e colaboradores;
- b) melhoria da execução das atividades administrativas e técnicas;
- c) redução do tempo de espera para processamento de tarefas e sistemas;
- d) maior agilidade na utilização de plataformas institucionais e sistemas corporativos;
- e) redução de interrupções causadas por falhas técnicas;
- f) melhoria das condições de trabalho e da experiência do usuário;
- g) maior capacidade de execução simultânea de tarefas e aplicações.

A solução contribui diretamente para maior eficiência funcional e melhor desempenho das equipes administrativas.

## **3. MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS MATERIAIS**

A padronização dos equipamentos permitirá:

- a) melhor controle patrimonial e inventário tecnológico;
- b) simplificação da gestão de ativos de informática;
- c) maior facilidade de manutenção e substituição de componentes;
- d) melhor gerenciamento de garantias e suporte técnico;
- e) uniformização de acessórios, carregadores e componentes;
- f) redução de incompatibilidades tecnológicas entre equipamentos.

Além disso, equipamentos corporativos apresentam maior durabilidade e menor índice de falhas, favorecendo o aproveitamento eficiente dos bens públicos.

## **4. MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS**







A contratação busca maximizar a utilização dos recursos financeiros públicos por meio:

- a) da aquisição de equipamentos com maior durabilidade e vida útil prolongada;
- b) da redução de despesas futuras com manutenção e reposição;
- c) da diminuição de custos operacionais indiretos;
- d) da obtenção de solução tecnológica padronizada e sustentável;
- e) da mitigação de riscos de paralisação das atividades administrativas;
- f) da melhoria da eficiência operacional sem necessidade de investimentos frequentes em substituições emergenciais.

A solução proposta apresenta melhor relação entre investimento inicial, desempenho, durabilidade e custo total de propriedade ao longo do ciclo de vida dos equipamentos.

## CONCLUSÃO

A contratação pretendida proporcionará ganhos relevantes de eficiência administrativa, economicidade e produtividade institucional, assegurando melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Os resultados esperados incluem maior continuidade operacional, redução de custos indiretos, modernização tecnológica, melhoria das condições de trabalho e fortalecimento da capacidade operacional da Administração Pública, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

## **12 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE DEMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.**

As providências a seguir devem ser adotadas antes da celebração do contrato:

- a) Portaria de nomeação do gestor e fiscal de contratos;
- b) Capacitação dos gestores e fiscais de contratos;





- c) Definições dos locais onde devem ser entregues os itens;
- d) Realizar uma análise de riscos para identificar possíveis obstáculos e adotar estratégias para mitigá-los (Providência a ser adotada pela Diretoria Geral);
- e) Elaborar um Termo de Referência que detalhe as especificações técnicas, critérios de aceitação, prazos e demais condições da contratação (Próxima providência a ser concluída);
- f) Submeter a autuação e os documentos que comporão esta contratação à análise jurídica, a fim de assegurar que a contratação esteja em conformidade com a legislação vigente e proteja os interesses da Administração. (Providência a ser adotada antes da homologação).

### **13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Atualmente, a Câmara Municipal de Extrema não possui contrato vigente para o fornecimento do referido objeto.

### **14. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.**

A presente contratação deverá observar práticas voltadas à sustentabilidade ambiental, considerando os possíveis impactos decorrentes da fabricação, utilização e descarte dos equipamentos de informática. Como medida mitigadora, busca-se a aquisição de notebooks com maior eficiência energética, processadores de baixo consumo, baterias otimizadas e componentes que atendam a padrões reconhecidos de economia de energia, contribuindo para redução do consumo elétrico e diminuição da emissão indireta de gases de efeito estufa. Os equipamentos deverão possuir maior durabilidade e vida útil prolongada, reduzindo a geração de resíduos eletrônicos





e a necessidade de substituições frequentes. Sempre que aplicável, a contratada deverá observar práticas de logística reversa, assegurando destinação ambientalmente adequada de equipamentos, componentes, baterias, embalagens e demais resíduos eletrônicos. Também deverão ser priorizados equipamentos fabricados com materiais recicláveis ou de menor impacto ambiental, bem como embalagens sustentáveis, visando promover o uso racional dos recursos naturais e a minimização dos impactos ambientais decorrentes da contratação.

## 15. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de pregão eletrônico, adotando-se o critério de julgamento pelo menor **preço unitário**.

## 16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional, financeiro e administrativo, considerando a necessidade institucional de modernização e padronização da infraestrutura tecnológica utilizada pela Administração Pública.

Sob o aspecto técnico, verifica-se a existência de diversas soluções disponíveis no mercado capazes de atender integralmente às especificações exigidas no objeto, havendo ampla competitividade entre fornecedores especializados no fornecimento de notebooks corporativos de alto desempenho, softwares licenciados e serviços de garantia e suporte técnico.

A solução pretendida atende às necessidades operacionais da Administração, proporcionando equipamentos modernos, seguros, eficientes e compatíveis com os





sistemas institucionais utilizados pelos setores administrativos e técnicos, garantindo continuidade das atividades e melhoria do desempenho funcional dos usuários.

Do ponto de vista operacional, a contratação é plenamente executável, considerando que os equipamentos possuem características padronizadas, ampla disponibilidade comercial e assistência técnica especializada no território nacional, facilitando a implantação, utilização, manutenção e suporte ao longo do ciclo de vida dos bens.

Sob o aspecto financeiro, a contratação apresenta relação custo-benefício adequada, considerando os ganhos de produtividade, redução de custos com manutenção corretiva, diminuição de falhas operacionais, maior vida útil dos equipamentos e melhoria da eficiência administrativa. A solução também favorece a economicidade, em razão da padronização tecnológica e da redução de gastos futuros com substituições emergenciais.

A contratação mostra-se compatível com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Além disso, foram observados aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental, eficiência energética, durabilidade dos equipamentos e possibilidade de destinação ambientalmente adequada dos resíduos eletrônicos, contribuindo para redução dos impactos ambientais decorrentes da utilização dos bens.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é viável e adequada às necessidades da Administração, apresentando benefícios técnicos, operacionais e econômicos suficientes para justificar sua realização.

Extrema, MG, 13 de maio de 2026.

---

KARINA VIEIRA BONALDO

GERENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS





## DESPACHO

APROVO, na íntegra, esse ETP.

---

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA

PRESIDENTE

### ANEXO II

#### MATRIZ DE RISCOS – PRC 56/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 08/2026

##### 1. Objeto

Aquisição de **17 (DEZESSETE) UNIDADES DE NOTEBOOKS**. **Especificações Técnicas Mínimas:** Processador Intel® Core™ 7 150U, 10 núcleos, cache de 12 MB, frequência máxima de até 5,4 GHz. Sistema Operacional Windows 11 Pro, 64 bits, versão perpétua, original, licenciado e instalado de fábrica, entregue ativado e pronto para uso. Pacote Office Microsoft Office 2024 Professional, original e licenciado, versão perpétua (sem assinatura), fornecido com chave de ativação válida, mídia de instalação ou forma oficial de ativação. Placa de Vídeo Intel® Graphics integrada ao processador. Tela tamanho 16”, resolução FHD+, taxa de atualização 60 Hz, brilho





mínimo 300 nits, padrão de cores 45% NTSC, tratamento antirreflexo, câmera FHD + IR integrada. Memória RAM capacidade mínima 16 GB, configuração 1 x 16 GB, tipo DDR5, frequência mínima 5600 MT/s. Armazenamento SSD 512 GB, classe 25 ou superior. Software de Segurança sem antivírus pré-instalado. Teclado e Dispositivos de Entrada teclado padrão Português (Brasil), tecla Copilot, retroiluminado, leitor de impressão digital integrado. Portas de Conectividade o equipamento deverá possuir no mínimo: 1 porta global de headset, 1 porta HDMI 2.1 (TMDS), 2 portas USB 3.2 Type-A Gen 1 (5 Gbit/s), sendo 1 com PowerShare, 1 porta USB 3.2 Type-C Gen 2 (10 Gbit/s) com DisplayPort e Power Delivery, 1 porta Thunderbolt™ 4 (40 Gbit/s) com Power Delivery e DisplayPort, 1 porta Ethernet RJ45 – 1 GbE, 1 leitor de Smart Card (opcional conforme configuração). Slots 1 slot de segurança tipo cunha (Wedge). Dimensões Máximas altura frontal até 1,89 cm, altura traseira até 2,08 cm, largura até 35,8 cm, profundidade até 25,1 cm, peso máximo inicial 1,92 kg. Câmera resolução FHD 1080p a 30 fps, infravermelho (IR), microfones de matriz dupla. Áudio alto-falantes estéreo, tecnologia Waves MaxxAudio® Pro ou equivalente, potência total mínima de 4 W. Conectividade Wireless Intel® Wi-Fi 6E AX211 ou equivalente, configuração 2x2, padrão 802.11ax, Bluetooth® 5.3 integrado. Bateria bateria de 3 células, capacidade mínima 45 Wh, compatível com tecnologia ExpressCharge™. Fonte de Alimentação carregador de 65 W, conector padrão do fabricante ou equivalente, cor neutra (preto, cinza ou similar).

## 2. FASE DE ANÁLISE

Foram consideradas as seguintes fases:

- Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor;
- Gestão do Contrato.

## 3. PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**Risco 01 – Atraso no procedimento licitatório.**

**Probabilidade:** Média.

**Impacto:** Alto.





**Dano Potencial:** Atraso na abertura do procedimento.

**Ação Preventiva:** Observar atentamente o preenchimento da requisição inicial conforme orientações no site da Câmara.

**Responsável:** Requerente.

**Ação de Contingência:** Saneamento do preenchimento e entrega rápida no setor de compras.

**Responsável:** Chefe imediato do requerente.

**Risco 02 – Descrição do objeto com indicação de marca sem justificativa.**

**Probabilidade:** Média.

**Impacto:** Alto.

**Dano Potencial:** Restrição à competitividade, nulidade do certame, retrabalho e responsabilização.

**Ação Preventiva:** Justificar previamente a indicação de marca.

**Responsável:** Presidente da Câmara / Jurídico.

**Ação de Contingência:** Suspender o processo ou justificar a indicação detectada.

**Responsável:** Presidente da Câmara / Jurídico.

**Risco 03 – Estimativa de preço fora do mercado.**

**Probabilidade:** Baixa.

**Impacto:** Alto.

**Dano Potencial:** Licitação deserta ou contratação com sobrepreço.

**Ação Preventiva:** Realizar pesquisa de mercado adequada e abrangente.

**Responsável:** Orçamentista / Pregoeiro / Jurídico.

**Ação de Contingência:** Negociar a redução dos valores ou avaliar a dispensa de licitação.

**Responsável:** Pregoeiro / Jurídico.

#### 4. GESTÃO DE CONTRATOS

**Risco 01 – Contratada perde condições de executar o serviço.**

**Probabilidade:** Baixa.

**Impacto:** Médio.





**Dano Potencial:** Inexecução e necessidade de rescisão contratual.

**Ação Preventiva:** Fiscalizar tecnicamente e economicamente a execução do contrato.

**Responsável:** Fiscal / Gestor de Contratos.

**Ação de Contingência:** Comunicação formal, abertura de processo e convocação de segundo colocado.

**Responsável:** Fiscal / Gestor de Contratos / Presidente da Câmara.

**Risco 02 – Serviço ou entrega insatisfatórios.**

**Probabilidade:** Média.

**Impacto:** Alto.

**Dano Potencial:** Interferência na qualidade dos serviços prestados.

**Ação Preventiva:** Comunicação clara e exigência de conformidade dos serviços e itens.

**Responsável:** Almoxarife / Fiscal / Gestor de Contratos.

**Ação de Contingência:** Comunicação reiterada e aplicação de penalidades.

**Responsável:** Fiscal / Gestor de Contratos / Presidente da Câmara.

**Risco 03 – Empresa impedida de contratar com a Administração.**

**Probabilidade:** Baixa.

**Impacto:** Médio.

**Dano Potencial:** Problemas jurídicos e execução irregular do contrato.

**Ação Preventiva:** Consultar o CNEP, TCU e outros cadastros antes da contratação.

**Responsável:** Pregoeiro.

**Ação de Contingência:** Inabilitação da empresa irregular.

**Responsável:** Pregoeiro.

## 5. ANÁLISE FINAL

A elaboração do presente Mapa de Risco visa atender aos princípios de **planejamento, eficiência, transparência e integridade** da administração pública, conforme estabelece a **Lei nº 14.133/2021**. Ainda que a licitação ocorra nos termos do Pregão Eletrônico, conforme Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso





XLI do mesmo diploma legal, faz-se imprescindível a avaliação de riscos envolvidos, bem como a adoção de medidas de mitigação, a fim de resguardar o interesse público e prevenir irregularidades.

## 6. CIÊNCIA E APROVAÇÃO

Declaro ter ciência dos riscos envolvidos e das medidas mitigadoras apresentadas neste documento.

Extrema, MG, 04 de maio de 2026.

---

TAMIREN NUNES DA SILVA ALBERTINI  
DIRETORA GERAL

## ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026**

**Fundamentação Legal:** Pregão Eletrônico nos termos do Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso XLI do mesmo diploma legal, pelo **menor preço unitário**.

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de **17 (DEZESSETE) UNIDADES DE NOTEBOOKS**.  
**Especificações Técnicas Mínimas:** Processador Intel® Core™ 7 150U, 10 núcleos, cache de 12 MB, frequência máxima de até 5,4 GHz. Sistema Operacional Windows





11 Pro, 64 bits, versão perpétua, original, licenciado e instalado de fábrica, entregue ativado e pronto para uso. Pacote Office Microsoft Office 2024 Professional, original e licenciado, versão perpétua (sem assinatura), fornecido com chave de ativação válida, mídia de instalação ou forma oficial de ativação. Placa de Vídeo Intel® Graphics integrada ao processador. Tela tamanho 16", resolução FHD+, taxa de atualização 60 Hz, brilho mínimo 300 nits, padrão de cores 45% NTSC, tratamento antirreflexo, câmera FHD + IR integrada. Memória RAM capacidade mínima 16 GB, configuração 1 x 16 GB, tipo DDR5, frequência mínima 5600 MT/s. Armazenamento SSD 512 GB, classe 25 ou superior. Software de Segurança sem antivírus pré-instalado. Teclado e Dispositivos de Entrada teclado padrão Português (Brasil), tecla Copilot, retroiluminado, leitor de impressão digital integrado. Portas de Conectividade o equipamento deverá possuir no mínimo: 1 porta global de headset, 1 porta HDMI 2.1 (TMDS), 2 portas USB 3.2 Type-A Gen 1 (5 Gbit/s), sendo 1 com PowerShare, 1 porta USB 3.2 Type-C Gen 2 (10 Gbit/s) com DisplayPort e Power Delivery, 1 porta Thunderbolt™ 4 (40 Gbit/s) com Power Delivery e DisplayPort, 1 porta Ethernet RJ45 – 1 GbE, 1 leitor de Smart Card (opcional conforme configuração). Slots 1 slot de segurança tipo cunha (Wedge). Dimensões Máximas altura frontal até 1,89 cm, altura traseira até 2,08 cm, largura até 35,8 cm, profundidade até 25,1 cm, peso máximo inicial 1,92 kg. Câmera resolução FHD 1080p a 30 fps, infravermelho (IR), microfones de matriz dupla. Áudio alto-falantes estéreo, tecnologia Waves MaxxAudio® Pro ou equivalente, potência total mínima de 4 W. Conectividade Wireless Intel® Wi-Fi 6E AX211 ou equivalente, configuração 2x2, padrão 802.11ax, Bluetooth® 5.3 integrado. Bateria bateria de 3 células, capacidade mínima 45 Wh, compatível com tecnologia ExpressCharge™. Fonte de Alimentação carregador de 65 W, conector padrão do fabricante ou equivalente, cor neutra (preto, cinza ou similar).

**1.1 Natureza do objeto:** O objeto da presente contratação caracteriza-se como bem comum, de natureza permanente, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado, sendo suas especificações usuais e amplamente comercializadas por diversos fornecedores.





**1.2 Quantitativo:** 17 (dezesete) peças.

**1.3 Prazo do contrato:** A data de vigência do contrato será considerada como a data da última assinatura digital aposta no instrumento contratual, a qual será adotada como data-base para todos os efeitos legais do contrato. Essa data prevalecerá como marco inicial para a contagem de prazos, cumprimento de obrigações e demais efeitos decorrentes do ajuste. Na hipótese de assinatura híbrida, será igualmente considerada como data-base a data da última assinatura digital. Caso o contrato seja firmado exclusivamente de forma presencial, a data constante na cláusula final do instrumento contratual prevalecerá como marco para o início da contagem dos prazos, obrigações e demais efeitos dele decorrentes. **Prazo:** até 31 de dezembro de 2026. Não haverá renovação contratual.

**1.4** Esses itens não se enquadram como bem de luxo em conformidade com o art. 20 da Lei 14.133/2021.

**1.5** A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações – PAC. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 13 de setembro de 2.024 e também no ComprasGov: Linha 004.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

Em conformidade com os **Estudos Técnicos Preliminares** a presente aquisição justifica-se pela necessidade de modernização, ampliação e renovação do parque tecnológico da Câmara Municipal de Extrema, visando atender adequadamente às demandas administrativas e operacionais dos servidores lotados na sede do Poder Legislativo, na Casa do Cidadão, no PROCON e na Unidade de Atendimento Integrada – UAI.

A contratação decorre da necessidade de disponibilização de equipamentos de informática para novos servidores em exercício, substituição de equipamentos obsoletos e melhoria das condições de trabalho das unidades administrativas,





garantindo maior eficiência, segurança, mobilidade e continuidade na prestação dos serviços públicos oferecidos à população.

Os notebooks a serem adquiridos deverão possuir desempenho compatível com as atividades institucionais desenvolvidas pelos setores administrativos, legislativos e de atendimento ao público, contemplando processamento de documentos, utilização de sistemas institucionais, videoconferências, tramitação eletrônica de processos, armazenamento de dados e execução simultânea de múltiplas aplicações corporativas.

A exigência de especificações técnicas mínimas elevadas visa assegurar maior vida útil dos equipamentos, padronização tecnológica, compatibilidade com os sistemas utilizados pela Câmara Municipal, redução de custos futuros com manutenção e atualização, além de garantir segurança da informação, estabilidade operacional e produtividade dos servidores públicos.

A aquisição de 17 (dezessete) unidades de notebooks, com sistema operacional Windows 11 Pro original e pacote Microsoft Office 2024 Professional perpétuo, permitirá a imediata utilização dos equipamentos após a entrega, atendendo plenamente às necessidades institucionais e administrativas da Câmara Municipal de Extrema.

A presente contratação atende diretamente ao interesse público, uma vez que proporcionará melhores condições de trabalho aos servidores da Câmara Municipal de Extrema, garantindo maior eficiência, agilidade, segurança e continuidade na execução das atividades administrativas, legislativas e de atendimento ao cidadão. A modernização e ampliação do parque tecnológico contribuirão para a melhoria da prestação dos serviços públicos oferecidos pela sede da Câmara, Casa do Cidadão, PROCON e Unidade de Atendimento Integrada – UAI, assegurando maior qualidade no atendimento à população, suporte adequado às demandas institucionais e maior confiabilidade no processamento e armazenamento das informações públicas, em observância aos princípios da eficiência, continuidade e economicidade da Administração Pública.







### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

A solução consiste na aquisição de 17 (dezessete) notebooks corporativos novos, de primeiro uso, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, legislativas, técnicas e operacionais da Câmara Municipal de Extrema, visando à modernização da infraestrutura tecnológica, ao aumento da produtividade institucional, à melhoria das condições de trabalho dos usuários e ao suporte às atividades digitais, híbridas e presenciais desenvolvidas pelo órgão.

A contratação contempla equipamentos de alto desempenho, compatíveis com aplicações corporativas modernas, sistemas de gestão pública, plataformas de videoconferência, editores de texto, planilhas, navegação segura, tramitação eletrônica de documentos, sistemas legislativos, consultas online e demais rotinas administrativas que demandam estabilidade, segurança, mobilidade e desempenho computacional adequado.

A solução foi concebida considerando todo o ciclo de vida do objeto, abrangendo as etapas de aquisição, entrega, implantação, utilização, suporte operacional, manutenção da vida útil e destinação final ambientalmente adequada.

Os equipamentos deverão ser fornecidos com sistema operacional Windows 11 Pro original e licenciado, instalado de fábrica e devidamente ativado, bem como com pacote Microsoft Office 2024 Professional, em licença perpétua, garantindo compatibilidade, padronização tecnológica, segurança operacional e continuidade das atividades institucionais sem necessidade de contratações adicionais futuras de licenciamento por assinatura.

Durante a fase de implantação, os notebooks serão incorporados ao patrimônio público, identificados, configurados conforme as necessidades institucionais e disponibilizados aos setores administrativos e gabinetes, permitindo integração com a infraestrutura tecnológica existente, rede local, serviços de internet, impressoras, sistemas corporativos e demais recursos computacionais da Câmara Municipal.

A especificação técnica adotada busca assegurar durabilidade, desempenho e longevidade operacional dos equipamentos, reduzindo riscos de obsolescência





precoce e minimizando custos futuros de manutenção corretiva e substituição prematura. Os notebooks possuem arquitetura atualizada, memória DDR5, armazenamento SSD, conectividade avançada, recursos de segurança biométrica e compatibilidade com tecnologias modernas de comunicação e produtividade, possibilitando utilização eficiente durante toda sua vida útil estimada.

A solução também contempla requisitos de mobilidade, ergonomia e eficiência energética, considerando equipamentos com dimensões compactas, baixo peso, bateria de longa duração e tecnologias de carregamento rápido, favorecendo o uso contínuo em atividades internas, reuniões, sessões legislativas, trabalhos externos e ambientes híbridos.

No decorrer da utilização dos equipamentos, a Administração realizará os procedimentos ordinários de gestão patrimonial, conservação e utilização adequada dos bens públicos, observando as normas internas de controle de patrimônio, segurança da informação e uso responsável dos recursos tecnológicos.

Ao final da vida útil dos equipamentos, eventual desfazimento ocorrerá em conformidade com a legislação aplicável à administração pública, observando os procedimentos de baixa patrimonial, reaproveitamento, doação, alienação ou descarte ambientalmente adequado de resíduos eletroeletrônicos, nos termos das normas de sustentabilidade e gestão ambiental vigentes.

Dessa forma, a solução apresentada mostra-se adequada, eficiente e economicamente viável para atender às demandas institucionais da Câmara Municipal de Extrema, promovendo modernização tecnológica, continuidade administrativa, segurança operacional e melhoria da eficiência dos serviços públicos prestados.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A licitante vencedora da licitação deverá atender integralmente aos requisitos técnicos, operacionais, legais e de qualidade estabelecidos pela Câmara Municipal de Extrema, garantindo o fornecimento de equipamentos novos, originais e compatíveis com as especificações mínimas exigidas, bem como assegurar a adequada execução contratual, observando os padrões de eficiência, segurança, garantia, suporte e



conformidade necessários ao atendimento das demandas administrativas e institucionais da Administração Pública:

- a) O objeto deverá consistir na aquisição de 17 (dezesete) notebooks novos, de primeiro uso, sem utilização anterior, em linha de fabricação atual e devidamente acondicionados pelo fabricante.
- b) Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas no Termo de Referência, especialmente quanto ao processador, memória RAM, armazenamento SSD, conectividade, sistema operacional, tela, bateria, dispositivos de segurança e demais características exigidas.
- c) Todos os notebooks deverão ser entregues com sistema operacional Windows 11 Pro, 64 bits, original, licenciado, instalado de fábrica, ativado e pronto para uso.
- d) Os equipamentos deverão acompanhar licença original e perpétua do Microsoft Office 2024 Professional, com chave de ativação válida e forma oficial de instalação/ativação, vedado o fornecimento de versões de avaliação, educacionais, temporárias ou vinculadas a assinatura.
- e) Os equipamentos deverão possuir garantia mínima do fabricante, com assistência técnica autorizada no território nacional, contemplando suporte e manutenção conforme condições definidas no instrumento convocatório.
- f) Os notebooks deverão ser entregues acompanhados de todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, incluindo carregador/fonte de alimentação original do fabricante.
- g) Os equipamentos deverão possuir compatibilidade com a infraestrutura tecnológica e de rede atualmente utilizada pela Câmara Municipal de Extrema.
- h) Não serão aceitos equipamentos remanufaturados, recondicionados, usados ou fora de linha de fabricação.
- i) A contratada deverá garantir a procedência legal dos equipamentos, licenças e softwares fornecidos, responsabilizando-se pela originalidade e regularidade dos produtos perante o fabricante.
- j) A entrega deverá ocorrer dentro do prazo estipulado pela Administração, em perfeitas condições de funcionamento, acondicionamento e integridade física.





k) Os equipamentos deverão atender às normas técnicas, padrões de qualidade, segurança e eficiência compatíveis com a utilização no âmbito da Administração Pública.

## REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

### I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- e) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;
- f) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- g) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- h) **CCMEI** — Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

### II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ/MF**;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- g) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;
- h) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;
- i) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos





Trabalhistas com efeitos de negativa;

- j) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

Obs.: As **provas de regularidades** poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

### III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- c) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- d) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

II. O presente modelo de execução estabelece as condições para o fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, tipo plataforma elevatória inclinada, conforme descrito no objeto, assegurando o atendimento integral às especificações técnicas apresentadas.

n. **O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário. A entrega é imediata. Entrega imediata é aquela que deve ocorrer em até 30 (trinta) dias após o recebimento da autorização de fornecimento (A.F.). Os itens devem ser entregues na sede da Câmara Municipal de Extrema/MG.**

- o. Caso o fornecimento não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-







mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.

p. O fornecimento será de natureza material, com entrega de bens permanentes e de consumo durável, novos, originais de fábrica, sem uso anterior, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Todos os itens deverão ser entregues com seus respectivos acessórios, cabos, carregadores, manuais e componentes necessários ao pleno funcionamento, conforme especificações do termo de referência.

q. Itens entregues com defeito, especificação divergente ou dano deverão ser substituídos integralmente. Não será admitido reparo improvisado para fins de aceitação inicial. A substituição deverá ocorrer dentro do prazo definido pela Administração.

r. O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

s. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.

t. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

u. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.







- v. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- w. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- x. Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.
- y. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, permanecendo a contratada como única e integral responsável pela execução do fornecimento perante a CONTRATANTE. Fica igualmente vedada a prática de triangulação comercial, assim entendida como a intermediação por terceiros não contratados para faturamento, fornecimento ou entrega dos bens. Todos os itens deverão ser fornecidos diretamente pela contratada, em seu próprio nome e CNPJ, sob pena de rescisão contratual, aplicação das sanções cabíveis e demais medidas previstas na legislação aplicável.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/DA FISCALIZAÇÃO**

- a. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.





- c. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- d. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- e. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- f. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.
- g. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- i. O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- ii. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- iii. O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- iv. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.





- v. O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- h. O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- i. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- i. O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- i. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- ii. O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- iii. O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.





- iv. O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- j. O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- k. O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato, conforme Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato, conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante designação formal. Será admitida a contratação de terceiros pela Administração para prestar assistência e fornecer subsídios técnicos e operacionais necessários ao pleno exercício das atribuições de gestão e fiscalização.
- l. Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- m. A empresa se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.
- n. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- g) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- h) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da União;





- i) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
- j) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- k) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- l) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

7.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue nas condições estabelecidas.

7.2 No caso de controvérsia sobre a entrega do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

7.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

### Liquidação





7.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.5 O pagamento referente à execução do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente entregue.

7.6 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.9 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que







implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

### **Prazo de pagamento**

7.13 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.14 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

### **Forma de pagamento**

7.15 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.



7.16 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

7.19 Não será admitida a antecipação de pagamento.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão Eletrônico nos termos do Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso XLI do mesmo diploma legal, adotando-se o critério de julgamento pelo **menor preço unitário**.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO.

A estimativa do valor da contratação está demonstrada na tabela a seguir:

| ITEM | DESCRIÇÃO  | MEDIANA<br>VALOR<br>UNIT. | QUANT.      | VALOR<br>GLOBAL<br>ESTIMADO |
|------|--|---------------------------|-------------|-----------------------------|
| 01   | <b>NOTEBOOK</b><br><b>Especificações Técnicas Mínimas</b><br><b>Processador</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Intel® Core™ 7 150U</li><li>• 10 núcleos</li></ul> | R\$<br>10.498,50          | 17<br>peças | R\$<br>178.474,50           |





|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"><li>• Cache de 12 MB</li><li>• Frequência máxima de até 5,4 GHz</li></ul> <b>Sistema Operacional</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Windows 11 Pro, 64 bits.</li><li>• Versão perpétua.</li><li>• Original, licenciado e instalado de fábrica</li><li>• Entregue ativado e pronto para uso</li></ul> <b>Pacote Office</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Microsoft Office 2024 Professional, original e licenciado</li><li>• Versão perpétua (sem assinatura)</li><li>• Fornecido com chave de ativação válida</li><li>• Mídia de instalação ou forma oficial de ativação</li></ul> <b>Placa de Vídeo</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Intel® Graphics integrada ao processador</li></ul> <b>Tela</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Tamanho: 16"</li><li>• Resolução: FHD+</li><li>• Taxa de atualização: 60 Hz</li><li>• Brilho mínimo: 300 nits</li><li>• Padrão de cores: 45% NTSC</li><li>• Tratamento antirreflexo</li><li>• Câmera FHD + IR integrada</li></ul> <b>Memória RAM</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Capacidade mínima: 16 GB</li><li>• Configuração: 1 x 16 GB</li><li>• Tipo: DDR5</li><li>• Frequência mínima: 5600 MT/s</li></ul> <b>Armazenamento</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• SSD 512 GB</li><li>• Classe 25 ou superior</li></ul> <b>Software de Segurança</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Sem antivírus pré-instalado</li></ul> <b>Teclado e Dispositivos de Entrada</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Teclado padrão Português (Brasil)</li><li>• Tecla Copilot</li><li>• Retroiluminado</li><li>• Leitor de impressão digital integrado</li></ul> <b>Portas de Conectividade</b> |  |  |  |
|--|--|--|--|--|





|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
| <p>O equipamento deverá possuir no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 1 porta global de headset</li><li>• 1 porta HDMI 2.1 (TMDS)</li><li>• 2 portas USB 3.2 Type-A Gen 1 (5 Gbit/s), sendo 1 com PowerShare</li><li>• 1 porta USB 3.2 Type-C Gen 2 (10 Gbit/s) com DisplayPort e Power Delivery</li><li>• 1 porta Thunderbolt™ 4 (40 Gbit/s) com Power Delivery e DisplayPort</li><li>• 1 porta Ethernet RJ45 – 1 GbE</li><li>• 1 leitor de Smart Card (opcional conforme configuração)</li></ul> <p><b>Slots</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 1 slot de segurança tipo cunha (Wedge)</li></ul> <p><b>Dimensões Máximas</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Altura frontal: até 1,89 cm</li><li>• Altura traseira: até 2,08 cm</li><li>• Largura: até 35,8 cm</li><li>• Profundidade: até 25,1 cm</li><li>• Peso máximo inicial: 1,92 kg</li></ul> <p><b>Câmera</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Resolução FHD 1080p a 30 fps</li><li>• Infravermelho (IR)</li><li>• Microfones de matriz dupla</li></ul> <p><b>Áudio</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Alto-falantes estéreo</li><li>• Tecnologia Waves MaxxAudio® Pro ou equivalente</li><li>• Potência total mínima de 4 W</li></ul> <p><b>Conectividade Wireless</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Intel® Wi-Fi 6E AX211 ou equivalente</li><li>• Configuração 2x2</li><li>• Padrão 802.11ax</li><li>• Bluetooth® 5.3 integrado</li></ul> <p><b>Bateria</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Bateria de 3 células</li><li>• Capacidade mínima: 45 Wh</li><li>• Compatível com tecnologia ExpressCharge™</li></ul> <p><b>Fonte de Alimentação</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Carregador de 65 W</li></ul> |  |  |  |
|--|--|--|--|





|  |   |  |  |  |
|--|---|--|--|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"><li>• Conector padrão do fabricante ou equivalente</li><li>• Cor neutra (preto, cinza ou similar)</li></ul> |  |  |  |
|--|---|--|--|--|

**Contratações correlatas e/ou interdependentes:** Registra-se que a Câmara Municipal de Extrema não possui contrato para esse objeto específico.

As memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, constam de documento separado e classificado “**Análise Crítica dos Dados Coletados**”.

## 10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pelas seguintes dotações e fichas:

**Dotação: 4.4.90.52.19**

**Ficha: 61**

**Resumo: EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS**

**Dotação: 4.4.90.52.19**

**Ficha: 11**

**Resumo: EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS**

**Dotação: 4.4.90.52.19**

**Ficha: 23**

**Resumo: EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS**





## 11. JUSTIFICATIVAS

A presente contratação tem por objeto a aquisição de 17 (dezesete) unidades de notebooks destinados ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e institucionais da Câmara Municipal de Extrema, contemplando tanto a operacionalização do Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC) quanto a sustentação administrativa e operacional do Poder Legislativo.

A aquisição mostra-se necessária em razão da crescente demanda por recursos tecnológicos capazes de assegurar desempenho, segurança, mobilidade, confiabilidade e continuidade das atividades institucionais, considerando a modernização dos processos administrativos, a ampliação dos serviços digitais ofertados à população e a necessidade de compatibilidade com sistemas corporativos atuais e futuros.

Os equipamentos especificados apresentam características técnicas compatíveis com as exigências contemporâneas da Administração Pública, especialmente quanto ao processamento de dados, execução simultânea de múltiplas aplicações, segurança da informação, videoconferências institucionais, utilização de sistemas integrados, produção documental, armazenamento seguro e suporte às atividades legislativas e administrativas.

A configuração mínima exigida, composta por processador Intel® Core™ 7 150U de última geração, memória DDR5 de 16 GB, armazenamento SSD de 512 GB e conectividade avançada, garante elevado desempenho operacional, maior vida útil dos equipamentos e redução de indisponibilidades decorrentes de obsolescência tecnológica precoce.

A exigência do sistema operacional Windows 11 Pro, original e licenciado, bem como do pacote Microsoft Office 2024 Professional em versão perpétua, visa assegurar compatibilidade plena com os sistemas utilizados pela Administração, padronização do ambiente computacional, segurança jurídica quanto ao licenciamento de software e continuidade operacional sem dependência de assinaturas recorrentes.







Os requisitos relacionados à conectividade, segurança e ergonomia — tais como leitor biométrico, câmera FHD com infravermelho, Wi-Fi 6E, Bluetooth 5.3, teclado retroiluminado e múltiplas interfaces de comunicação — atendem às necessidades institucionais de mobilidade, autenticação segura, trabalho híbrido, videoconferências oficiais e integração com periféricos e infraestrutura tecnológica existente.

A definição das especificações técnicas mínimas não restringe a competitividade, uma vez que os componentes e padrões descritos são amplamente disponíveis no mercado nacional, fornecidos por diversos fabricantes e distribuidores, caracterizando-se como bem comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O quantitativo de 17 (dezessete) unidades foi estimado conforme levantamento interno das necessidades das unidades administrativas, observando-se critérios de economicidade, eficiência administrativa, continuidade dos serviços públicos e substituição gradativa de equipamentos defasados.

A distribuição prevista contempla:

- a) Operacionalização do Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC): 7 (sete) unidades, destinadas ao suporte direto às atividades de atendimento ao público, operacionalização de sistemas administrativos e execução de serviços digitais;
- b) Sustentação Administrativa e Operacional do Poder Legislativo: 10 (dez) unidades, destinadas às atividades administrativas, legislativas, técnicas e operacionais da Câmara Municipal.

A contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações (PAC), publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 13 de setembro de 2024 e disponibilizado no sistema ComprasGov, Linha 004, demonstrando alinhamento com o planejamento institucional e observância aos princípios da governança das contratações públicas.

O objeto será executado sob o regime de empreitada por preço unitário, com entrega imediata em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento, atendendo às necessidades administrativas de reposição e modernização tecnológica em prazo compatível com a continuidade dos serviços públicos.



Por fim, destaca-se que os itens pretendidos não se enquadram como bens de luxo, em conformidade com o art. 20 da Lei nº 14.133/2021, tratando-se de equipamentos de uso estritamente funcional e institucional, indispensáveis à adequada execução das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Extrema.

A presente contratação revela-se economicamente vantajosa para a Administração Pública, considerando a necessidade de modernização e padronização do parque tecnológico da Câmara Municipal de Extrema, bem como a busca pela eficiência operacional, continuidade dos serviços públicos e redução de custos indiretos relacionados à manutenção de equipamentos obsoletos.

Os notebooks atualmente utilizados por diversos setores administrativos apresentam desgaste natural decorrente do tempo de uso, limitações de desempenho e incompatibilidades com aplicações modernas, circunstâncias que ocasionam lentidão operacional, interrupções frequentes, aumento da necessidade de suporte técnico corretivo e redução da produtividade dos servidores e colaboradores.

A aquisição de equipamentos com configuração tecnológica atualizada proporcionará maior estabilidade operacional, redução significativa de falhas técnicas e diminuição dos custos relacionados à manutenção corretiva, substituição de peças, suporte externo e paralisações de atividades administrativas.

Sob o aspecto econômico, a opção por notebooks com processadores de última geração, memória DDR5, armazenamento SSD e conectividade avançada representa investimento com melhor relação custo-benefício a médio e longo prazo, ampliando a vida útil dos equipamentos e reduzindo a necessidade de novas aquisições em curto período.

A adoção de sistema operacional Windows 11 Pro e do pacote Microsoft Office 2024 Professional em versões perpétuas e devidamente licenciadas também demonstra economicidade, uma vez que elimina custos recorrentes de assinaturas mensais ou anuais, assegurando regularidade contratual, previsibilidade orçamentária e conformidade com a legislação de propriedade intelectual e licenciamento de software.



Além disso, a padronização dos equipamentos contribui para:

- a) redução de custos de suporte técnico e manutenção;
- b) simplificação da gestão de ativos de tecnologia da informação;
- c) maior compatibilidade entre sistemas e periféricos;
- d) otimização dos processos de atualização e configuração;
- e) melhoria da segurança da informação e da gestão de acessos institucionais.

A contratação também observa os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021, estando alinhada ao Plano Anual de Contratações (PAC) da Câmara Municipal de Extrema, o que reforça a adequação do investimento sob a perspectiva orçamentária e administrativa.

O quantitativo estimado foi definido com base em levantamento interno das necessidades reais das unidades administrativas, evitando aquisições excessivas e assegurando compatibilidade entre a demanda institucional e os recursos orçamentários disponíveis.

A divisão da contratação entre o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC) e a estrutura administrativa do Poder Legislativo demonstra racionalidade na aplicação dos recursos públicos, permitindo melhor distribuição dos equipamentos conforme a demanda operacional de cada unidade administrativa.

Adicionalmente, o regime de execução por empreitada por preço unitário e entrega imediata proporciona maior controle financeiro à Administração, permitindo previsibilidade de custos, objetividade na fiscalização contratual e redução de riscos relacionados à execução do objeto.

Dessa forma, conclui-se que a contratação apresenta viabilidade econômica, adequação orçamentária e vantagem administrativa, representando investimento necessário e proporcional às demandas institucionais da Câmara Municipal de Extrema, com potencial de geração de ganhos de eficiência, produtividade e redução de despesas operacionais futuras.

A exigência apenas dos documentos de habilitação essenciais mostra-se suficiente e adequada para a presente contratação, considerando a natureza do objeto, classificado como bem comum, de natureza permanente, cujas especificações





são objetivamente definidas e amplamente disponíveis no mercado. Trata-se da aquisição de notebooks corporativos padronizados, sem elevada complexidade técnica, sem prestação continuada de serviços e sem necessidade de execução especializada de maior risco, circunstâncias que permitem à Administração adotar critérios de habilitação proporcionais e estritamente necessários à garantia do cumprimento das obrigações contratuais. A limitação das exigências documentais ao mínimo indispensável contribui para a ampliação da competitividade, evita restrições indevidas à participação de fornecedores e reduz burocracias excessivas, sem comprometer a segurança e a adequada execução contratual, uma vez que os equipamentos são amplamente comercializados por diversos fabricantes e fornecedores do mercado nacional. Assim, serão exigidos apenas os documentos indispensáveis à comprovação da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e da capacidade mínima necessária ao fornecimento do objeto, observando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Dessa forma, a adoção de habilitação simplificada e essencial mostra-se suficiente para assegurar a contratação adequada, com maior celeridade processual, economicidade e ampla participação de interessados aptos ao fornecimento dos equipamentos.

O intervalo mínimo de diferença entre os lances foi fixado em R\$ 100,00 (cem reais), considerando o valor estimado unitário do objeto, a natureza da contratação e a necessidade de assegurar disputa competitiva, eficiente e operacionalmente adequada durante a fase de lances. O valor definido mostra-se suficiente para estimular a competitividade entre os licitantes, permitindo reduções progressivas e economicamente relevantes para a Administração, sem ocasionar lances excessivamente reduzidos ou irrisórios que possam comprometer a dinâmica do certame, prolongar desnecessariamente a disputa ou prejudicar sua eficiência operacional. Além disso, o intervalo estabelecido guarda proporcionalidade com o valor estimado do item, correspondente a percentual reduzido do preço de referência,





preservando ampla margem para concorrência entre os participantes e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, o critério adotado contribui para a celeridade, racionalidade e efetividade da sessão pública, mantendo equilíbrio entre competitividade, economicidade e eficiência procedimental.

A presente contratação revela-se necessária e plenamente alinhada ao interesse público, tendo em vista a necessidade de fortalecimento da infraestrutura tecnológica da Câmara Municipal de Extrema, condição indispensável para assegurar a continuidade, eficiência, modernização e segurança das atividades administrativas, legislativas e institucionais desenvolvidas pelo Poder Legislativo Municipal. O atual cenário da Administração Pública exige crescente digitalização dos processos internos, ampliação da governança tecnológica, utilização intensiva de sistemas informatizados, tramitação eletrônica de documentos, realização de sessões híbridas, comunicação institucional digital, armazenamento seguro de informações e execução simultânea de múltiplas atividades administrativas e legislativas, circunstâncias que demandam equipamentos modernos, confiáveis e compatíveis com os padrões tecnológicos contemporâneos. A aquisição dos notebooks busca garantir condições adequadas de trabalho aos servidores, setores administrativos, gabinetes parlamentares e demais usuários da estrutura organizacional da Câmara Municipal, proporcionando maior desempenho operacional, estabilidade dos sistemas utilizados, eficiência no processamento de dados, melhoria da produtividade institucional e redução de falhas decorrentes da utilização de equipamentos obsoletos ou tecnologicamente defasados. A solução proposta também atende ao interesse público sob a perspectiva da continuidade administrativa e da eficiência dos serviços públicos, uma vez que equipamentos com desempenho insuficiente comprometem diretamente a execução das atividades legislativas, administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e de suporte técnico, ocasionando lentidão operacional, interrupções de trabalho, riscos de perda de informações, redução da produtividade e aumento de custos indiretos relacionados à manutenção corretiva e substituições emergenciais.







Além disso, os equipamentos especificados apresentam características compatíveis com padrões corporativos de desempenho, segurança e conectividade, incluindo recursos de autenticação biométrica, conectividade avançada, suporte a redes modernas, armazenamento em alta velocidade e capacidade de processamento adequada às demandas institucionais atuais e futuras, garantindo maior vida útil operacional e mitigando riscos de obsolescência precoce.

A contratação também observa os princípios da economicidade e do planejamento administrativo, pois a aquisição de equipamentos atualizados reduz despesas futuras com manutenção frequente, minimiza paralisações operacionais e evita a necessidade de substituições prematuras, assegurando melhor aproveitamento dos recursos públicos ao longo do ciclo de vida dos bens.

Sob o aspecto institucional, a modernização tecnológica fortalece a capacidade operacional do Poder Legislativo Municipal, amplia a eficiência dos fluxos internos de trabalho, favorece a transparência administrativa, melhora a capacidade de resposta da Administração às demandas da sociedade e contribui para a prestação de serviços públicos mais céleres, seguros e eficientes. A contratação também se mostra compatível com as diretrizes de transformação digital da Administração Pública, promovendo integração tecnológica, melhoria da gestão documental, suporte ao trabalho híbrido, ampliação da mobilidade funcional e fortalecimento da segurança da informação no âmbito institucional. Dessa forma, a presente aquisição não constitui mera substituição patrimonial, mas sim medida estratégica de fortalecimento institucional, modernização administrativa e aprimoramento da capacidade operacional da Câmara Municipal de Extrema, evidenciando atendimento direto e concreto ao interesse público primário, à eficiência administrativa e à adequada prestação das funções constitucionais do Poder Legislativo Municipal.

O quantitativo de 17 (dezessete) notebooks foi definido com base nas necessidades operacionais e administrativas da Câmara Municipal de Extrema, considerando a estrutura atualmente em funcionamento, a expansão das atividades institucionais e a implantação do novo anexo destinado ao funcionamento integrado da Unidade de Atendimento Integrado – UAI, Procon Câmara e Casa do Cidadão. A







definição da quantidade decorre da necessidade de disponibilização de equipamentos adequados aos servidores e setores vinculados às novas unidades administrativas e de atendimento ao público, garantindo condições tecnológicas compatíveis com a execução das atividades institucionais, atendimento aos cidadãos, tramitação eletrônica de documentos, utilização de sistemas informatizados e execução simultânea de rotinas administrativas e operacionais. Além da ampliação estrutural e funcional dos serviços públicos oferecidos pela Câmara Municipal, verificou-se a existência de equipamentos atualmente em uso com elevado grau de obsolescência tecnológica, desempenho insuficiente e limitações operacionais incompatíveis com as demandas contemporâneas da Administração Pública, especialmente em relação à execução de sistemas modernos, plataformas digitais, videoconferências, processamento de dados e rotinas informatizadas de atendimento e gestão administrativa. A substituição gradual desses equipamentos obsoletos mostra-se necessária para assegurar continuidade operacional, eficiência administrativa, estabilidade dos sistemas utilizados, segurança da informação e melhoria das condições de trabalho dos usuários, evitando falhas recorrentes, lentidão operacional, interrupções de serviço e aumento de custos com manutenção corretiva. O quantitativo também contempla margem de reserva técnica estratégica, destinada a suprir situações emergenciais, substituições temporárias, manutenção de equipamentos em uso, ampliação futura imediata de postos de trabalho e continuidade dos serviços essenciais, evitando paralisações administrativas e prejuízos ao atendimento da população em caso de falhas ou indisponibilidade de equipamentos. Dessa forma, o quantitativo estimado revela-se compatível com a demanda institucional atual, com a expansão da estrutura administrativa e com a necessidade de manutenção da continuidade, eficiência e modernização dos serviços públicos prestados pela Câmara Municipal de Extrema.

As especificações técnicas definidas para os notebooks objeto da presente contratação foram estabelecidas com fundamento nas necessidades operacionais reais da Câmara Municipal de Extrema, observando critérios de desempenho, durabilidade, segurança, compatibilidade tecnológica, padronização administrativa e



continuidade operacional, sem direcionamento de marca ou modelo específico, preservando a ampla competitividade do certame. Os requisitos técnicos adotados representam padrões corporativos amplamente disponíveis no mercado nacional, compatíveis com equipamentos profissionais destinados ao uso institucional contínuo, permitindo a participação de diversos fabricantes e fornecedores especializados do segmento de tecnologia da informação.

As especificações foram elaboradas considerando a necessidade de atendimento eficiente das atividades administrativas, legislativas, técnicas e de atendimento ao público desenvolvidas no âmbito da Câmara Municipal, especialmente em ambientes com utilização simultânea de múltiplos sistemas, videoconferências, tramitação eletrônica de documentos, aplicações corporativas, navegação segura, processamento de dados e integração com plataformas digitais governamentais. A exigência de processador Intel® Core™ 7 150U ou equivalente decorre da necessidade de garantir desempenho adequado para execução multitarefa, estabilidade operacional, maior capacidade de processamento e compatibilidade com aplicações corporativas modernas, evitando limitações de desempenho e reduzindo riscos de obsolescência precoce durante a vida útil estimada dos equipamentos. A adoção de memória RAM DDR5 com frequência mínima de 5600 MT/s justifica-se pela necessidade de maior velocidade de processamento, eficiência energética, melhor desempenho multitarefa e compatibilidade com arquiteturas computacionais atuais e futuras, assegurando maior longevidade tecnológica aos equipamentos e melhor aproveitamento dos recursos públicos investidos. A exigência de porta Thunderbolt™ 4 ou equivalente atende à necessidade institucional de conectividade avançada, transferência de dados em alta velocidade, compatibilidade com estações de trabalho, monitores externos, dispositivos modernos e futuras expansões tecnológicas, tratando-se de recurso já consolidado em equipamentos corporativos de padrão profissional.

A opção pelo fornecimento do Microsoft Office 2024 Professional em licença perpétua decorre da necessidade de previsibilidade orçamentária, continuidade operacional e eliminação de custos recorrentes com assinaturas periódicas,





garantindo à Administração autonomia de utilização contínua do software sem dependência de renovações futuras.

A especificação de tela de 16 polegadas com resolução FHD+ possui fundamento ergonômico e operacional, proporcionando melhor área útil de trabalho, conforto visual, produtividade e eficiência na utilização simultânea de documentos, sistemas administrativos, planilhas, relatórios e plataformas institucionais, especialmente em jornadas prolongadas de trabalho.

A exigência de recursos de autenticação biométrica, como leitor de impressão digital e câmera infravermelha (IR), decorre da necessidade de fortalecimento da segurança da informação, controle de acesso aos equipamentos e proteção de dados institucionais, em conformidade com boas práticas contemporâneas de segurança digital no setor público.

A adoção do sistema operacional Windows 11 Pro justifica-se pela ampla compatibilidade com os sistemas utilizados pela Administração Pública, suporte a recursos corporativos de rede, gerenciamento avançado, políticas de segurança, autenticação em domínio e integração com a infraestrutura tecnológica institucional existente.

A exigência de conectividade Wi-Fi 6E e Bluetooth® 5.3 fundamenta-se na necessidade de compatibilidade com padrões modernos de comunicação sem fio, maior estabilidade de conexão, melhor desempenho em ambientes com múltiplos dispositivos conectados e adequação às futuras evoluções da infraestrutura de rede institucional.

A vedação ao fornecimento de antivírus pré-instalado possui fundamento técnico e administrativo, considerando que a Administração poderá adotar solução corporativa própria de segurança digital, evitando conflitos de licenciamento, incompatibilidades entre softwares de proteção, consumo desnecessário de recursos computacionais e custos redundantes decorrentes de licenças não utilizadas.

As especificações estabelecidas, portanto, não possuem caráter restritivo ou direcionador, mas refletem parâmetros mínimos necessários para assegurar desempenho adequado, segurança operacional, eficiência administrativa,



padronização tecnológica e utilização sustentável dos equipamentos ao longo de sua vida útil, observando os princípios da economicidade, competitividade e interesse público.

Os equipamentos objeto da presente contratação não se caracterizam como bens de luxo, uma vez que suas especificações técnicas possuem natureza estritamente funcional, corporativa e operacional, sendo compatíveis com as necessidades institucionais da Câmara Municipal de Extrema e com os padrões atualmente exigidos para a adequada execução das atividades administrativas, legislativas e de atendimento ao público.

As configurações estabelecidas não representam sofisticação excessiva, acabamento diferenciado, personalização estética, exclusividade comercial ou características voltadas ao uso recreativo, ostentatório ou de alto padrão incompatível com a Administração Pública. Ao contrário, tratam-se de especificações amplamente utilizadas em equipamentos corporativos modernos destinados ao ambiente profissional e institucional.

A exigência de processador de desempenho intermediário-superior, memória RAM DDR5, armazenamento SSD, conectividade avançada, recursos de segurança biométrica e compatibilidade com redes modernas decorre exclusivamente da necessidade de assegurar desempenho adequado, estabilidade operacional, segurança da informação, vida útil prolongada e capacidade de atendimento às demandas tecnológicas contemporâneas da Administração Pública.

Os requisitos técnicos definidos buscam evitar aquisição de equipamentos com desempenho insuficiente ou tecnologicamente defasados, circunstância que poderia ocasionar obsolescência precoce, necessidade de substituições antecipadas, aumento de custos de manutenção e prejuízos à continuidade dos serviços públicos.

Da mesma forma, itens como tela de 16 polegadas, sistema operacional profissional, conectividade Wi-Fi 6E, portas de expansão modernas e recursos de autenticação biométrica constituem padrões corporativos atualmente adotados em equipamentos destinados ao uso institucional contínuo, especialmente em ambientes



administrativos que exigem produtividade, mobilidade, segurança e integração tecnológica.

O fornecimento de licença perpétua do pacote Office também não configura item de luxo, mas medida de racionalidade administrativa e economicidade, destinada a evitar despesas recorrentes com assinaturas periódicas e garantir continuidade operacional dos serviços públicos.

Além disso, as especificações adotadas encontram ampla oferta no mercado nacional, sendo disponibilizadas por diversos fabricantes e fornecedores, inexistindo direcionamento para produtos exclusivos, premium ou de natureza sofisticada incompatível com o interesse público. Dessa forma, verifica-se que os equipamentos especificados possuem natureza eminentemente funcional e corporativa, estando diretamente relacionados às necessidades operacionais da Câmara Municipal, sem qualquer elemento caracterizador de bem de luxo, ostentação ou despesa supérflua.

A adoção do critério de julgamento pelo menor preço unitário mostra-se adequada à presente contratação em razão da natureza do objeto, classificado como bem comum, cujas especificações técnicas encontram-se objetiva e detalhadamente definidas no instrumento convocatório, permitindo comparação direta entre as propostas apresentadas pelos licitantes. O critério escolhido favorece a ampla competitividade do certame, possibilitando a participação de diversos fornecedores do mercado de tecnologia da informação, sem prejuízo da padronização, da qualidade mínima exigida e do atendimento integral das especificações técnicas estabelecidas pela Administração. A utilização do menor preço unitário também contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, permitindo disputa mais eficiente entre os participantes, ampliação da economicidade e racionalização da aplicação dos recursos públicos, especialmente considerando que os equipamentos possuem características padronizadas e fornecimento amplamente disponível no mercado nacional. Além disso, o julgamento por menor preço unitário proporciona maior transparência, objetividade e simplicidade na análise das propostas, reduzindo subjetividades e assegurando tratamento isonômico entre os licitantes, uma vez que a comparação ocorrerá com base em critérios exclusivamente







objetivos e previamente definidos. O modelo adotado também favorece o controle administrativo, a gestão contratual e eventual necessidade futura de acréscimos quantitativos legalmente admitidos, permitindo clara identificação do valor individual de cada equipamento adquirido. Dessa forma, o critério de menor preço unitário revela-se tecnicamente adequado, economicamente vantajoso e compatível com a natureza padronizada do objeto, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Não se mostra tecnicamente recomendável o parcelamento do objeto da presente contratação, tendo em vista que a aquisição consiste em item único e homogêneo, composto por notebooks corporativos com especificações padronizadas e destinados à utilização integrada no âmbito da Câmara Municipal de Extrema. A contratação em lote único favorece a padronização tecnológica da infraestrutura de tecnologia da informação da Administração, assegurando uniformidade de configuração, compatibilidade operacional, integração entre os equipamentos e simplificação dos procedimentos de instalação, configuração, gerenciamento patrimonial e suporte técnico.

A padronização dos equipamentos proporciona maior eficiência administrativa e operacional, especialmente no que se refere à gestão dos ativos de TI, atualização de sistemas, manutenção preventiva e corretiva, controle de inventário, aplicação de políticas de segurança da informação e compatibilidade com softwares e periféricos utilizados pela instituição. Além disso, a concentração do fornecimento em um único contratado reduz riscos de incompatibilidade entre equipamentos de diferentes fabricantes ou modelos, evitando divergências de desempenho, drivers, conectividade, componentes internos e recursos tecnológicos, circunstâncias que poderiam comprometer a estabilidade operacional e aumentar a complexidade da gestão tecnológica institucional. A ausência de parcelamento também contribui para maior eficiência logística e contratual, facilitando o acompanhamento da execução, o recebimento dos equipamentos, o acionamento de garantia, o suporte técnico e eventual substituição de componentes, reduzindo custos administrativos relacionados à gestão de múltiplos fornecedores.





Sob o aspecto econômico, a contratação unificada possibilita ganho de escala e ampliação da competitividade, favorecendo a obtenção de melhores condições comerciais, preços mais vantajosos e racionalização da aplicação dos recursos públicos.

Adicionalmente, considerando que o objeto possui ampla oferta no mercado nacional e pode ser integralmente fornecido por diversos distribuidores e fabricantes especializados, a adoção de lote único não compromete a competitividade do certame nem restringe a participação de interessados aptos ao fornecimento.

Dessa forma, a ausência de parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, padronização tecnológica e interesse público.

A exigência de apresentação de amostra ou realização de teste prévio dos equipamentos não se mostra necessária para a presente contratação, tendo em vista que o objeto possui características padronizadas, amplamente conhecidas e disponíveis no mercado, com especificações técnicas objetivas, detalhadas e suficientemente definidas no Termo de Referência.

Os requisitos técnicos estabelecidos permitem avaliação precisa da compatibilidade das propostas mediante análise documental, catálogos técnicos, fichas de especificação do fabricante, manuais, certificados e demais documentos comprobatórios a serem apresentados pelos licitantes, sendo suficientes para verificação do atendimento integral às exigências da Administração.

Além disso, os notebooks especificados constituem equipamentos corporativos de fabricação seriada, produzidos em escala industrial e comercializados regularmente no mercado nacional por diversos fabricantes e fornecedores, inexistindo peculiaridades técnicas que justifiquem a necessidade de validação prática prévia mediante apresentação física de amostra.

A exigência de amostras poderia acarretar aumento desnecessário da burocracia administrativa, elevação de custos indiretos para os participantes, redução da competitividade do certame e ampliação do prazo de conclusão do procedimento licitatório, sem ganho proporcional de segurança técnica para a Administração.



Ressalta-se ainda que eventual desconformidade entre os equipamentos fornecidos e as especificações exigidas poderá ser verificada no momento do recebimento provisório e definitivo do objeto, ocasião em que a Administração realizará conferência técnica e análise de conformidade dos bens entregues, podendo recusar equipamentos incompatíveis com as exigências contratuais.

Dessa forma, considerando a natureza padronizada do objeto, a objetividade das especificações técnicas e a ampla disponibilidade comercial dos equipamentos, conclui-se que a apresentação de amostras ou realização de testes prévios é medida desnecessária para assegurar a adequada execução da contratação.

A exigência de suporte técnico especializado visa assegurar maior segurança operacional à Administração, permitindo atendimento adequado em situações de falhas técnicas, defeitos de hardware, incompatibilidades ou problemas de funcionamento que eventualmente venham a ocorrer durante o período de utilização dos equipamentos. A definição de garantia mínima compatível com padrões corporativos de mercado possui fundamento na necessidade de obtenção de equipamentos confiáveis, duráveis e adequados ao uso institucional contínuo, especialmente considerando a intensidade de utilização típica do ambiente administrativo público. Quanto à forma de atendimento, a previsão de suporte on-site ou, alternativamente, atendimento em rede autorizada/balcão, busca assegurar viabilidade operacional e ampla competitividade do certame, permitindo que diferentes fabricantes e fornecedores participem da contratação sem comprometer a efetividade da assistência técnica necessária à Administração. O atendimento on-site, quando disponibilizado, proporciona maior agilidade na resolução de falhas, reduzindo tempo de indisponibilidade dos equipamentos e minimizando impactos operacionais. Já o suporte via rede autorizada ou atendimento em balcão constitui solução amplamente adotada no mercado corporativo, apta a garantir manutenção adequada e suporte especializado, desde que observados prazos razoáveis de atendimento e solução. A cobertura contra defeitos de fabricação e falhas de funcionamento mostra-se indispensável para assegurar que os equipamentos fornecidos atendam aos requisitos mínimos de qualidade, desempenho e confiabilidade exigidos pela Administração





Pública, evitando prejuízos decorrentes da aquisição de bens inadequados ou com vida útil reduzida. A exigência de garantia também contribui para maior economicidade da contratação, pois reduz despesas futuras com reparos prematuros, substituição de componentes e contratações emergenciais de manutenção, promovendo melhor aproveitamento dos recursos públicos investidos.

Dessa forma, as condições de garantia e suporte técnico estabelecidas mostram-se proporcionais, necessárias e compatíveis com a natureza do objeto contratado, assegurando continuidade operacional, segurança tecnológica, eficiência administrativa e proteção ao interesse público.

A presente contratação mostra-se vantajosa para a Administração Pública sob os aspectos técnico, operacional e econômico, considerando a relação custo-benefício proporcionada pela aquisição de equipamentos modernos, duráveis e compatíveis com as demandas institucionais atuais e futuras da Câmara Municipal de Extrema.

Os notebooks especificados possuem configuração corporativa adequada para utilização contínua em atividades administrativas, legislativas e de atendimento ao público, oferecendo desempenho compatível com sistemas modernos, processamento simultâneo de aplicações, videoconferências, tramitação eletrônica de documentos e demais rotinas informatizadas desenvolvidas pela instituição.

A adoção de equipamentos com arquitetura tecnológica atualizada contribui para maior vida útil operacional, reduzindo riscos de obsolescência precoce e evitando a necessidade de substituições antecipadas, circunstância que representa melhor aproveitamento dos recursos públicos investidos e maior retorno institucional ao longo do ciclo de utilização dos bens.

Além disso, a utilização de componentes modernos, como armazenamento SSD, memória DDR5, conectividade avançada e processadores de alto desempenho energético, tende a reduzir falhas operacionais, lentidão sistêmica e indisponibilidades frequentes, minimizando custos indiretos relacionados à manutenção corretiva, perda de produtividade e interrupções de serviço.



A padronização tecnológica dos equipamentos também gera ganhos administrativos relevantes, facilitando procedimentos de suporte técnico, configuração, atualização de sistemas, controle patrimonial, gestão de ativos de tecnologia da informação e integração com a infraestrutura computacional existente. A contratação apresenta vantajosidade adicional em razão da inclusão de sistema operacional profissional e pacote Office em licença perpétua, eliminando custos recorrentes com assinaturas periódicas e proporcionando maior previsibilidade orçamentária para a Administração.

Sob o aspecto operacional, a solução permitirá melhoria da produtividade institucional, maior agilidade na execução das atividades administrativas, redução do tempo de resposta dos sistemas utilizados e melhor desempenho das rotinas de trabalho desenvolvidas pelos servidores e setores administrativos da Câmara Municipal.

A aquisição também tende a reduzir despesas futuras com manutenção de equipamentos antigos e tecnologicamente defasados, cujos custos de reparo, substituição de peças e suporte corretivo frequentemente tornam-se economicamente desvantajosos em comparação à renovação planejada do parque tecnológico.

Dessa forma, verifica-se que a contratação proposta apresenta adequada relação entre custo, desempenho, durabilidade e eficiência operacional, revelando-se técnica e economicamente vantajosa para a Administração Pública e compatível com os princípios da economicidade, eficiência. A exigência de fornecimento do pacote Microsoft Office 2024 Professional em licença perpétua mostra-se tecnicamente e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública, considerando a natureza contínua das atividades institucionais desenvolvidas pela Câmara Municipal de Extrema e a necessidade de utilização permanente das ferramentas de produtividade administrativa.

A opção pela licença perpétua visa garantir à Administração o direito de uso definitivo do software, sem dependência de renovações periódicas, assinaturas mensais ou cobranças anuais recorrentes, proporcionando maior segurança operacional, estabilidade contratual e autonomia tecnológica durante toda a vida útil



dos equipamentos. Sob o aspecto econômico, a solução adotada reduz custos recorrentes de licenciamento ao longo do tempo, evitando despesas continuadas que poderiam gerar impacto orçamentário permanente para a Administração Pública. A aquisição definitiva do software proporciona melhor previsibilidade financeira e maior controle dos gastos públicos relacionados à infraestrutura tecnológica institucional. A adoção de licença perpétua também contribui para maior estabilidade operacional, evitando riscos de suspensão de funcionalidades, bloqueios de acesso, interrupções de uso ou limitações decorrentes de eventual inadimplemento contratual futuro, atraso em renovações ou descontinuidade de assinaturas. Além disso, a escolha da licença perpétua mostra-se compatível com o perfil de utilização da Administração Pública, cuja necessidade principal consiste na utilização contínua de ferramentas consolidadas de edição de textos, planilhas, apresentações e produtividade administrativa, sem dependência obrigatória de serviços adicionais vinculados a modelos de assinatura em nuvem. A solução adotada também favorece a racionalização administrativa e a simplificação da gestão contratual, eliminando a necessidade de procedimentos periódicos de renovação, acompanhamento de vencimentos de licenças, recontrações sucessivas ou controle contínuo de assinaturas individuais. Ressalta-se ainda que a exigência não possui caráter restritivo, uma vez que licenças perpétuas do Microsoft Office permanecem amplamente disponíveis no mercado nacional por meio de fabricantes, revendedores autorizados e distribuidores especializados.

Dessa forma, a escolha da licença perpétua do Microsoft Office mostra-se adequada, econômica e compatível com o interesse da Administração Pública, assegurando continuidade operacional, previsibilidade orçamentária, redução de custos recorrentes e melhor aproveitamento dos recursos públicos investidos.

Após análise das alternativas disponíveis para atendimento da demanda institucional, concluiu-se que a aquisição definitiva dos notebooks mostra-se mais vantajosa para a Câmara Municipal de Extrema do que a adoção de solução baseada em locação, cessão de uso ou terceirização de equipamentos de tecnologia da informação.







A natureza contínua, permanente e estratégica das atividades administrativas, legislativas e de atendimento ao público desenvolvidas pela instituição exige disponibilidade constante dos equipamentos, circunstância que torna economicamente mais eficiente a incorporação definitiva dos bens ao patrimônio público.

A solução de locação implicaria geração de despesas continuadas e recorrentes durante todo o período de utilização dos equipamentos, com pagamentos mensais ou periódicos que, ao longo do tempo, tenderiam a superar significativamente o custo da aquisição definitiva, especialmente considerando a vida útil estimada dos notebooks corporativos especificados.

Além disso, a aquisição proporciona maior previsibilidade orçamentária e melhor controle financeiro pela Administração, evitando dependência de contratos continuados, reajustes periódicos, renovações sucessivas e custos futuros variáveis típicos de modelos locatícios ou terceirizados.

A incorporação dos equipamentos ao patrimônio público também assegura maior autonomia administrativa e operacional, permitindo à Câmara Municipal gerir diretamente a utilização, configuração, remanejamento e controle dos ativos tecnológicos conforme suas necessidades institucionais, sem limitações contratuais frequentemente associadas a soluções locadas.

Outro fator relevante consiste na padronização tecnológica e integração dos equipamentos à infraestrutura institucional existente, circunstância que se mostra mais eficiente em modelo de aquisição definitiva, permitindo maior estabilidade operacional, uniformidade de configuração e melhor gerenciamento da segurança da informação.

A solução locada ou terceirizada também poderia acarretar maior complexidade contratual, dependência contínua do fornecedor, limitações de customização dos equipamentos, restrições de uso e potenciais dificuldades relacionadas à gestão de suporte, substituições, renovação contratual e disponibilidade operacional.





Ressalta-se ainda que os notebooks especificados possuem características corporativas modernas e vida útil estimada compatível com utilização prolongada pela Administração, circunstância que amplia a vantajosidade econômica da aquisição definitiva e reduz a necessidade de substituições frequentes.

Sob o aspecto patrimonial, a aquisição permite que os equipamentos permaneçam integrando o patrimônio público ao final do período contratual, garantindo retorno institucional efetivo do investimento realizado e melhor aproveitamento dos recursos públicos empregados.

Dessa forma, verifica-se que a aquisição definitiva dos equipamentos apresenta melhor relação custo-benefício, maior eficiência administrativa, menor custo global ao longo do ciclo de vida dos bens e maior adequação às necessidades permanentes da Câmara Municipal de Extrema, mostrando-se mais vantajosa do que a adoção de solução locada ou terceirizada.

As especificações técnicas dos notebooks foram definidas considerando a necessidade de plena compatibilidade com a infraestrutura tecnológica atualmente existente na Câmara Municipal de Extrema, garantindo integração eficiente com os sistemas institucionais, rede corporativa, serviços internos e padrões operacionais já adotados pela Administração.

A solução proposta foi planejada para assegurar interoperabilidade com os sistemas administrativos, legislativos, contábeis, financeiros, jurídicos, de protocolo, tramitação eletrônica de documentos e demais aplicações utilizadas rotineiramente pelos setores da Câmara Municipal, evitando incompatibilidades técnicas, interrupções operacionais ou necessidade de adaptações estruturais adicionais.

A exigência do sistema operacional Windows 11 Pro decorre, entre outros fatores, da necessidade de compatibilidade com o ambiente corporativo existente, especialmente no que se refere à integração com domínio institucional, políticas de rede, autenticação de usuários, compartilhamento de arquivos, gerenciamento centralizado e demais recursos utilizados na infraestrutura de tecnologia da informação da Administração.





As configurações de conectividade previstas, incluindo portas de rede, conexões USB de alta velocidade, HDMI, Thunderbolt™, Wi-Fi 6E e Bluetooth®, foram estabelecidas para assegurar plena integração com os equipamentos periféricos, impressoras, monitores, projetores, servidores, dispositivos móveis e demais recursos tecnológicos já utilizados pela instituição.

A padronização tecnológica dos equipamentos também contribui para maior eficiência no gerenciamento da infraestrutura de TI, permitindo uniformidade de configuração, facilidade de manutenção, atualização simplificada de sistemas, aplicação centralizada de políticas de segurança da informação e redução da complexidade operacional do ambiente computacional institucional.

Além disso, a compatibilidade com os softwares corporativos atualmente utilizados pela Câmara Municipal constitui requisito essencial para assegurar continuidade administrativa, preservação da produtividade dos usuários e eliminação de riscos relacionados à indisponibilidade ou funcionamento inadequado de sistemas críticos à atividade institucional.

A exigência de hardware atualizado e compatível com padrões modernos de conectividade e processamento também visa garantir adequada integração futura com expansões tecnológicas da Administração, preservando a capacidade de atualização da infraestrutura institucional sem necessidade de substituições prematuras dos equipamentos.

Dessa forma, as especificações adotadas foram definidas de maneira a assegurar plena compatibilidade com a infraestrutura tecnológica existente, promovendo integração operacional, continuidade dos serviços, segurança da informação, padronização administrativa e eficiência na gestão dos recursos de tecnologia da informação da Câmara Municipal de Extrema.

Não será permitida a subcontratação do objeto, tampouco a prática de triangulação comercial, tendo em vista a necessidade de preservação da responsabilidade direta da contratada pela integral execução do fornecimento, garantia, suporte técnico e demais obrigações decorrentes da contratação.





A vedação mostra-se adequada em razão da natureza do objeto, consistente no fornecimento de equipamentos de tecnologia da informação padronizados, cuja execução não demanda fracionamento operacional ou divisão técnica entre múltiplos agentes econômicos, sendo plenamente possível que o fornecimento seja realizado diretamente pela empresa contratada. A subcontratação poderia comprometer o controle administrativo da execução contratual, dificultar a fiscalização, gerar insegurança quanto à rastreabilidade dos equipamentos fornecidos, ampliar riscos de descumprimento das especificações técnicas e ocasionar conflitos relacionados à responsabilidade por garantia, suporte técnico, entrega e assistência pós-venda.

Além disso, a vedação busca assegurar maior segurança jurídica, eficiência contratual e transparência na execução do objeto, evitando intermediações indevidas, repasses sucessivos, sobreposição de responsabilidades e situações que possam comprometer a qualidade dos equipamentos ou dificultar eventual responsabilização da contratada. A proibição de triangulação comercial também possui fundamento na necessidade de preservação da regularidade da cadeia de fornecimento, da autenticidade dos produtos ofertados e da adequada identificação da origem dos equipamentos, licenças e garantias fornecidas à Administração Pública. Tal medida reduz riscos relacionados ao fornecimento de equipamentos sem procedência regular, problemas de cobertura de garantia junto ao fabricante, inconsistências de licenciamento de software e dificuldades futuras no acionamento de suporte técnico ou assistência autorizada.

A vedação igualmente favorece maior eficiência na gestão contratual, permitindo interlocução direta entre Administração e contratada, simplificando procedimentos de fiscalização, recebimento, acionamento de garantia e eventual aplicação de penalidades. Ressalta-se que a medida não compromete a competitividade do certame, considerando que o objeto possui ampla disponibilidade no mercado nacional e pode ser integralmente fornecido por diversos fornecedores especializados em equipamentos de tecnologia da informação.

Dessa forma, a não permissão de subcontratação e triangulação revela-se medida necessária e proporcional para assegurar controle administrativo, segurança





contratual, qualidade do fornecimento, efetividade da garantia e proteção do interesse público.

**DIRETORIA GERAL**

Extrema, MG, 18 de maio de 2026.

---

KARINA VIEIRA BONALDO  
GERENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**DESPACHO**

APROVO, na íntegra, esse Termo de Referência.

---

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA  
PRESIDENTE





## ANEXO IV – PROPOSTA DE PREÇOS

Dados da empresa e de seu representante legal:

**Empresa:**

RAZÃO SOCIAL: XXX

CNPJ: XXX

INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXX

PROCESSO Nº.:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.:

E-MAIL: XXX

TELEFONE/WHATSAPP:

| ITEM | DESCRIÇÃO   | GARANTIA<br>(MESES) | MARCA E<br>MODELO | VALOR<br>UNIT. | QUANT.   | VALOR<br>GLOBAL |
|------|---|---------------------|-------------------|----------------|----------|-----------------|
| 01   | <b>NOTEBOOK</b><br><b>Especificações</b><br><b>Técnicas Mínimas</b><br><b>Processador</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Intel® Core™ 7 150U</li><li>10 núcleos</li><li>Cache de 12 MB</li><li>Frequência máxima de até 5,4 GHz</li></ul> <b>Sistema Operacional</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Windows 11 Pro, 64 bits.</li><li>Versão perpétua.</li><li>Original, licenciado e instalado de fábrica</li><li>Entregue ativado e pronto para uso</li></ul> <b>Pacote Office</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Microsoft Office 2024 Professional,</li></ul> |                     |                   |                | 17 peças |                 |





|  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|
|  | <p>original e licenciado</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Versão perpétua (sem assinatura)</li><li>• Fornecido com chave de ativação válida</li><li>• Mídia de instalação ou forma oficial de ativação</li></ul> <p><b>Placa de Vídeo</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Intel® Graphics integrada ao processador</li></ul> <p><b>Tela</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Tamanho: 16"</li><li>• Resolução: FHD+</li><li>• Taxa de atualização: 60 Hz</li><li>• Brilho mínimo: 300 nits</li><li>• Padrão de cores: 45% NTSC</li><li>• Tratamento antirreflexo</li><li>• Câmera FHD + IR integrada</li></ul> <p><b>Memória RAM</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Capacidade mínima: 16 GB</li><li>• Configuração: 1 x 16 GB</li><li>• Tipo: DDR5</li><li>• Frequência mínima: 5600 MT/s</li></ul> <p><b>Armazenamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• SSD 512 GB</li><li>• Classe 25 ou superior</li></ul> <p><b>Software de Segurança</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Sem antivírus pré-instalado</li></ul> |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|







|   |  |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|--|
| <p><b>Teclado e Dispositivos de Entrada</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Teclado padrão Português (Brasil)</li><li>• Tecla Copilot</li><li>• Retroiluminado</li><li>• Leitor de impressão digital integrado</li></ul> <p><b>Portas de Conectividade</b></p> <p>O equipamento deverá possuir no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 1 porta global de headset</li><li>• 1 porta HDMI 2.1 (TMDS)</li><li>• 2 portas USB 3.2 Type-A Gen 1 (5 Gbit/s), sendo 1 com PowerShare</li><li>• 1 porta USB 3.2 Type-C Gen 2 (10 Gbit/s) com DisplayPort e Power Delivery</li><li>• 1 porta Thunderbolt™ 4 (40 Gbit/s) com Power Delivery e DisplayPort</li><li>• 1 porta Ethernet RJ45 – 1 GbE</li><li>• 1 leitor de Smart Card (opcional conforme configuração)</li></ul> <p><b>Slots</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 1 slot de segurança tipo cunha (Wedge)</li></ul> <p><b>Dimensões Máximas</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Altura frontal: até 1,89 cm</li></ul> |  |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|--|





|  |   |  |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"><li>Altura traseira: até 2,08 cm</li><li>Largura: até 35,8 cm</li><li>Profundidade: até 25,1 cm</li><li>Peso máximo inicial: 1,92 kg</li></ul> <p><b>Câmera</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>Resolução FHD 1080p a 30 fps</li><li>Infravermelho (IR)</li><li>Microfones de matriz dupla</li></ul> <p><b>Áudio</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>Alto-falantes estéreo</li><li>Tecnologia Waves MaxxAudio® Pro ou equivalente</li><li>Potência total mínima de 4 W</li></ul> <p><b>Conectividade Wireless</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>Intel® Wi-Fi 6E AX211 ou equivalente</li><li>Configuração 2x2</li><li>Padrão 802.11ax</li><li>Bluetooth® 5.3 integrado</li></ul> <p><b>Bateria</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>Bateria de 3 células</li><li>Capacidade mínima: 45 Wh</li><li>Compatível com tecnologia ExpressCharge™</li></ul> <p><b>Fonte de Alimentação</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>Carregador de 65 W</li></ul> |  |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|--|





|  |   |  |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"><li>• Conector padrão do fabricante ou equivalente</li><li>• Cor neutra (preto, cinza ou similar)</li></ul> |  |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|--|

**Representante Legal:**

Nome: xxx

Endereço: xxx

Cidade: xxx

UF: xxx

Cargo/função: xxx

CPF: xxx

Carteira de identidade nº: xxx

Expedição: xxx

Naturalidade: xxx

Nacionalidade: xxx

Local/Data: xxx

O proponente DECLARA que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**Indicação da forma de pagamento:**

| BOLETO ( ) | DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE ( ) |  |
|------------|--------------------------------|--|
|            | BANCO                          |  |
|            | AGÊNCIA                        |  |
|            | Nº DA CONTA                    |  |
|            | FAVORECIDO                     |  |

Assinatura do Responsável





## ANEXO V - PLANILHA ESTIMADA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREÇOS MÁXIMOS).

- ✓ A presente pesquisa de preços tem por finalidade levantar os valores praticados no mercado para aquisição de equipamentos de informática. Tal levantamento visa subsidiar a instrução do processo licitatório a ser conduzido pela Câmara Municipal de Extrema/MG, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ Foram encaminhados, por meio eletrônico, pedidos de cotação de preços. Os fornecedores foram selecionados por constarem na base de dados da Câmara Municipal de Extrema ou por já terem fornecido anteriormente ao órgão, atendendo plenamente à logística requerida pela Administração, não havendo, até o momento, qualquer fato que os desabone.
- ✓ Adicionalmente, foi realizada pesquisa na internet com o objetivo de identificar outros prestadores de serviço do mesmo ramo que atuam na região ou que já forneceram para outros órgãos públicos, de forma a ampliar as referências de mercado e assegurar maior precisão e competitividade na pesquisa de preços.
- ✓ As empresas A-4 COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA, H GONÇALVES, ALTMAC TECNOLOGIA LTA e SISTEMA INFORMÁTICA COM. IMP. E EXP. LTDA responderam o pedido de cotação.
- ✓ As empresas ATUAL INFORMÁTICA e HM INFORMÁTICA deram negativa em resposta ao pedido de cotação solicitado.
- ✓ Realizou-se duas pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), identificando contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública, conforme demonstrado a seguir:

### 1ª Pesquisa:

| Contratação              | Órgão                        | ID de Contratação            |
|--------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Edital nº 0006/2026/2026 | Município de Indaiatuba – SP | 44733608000109-1-000013/2026 |

### 2ª Pesquisa:

| Contratação        | Órgão                                   | ID de Contratação            |
|--------------------|---|------------------------------|
| Edital nº 002/2026 | Município de Afogados da Ingazeira – PE | 10346096000106-1-000004/2026 |

- ✓ A ferramenta para pesquisa de preços do Banco de Preços do Tribunal de Contas de Minas Gerais, destinada a promover a transparência e o controle dos preços praticados nas contratações públicas, conforme previsto no Manual de Procedimentos Licitatórios e Contratações do TCE-MG está temporariamente desativada.
- ✓ Registra-se, por fim, que a Câmara Municipal de Extrema não possui contrato vigente para a aquisição dos itens em questão.





| ITEM | DESCRIÇÃO  | MEDIANA<br>VALOR<br>UNIT. | QUANT.      | VALOR<br>GLOBAL<br>ESTIMADO |
|------|--|---------------------------|-------------|-----------------------------|
| 01   | <b>NOTEBOOK</b><br><b>Especificações Técnicas Mínimas</b><br><b>Processador</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Intel® Core™ 7 150U</li><li>10 núcleos</li><li>Cache de 12 MB</li><li>Frequência máxima de até 5,4 GHz</li></ul> <b>Sistema Operacional</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Windows 11 Pro, 64 bits.</li><li>Versão perpétua.</li><li>Original, licenciado e instalado de fábrica</li><li>Entregue ativado e pronto para uso</li></ul> <b>Pacote Office</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Microsoft Office 2024 Professional, original e licenciado</li><li>Versão perpétua (sem assinatura)</li><li>Fornecido com chave de ativação válida</li><li>Mídia de instalação ou forma oficial de ativação</li></ul> <b>Placa de Vídeo</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Intel® Graphics integrada ao processador</li></ul> <b>Tela</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Tamanho: 16"</li><li>Resolução: FHD+</li><li>Taxa de atualização: 60 Hz</li><li>Brilho mínimo: 300 nits</li><li>Padrão de cores: 45% NTSC</li><li>Tratamento antirreflexo</li><li>Câmera FHD + IR integrada</li></ul> <b>Memória RAM</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Capacidade mínima: 16 GB</li><li>Configuração: 1 x 16 GB</li><li>Tipo: DDR5</li><li>Frequência mínima: 5600 MT/s</li></ul> <b>Armazenamento</b> <ul style="list-style-type: none"><li>SSD 512 GB</li><li>Classe 25 ou superior</li></ul> <b>Software de Segurança</b> | R\$<br>10.498,50          | 17<br>peças | R\$<br>178.474,50           |





|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>Sem antivírus pré-instalado</li></ul> <b>Teclado e Dispositivos de Entrada</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Teclado padrão Português (Brasil)</li><li>Tecla Copilot</li><li>Retroiluminado</li><li>Leitor de impressão digital integrado</li></ul> <b>Portas de Conectividade</b> <p>O equipamento deverá possuir no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>1 porta global de headset</li><li>1 porta HDMI 2.1 (TMDS)</li><li>2 portas USB 3.2 Type-A Gen 1 (5 Gbit/s), sendo 1 com PowerShare</li><li>1 porta USB 3.2 Type-C Gen 2 (10 Gbit/s) com DisplayPort e Power Delivery</li><li>1 porta Thunderbolt™ 4 (40 Gbit/s) com Power Delivery e DisplayPort</li><li>1 porta Ethernet RJ45 – 1 GbE</li><li>1 leitor de Smart Card (opcional conforme configuração)</li></ul> <b>Slots</b> <ul style="list-style-type: none"><li>1 slot de segurança tipo cunha (Wedge)</li></ul> <b>Dimensões Máximas</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Altura frontal: até 1,89 cm</li><li>Altura traseira: até 2,08 cm</li><li>Largura: até 35,8 cm</li><li>Profundidade: até 25,1 cm</li><li>Peso máximo inicial: 1,92 kg</li></ul> <b>Câmera</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Resolução FHD 1080p a 30 fps</li><li>Infravermelho (IR)</li><li>Microfones de matriz dupla</li></ul> <b>Áudio</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Alto-falantes estéreo</li><li>Tecnologia Waves MaxxAudio® Pro ou equivalente</li><li>Potência total mínima de 4 W</li></ul> <b>Conectividade Wireless</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Intel® Wi-Fi 6E AX211 ou equivalente</li><li>Configuração 2x2</li><li>Padrão 802.11ax</li></ul> |  |  |  |
|--|--|--|--|







|  |   |  |  |  |
|--|---|--|--|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"><li>• Bluetooth® 5.3 integrado</li></ul> <b>Bateria</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Bateria de 3 células</li><li>• Capacidade mínima: 45 Wh</li><li>• Compatível com tecnologia ExpressCharge™</li></ul> <b>Fonte de Alimentação</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Carregador de 65 W</li><li>• Conector padrão do fabricante ou equivalente</li><li>• Cor neutra (preto, cinza ou similar)</li></ul> |  |  |  |
|--|---|--|--|--|

- ✓ **Observação:** para a apuração do valor estimado da contratação foi utilizada a mediana entre os preços considerados válidos, como método de definição da referência. A mediana constitui uma medida de tendência central, representando neste caso, o preço praticado no mercado.





## ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

### AQUISIÇÃO DE 17 (DEZESSETE) UNIDADES DE NOTEBOOKS.

|   |            |
|---|------------|
| PROCESSO LICITATÓRIO Nº.                              | 51/2026    |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº.                                 | 07/2026    |
| EDITAL Nº.  | 07/2026    |
| CONTRATO Nº.  | XXX/2026   |
| DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO                            | 24/03/2025 |
| NÚMERO PREGÃO ELETRÔNICO<br>CORRESPONDENTE COMPRASGOV | 90008      |

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM  
A CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA E A  
EMPRESA XXX REFERENTE AQUISIÇÃO DE 17  
(DEZESSETE) UNIDADES DE NOTEBOOKS.

A Câmara Municipal de Extrema, neste ato denominada CONTRATANTE, com sede na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, Bairro Ponte Nova, município de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ nº. 19.038.603/0001-00, representada pelo seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, inscrito no CPF nº 056.916.036-71, e de outro lado a empresa XXX, estabelecida na XXX, XXX, XXX (XX), inscrita no CNPJ nº. XXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por XXX, portador da Cédula de Identidade nº. XXX, e CPF nº. XXX, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente CONTRATO como especificado no seu objeto, em conformidade com o PROCESSO LICITATÓRIO nº. XX/2026, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, e Lei Complementar Nº 123/2006 mediante as cláusulas e condições que seguem:





## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS / DO QUANTITATIVO

### 1.1 Aquisição de 17 (DEZESSETE) UNIDADES DE NOTEBOOKS.

**Especificações Técnicas Mínimas:** Processador Intel® Core™ 7 150U, 10 núcleos, cache de 12 MB, frequência máxima de até 5,4 GHz. Sistema Operacional Windows 11 Pro, 64 bits, versão perpétua, original, licenciado e instalado de fábrica, entregue ativado e pronto para uso. Pacote Office Microsoft Office 2024 Professional, original e licenciado, versão perpétua (sem assinatura), fornecido com chave de ativação válida, mídia de instalação ou forma oficial de ativação. Placa de Vídeo Intel® Graphics integrada ao processador. Tela tamanho 16”, resolução FHD+, taxa de atualização 60 Hz, brilho mínimo 300 nits, padrão de cores 45% NTSC, tratamento antirreflexo, câmera FHD + IR integrada. Memória RAM capacidade mínima 16 GB, configuração 1 x 16 GB, tipo DDR5, frequência mínima 5600 MT/s. Armazenamento SSD 512 GB, classe 25 ou superior. Software de Segurança sem antivírus pré-instalado. Teclado e Dispositivos de Entrada teclado padrão Português (Brasil), tecla Copilot, retroiluminado, leitor de impressão digital integrado. Portas de Conectividade o equipamento deverá possuir no mínimo: 1 porta global de headset, 1 porta HDMI 2.1 (TMDS), 2 portas USB 3.2 Type-A Gen 1 (5 Gbit/s), sendo 1 com PowerShare, 1 porta USB 3.2 Type-C Gen 2 (10 Gbit/s) com DisplayPort e Power Delivery, 1 porta Thunderbolt™ 4 (40 Gbit/s) com Power Delivery e DisplayPort, 1 porta Ethernet RJ45 – 1 GbE, 1 leitor de Smart Card (opcional conforme configuração). Slots 1 slot de segurança tipo cunha (Wedge). Dimensões Máximas altura frontal até 1,89 cm, altura traseira até 2,08 cm, largura até 35,8 cm, profundidade até 25,1 cm, peso máximo inicial 1,92 kg. Câmera resolução FHD 1080p a 30 fps, infravermelho (IR), microfones de matriz dupla. Áudio alto-falantes estéreo, tecnologia Waves MaxxAudio® Pro ou equivalente, potência total mínima de 4 W. Conectividade Wireless Intel® Wi-Fi 6E AX211 ou equivalente, configuração 2x2, padrão 802.11ax, Bluetooth® 5.3 integrado. Bateria bateria de 3 células, capacidade mínima 45 Wh, compatível com tecnologia





ExpressCharge™. Fonte de Alimentação carregador de 65 W, conector padrão do fabricante ou equivalente, cor neutra (preto, cinza ou similar).

**1.2 Natureza do objeto:** O objeto da presente contratação caracteriza-se como bem comum, de natureza permanente, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado, sendo suas especificações usuais e amplamente comercializadas por diversos fornecedores.

**1.3 Quantitativo:** 17 (dezessete) peças.

**1.4 Prazo do contrato:** A data de vigência do contrato será considerada como a data da última assinatura digital aposta no instrumento contratual, a qual será adotada como data-base para todos os efeitos legais do contrato. Essa data prevalecerá como marco inicial para a contagem de prazos, cumprimento de obrigações e demais efeitos decorrentes do ajuste. Na hipótese de assinatura híbrida, será igualmente considerada como data-base a data da última assinatura digital. Caso o contrato seja firmado exclusivamente de forma presencial, a data constante na cláusula final do instrumento contratual prevalecerá como marco para o início da contagem dos prazos, obrigações e demais efeitos dele decorrentes. **Prazo:** até 31 de dezembro de 2026. Não haverá renovação contratual.

**1.5** Esses itens não se enquadram como bem de luxo em conformidade com o art. 20 da Lei 14.133/2021.

**1.6** A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações – PAC. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 13 de setembro de 2.024 e também no ComprasGov: Linha 004.

**1.7** Quantitativo estimado com distribuição prevista por Unidades Administrativas:

a) Operacionalização do Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC)

Equipamentos e Material Permanente – 7 unidades – 41,18 %.

b) Sustentação Administrativa e Operacional do Poder Legislativo

Equipamentos e Material Permanente – 10 unidades – 58,82%.





1.8 Regime de Execução: O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário, por entrega imediata. Entrega imediata é aquela que deve ocorrer em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.).

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO / DA ASSINATURA DIGITAL.

2.1 Este contrato vincula-se ao EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026 referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2026, e todos os seus anexos independentemente de transcrição.

2.2 **Admissibilidade da Assinatura Digital:** Para a formalização dos contratos relacionados a este edital, é permitida a utilização de assinatura digital, que deve ser realizada em conformidade com a legislação vigente.

2.3 **Responsável pela Assinatura:** A assinatura digital deve ser realizada exclusivamente pela pessoa física que atua como administradora da empresa, ou pelo seu representante legal, sendo vedada a assinatura pela pessoa jurídica.

2.4 **Validade e Conformidade:** A assinatura digital deve atender aos requisitos legais de segurança e autenticidade, garantindo a validade jurídica dos documentos eletrônicos.

2.5 No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.





### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, E INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS.**

3.1 As partes submetem-se às normas da Federal nº 14.133/2021, cujos dispositivos fundamentarão a solução dos casos omissos, em complemento ao PROCESSO LICITATÓRIO nº. XX/2026, PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/2026, EDITAL nº XX/2026 e à Lei Complementar Nº 123/2006.

3.2 O fornecimento e execução deste CONTRATO regula-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente os princípios de teoria geral dos CONTRATOS e as disposições de direito privado.

3.3 A data de vigência deste contrato será a data consignada na última cláusula do presente instrumento, a qual será considerada como a data-base para todos os efeitos do presente contrato. Essa data será válida e eficaz independentemente de o contrato ter sido assinado por meio de assinatura digital ou física, prevalecendo como marco para o início da contagem de prazos, obrigações e demais efeitos decorrentes do presente ajuste.

3.4 A licitante se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.

### **CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO / DATA DA ENTREGA / MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

I. O presente modelo de execução estabelece as condições para o fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, tipo plataforma elevatória inclinada, conforme descrito no objeto, assegurando o atendimento integral às especificações técnicas apresentadas.





- a. O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário. A entrega é imediata. Entrega imediata é aquela que deve ocorrer em até 30 (trinta) dias após o recebimento da autorização de fornecimento (A.F.). Os itens devem ser entregues na sede da Câmara Municipal de Extrema/MG.
- b. Caso o fornecimento não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.
- c. O fornecimento será de natureza material, com entrega de bens permanentes e de consumo durável, novos, originais de fábrica, sem uso anterior, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Todos os itens deverão ser entregues com seus respectivos acessórios, cabos, carregadores, manuais e componentes necessários ao pleno funcionamento, conforme especificações do termo de referência.
- d. Itens entregues com defeito, especificação divergente ou dano deverão ser substituídos integralmente. Não será admitido reparo improvisado para fins de aceitação inicial. A substituição deverá ocorrer dentro do prazo definido pela Administração.
- e. O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- f. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.
- g. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar





da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

h. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.

i. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

j. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

k. Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.

l. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, permanecendo a contratada como única e integral responsável pela execução do fornecimento perante a CONTRATANTE. Fica igualmente vedada a prática de triangulação comercial, assim entendida como a intermediação por terceiros não contratados para faturamento, fornecimento ou entrega dos bens. Todos os itens deverão ser fornecidos diretamente pela contratada, em seu próprio nome e CNPJ, sob pena de rescisão contratual, aplicação **das sanções cabíveis e demais medidas previstas na legislação aplicável.**





## 5 CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO.

5.1 O valor unitário e a quantidade para o fornecimento do presente CONTRATO são os estabelecidos na tabela a seguir:

| ITEM | DESCRIÇÃO  | GARANTIA (MESES) | MARCA E MODELO | VALOR UNIT. | QUANT.   | VALOR GLOBAL |
|------|--|------------------|----------------|-------------|----------|--------------|
| 01   | <b>NOTEBOOK</b><br><b>Especificações Técnicas Mínimas</b><br><b>Processador</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Intel® Core™ 7 150U</li><li>10 núcleos</li><li>Cache de 12 MB</li><li>Frequência máxima de até 5,4 GHz</li></ul> <b>Sistema Operacional</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Windows 11 Pro, 64 bits.</li><li>Versão perpétua.</li><li>Original, licenciado e instalado de fábrica</li><li>Entregue ativado e pronto para uso</li></ul> <b>Pacote Office</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Microsoft Office 2024 Professional, original e licenciado</li><li>Versão perpétua (sem assinatura)</li><li>Fornecido com chave de ativação válida</li><li>Mídia de instalação ou forma oficial de ativação</li></ul> <b>Placa de Vídeo</b> |                  |                |             | 17 peças |              |





|  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"><li>• Intel® Graphics integrada ao processador</li></ul> <b>Tela</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Tamanho: 16"</li><li>• Resolução: FHD+</li><li>• Taxa de atualização: 60 Hz</li><li>• Brilho mínimo: 300 nits</li><li>• Padrão de cores: 45% NTSC</li><li>• Tratamento antirreflexo</li><li>• Câmera FHD + IR integrada</li></ul> <b>Memória RAM</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Capacidade mínima: 16 GB</li><li>• Configuração: 1 x 16 GB</li><li>• Tipo: DDR5</li><li>• Frequência mínima: 5600 MT/s</li></ul> <b>Armazenamento</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• SSD 512 GB</li><li>• Classe 25 ou superior</li></ul> <b>Software de Segurança</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Sem antivírus pré-instalado</li></ul> <b>Teclado e Dispositivos de Entrada</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Teclado padrão Português (Brasil)</li><li>• Tecla Copilot</li><li>• Retroiluminado</li><li>• Leitor de impressão digital integrado</li></ul> <b>Portas de Conectividade</b> |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|





|  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|
|  | <p>O equipamento deverá possuir no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 1 porta global de headset</li><li>• 1 porta HDMI 2.1 (TMDS)</li><li>• 2 portas USB 3.2 Type-A Gen 1 (5 Gbit/s), sendo 1 com PowerShare</li><li>• 1 porta USB 3.2 Type-C Gen 2 (10 Gbit/s) com DisplayPort e Power Delivery</li><li>• 1 porta Thunderbolt™ 4 (40 Gbit/s) com Power Delivery e DisplayPort</li><li>• 1 porta Ethernet RJ45 – 1 GbE</li><li>• 1 leitor de Smart Card (opcional conforme configuração)</li></ul> <p><b>Slots</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 1 slot de segurança tipo cunha (Wedge)</li></ul> <p><b>Dimensões Máximas</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Altura frontal: até 1,89 cm</li><li>• Altura traseira: até 2,08 cm</li><li>• Largura: até 35,8 cm</li><li>• Profundidade: até 25,1 cm</li><li>• Peso máximo inicial: 1,92 kg</li></ul> <p><b>Câmera</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Resolução FHD 1080p a 30 fps</li><li>• Infravermelho (IR)</li></ul> |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|





|  |   |  |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"><li>• Microfones de matriz dupla</li></ul> <b>Áudio</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Alto-falantes estéreo</li><li>• Tecnologia Waves MaxxAudio® Pro ou equivalente</li><li>• Potência total mínima de 4 W</li></ul> <b>Conectividade Wireless</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Intel® Wi-Fi 6E AX211 ou equivalente</li><li>• Configuração 2x2</li><li>• Padrão 802.11ax</li><li>• Bluetooth® 5.3 integrado</li></ul> <b>Bateria</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Bateria de 3 células</li><li>• Capacidade mínima: 45 Wh</li><li>• Compatível com tecnologia ExpressCharge™</li></ul> <b>Fonte de Alimentação</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Carregador de 65 W</li><li>• Conector padrão do fabricante ou equivalente</li><li>• Cor neutra (preto, cinza ou similar)</li></ul> |  |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|--|

5.2 O valor global estimado do presente contrato é de R\$ XXX.XXX,XX (valor por extenso).







## **6 CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO).**

### **Recebimento**

6.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue e realizado nas condições estabelecidas. A pontualidade constitui condição essencial do ajuste: entregas fora do horário fixado não serão toleradas e poderão ser recusadas total ou parcialmente, sem ônus para a CONTRATANTE, facultada a aplicação das penalidades cabíveis. O risco e a logística de transporte são de responsabilidade integral da CONTRATADA.

6.2 No caso de controvérsia sobre a entrega do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

6.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

### **Liquidação**

6.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.4.1 O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente realizado e entregue.

6.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- f) a data da emissão;
- g) os dados do contrato e do órgão contratante;



- h) o período respectivo de execução do contrato;
- i) o valor a pagar; e
- j) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

6.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

#### **Prazo de pagamento**

6.12 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.





6.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

#### **Forma de pagamento**

6.14 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.

6.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.16 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

6.17 Não será admitida a antecipação de pagamento.

### **7 CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME ESPECIAL.**

7.1 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial, caso comprove. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.





## 8 CLÁUSULA OITAVA – DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

8.1 **Vigência:** O contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026. Não haverá renovação contratual. Vigência inicial contada da data de sua assinatura consignada pela última assinatura digital aposta no Contrato, no caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento. A garantia ofertada na proposta não se extingue com esse contrato.

8.2 **Renovação:** O contrato não será renovado.

8.3 **Do reajustamento:** Não se aplica.

## 9 CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;





- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

9.3 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

9.6 Multa:

9.6.1 moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

9.6.2 compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.7 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;



9.8 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

9.9 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

9.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

9.11 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.12 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.13 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.14 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.15 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos





ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.16 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.17 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.18 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA.**

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema. A contratação será atendida pelas seguintes dotações e fichas:

A contratação será atendida pelas seguintes dotações e fichas:

**Dotação: 4.4.90.52.19**

**Ficha: 61**



**Resumo:** EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

**Dotação:** 4.4.90.52.19

**Ficha:** 11

**Resumo:** EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

**Dotação:** 4.4.90.52.19

**Ficha:** 23

**Resumo:** EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

## 11. CLÁUSULA ONZE – DOS REQUISITOS MÍNIMOS

A licitante vencedora da licitação deverá atender integralmente aos requisitos técnicos, operacionais, legais e de qualidade estabelecidos pela Câmara Municipal de Extrema, garantindo o fornecimento de equipamentos novos, originais e compatíveis com as especificações mínimas exigidas, bem como assegurar a adequada execução contratual, observando os padrões de eficiência, segurança, garantia, suporte e conformidade necessários ao atendimento das demandas administrativas e institucionais da Administração Pública:

- a) O objeto deverá consistir na aquisição de 17 (dezessete) notebooks novos, de primeiro uso, sem utilização anterior, em linha de fabricação atual e devidamente acondicionados pelo fabricante.
- b) Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas no Termo de Referência, especialmente quanto ao processador, memória RAM, armazenamento SSD, conectividade, sistema operacional, tela, bateria, dispositivos de segurança e demais características exigidas.
- c) Todos os notebooks deverão ser entregues com sistema operacional Windows 11 Pro, 64 bits, original, licenciado, instalado de fábrica, ativado e pronto para uso.
- d) Os equipamentos deverão acompanhar licença original e perpétua do Microsoft Office 2024 Professional, com chave de ativação válida e forma oficial de





instalação/ativação, vedado o fornecimento de versões de avaliação, educacionais, temporárias ou vinculadas a assinatura.

- e) Os equipamentos deverão possuir garantia mínima do fabricante, com assistência técnica autorizada no território nacional, contemplando suporte e manutenção conforme condições definidas no instrumento convocatório.
- f) Os notebooks deverão ser entregues acompanhados de todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, incluindo carregador/fonte de alimentação original do fabricante.
- g) Os equipamentos deverão possuir compatibilidade com a infraestrutura tecnológica e de rede atualmente utilizada pela Câmara Municipal de Extrema.
- h) Não serão aceitos equipamentos remanufaturados, recondicionados, usados ou fora de linha de fabricação.
- i) A contratada deverá garantir a procedência legal dos equipamentos, licenças e softwares fornecidos, responsabilizando-se pela originalidade e regularidade dos produtos perante o fabricante.
- j) A entrega deverá ocorrer dentro do prazo estipulado pela Administração, em perfeitas condições de funcionamento, acondicionamento e integridade física.
- k) Os equipamentos deverão atender às normas técnicas, padrões de qualidade, segurança e eficiência compatíveis com a utilização no âmbito da Administração Pública.

## **12. CLÁUSULA DOZE – DA MATRIZ DE RISCO / DA GESTÃO DE RISCOS E MEDIDAS CORRETIVAS.**

12.1 A Matriz de Risco é anexa do processo licitatório e vincula-se a esta contratação, independentemente de transcrição.

12.2 As partes contratantes reconhecem os riscos inerentes à execução do presente contrato, comprometendo-se a adotar medidas de prevenção, mitigação e correção, conforme os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e boa gestão contratual.



12.3 Caso a Contratada venha a perder as condições técnicas, operacionais ou financeiras para a adequada execução do objeto contratual, a CONTRATANTE poderá instaurar processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com vistas à rescisão contratual motivada. Nessa hipótese, será convocado o segundo colocado ou adotadas as providências legais cabíveis para a continuidade do serviço ou entrega do bem.

12.4 Na ocorrência de prestação de serviço ou entrega de bens em desconformidade com as especificações contratuais, a CONTRATADA será formalmente notificada para sanar as irregularidades no prazo estipulado. O descumprimento implicará a aplicação de penalidades contratuais, inclusive a possibilidade de rescisão.

12.5 Verificada, a qualquer tempo, a existência de impedimento legal da CONTRATADA para celebrar contrato com a Administração, inclusive por meio de consultas ao CNEP, TCU ou demais cadastros públicos, será realizada sua imediata inabilitação, com a adoção das providências legais subsequentes.

12.6 Em caso de atraso na entrega por parte da CONTRATADA, será exigida a reprogramação contratual e poderá ser aplicada multa prevista neste instrumento. Persistindo a mora, a CONTRATANTE poderá proceder à substituição da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

12.7 Na hipótese de ocorrência de reajuste extraordinário de insumos que comprometa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser pleiteado o reequilíbrio, mediante apresentação de documentação comprobatória e observância das disposições constantes na cláusula específica deste contrato.

12.8 Diante de eventos climáticos extremos que prejudiquem a execução do contrato, a CONTRATADA deverá comprovar a ocorrência, acionar os seguros obrigatórios contratados, caso tenha contratado, e negociar, quando cabível, a revisão dos prazos e condições contratuais.

12.9 Em caso de falência ou insolvência da CONTRATADA, será promovida a execução das garantias contratuais prestadas, podendo a CONTRATANTE rescindir



o contrato e adotar nova licitação ou contratação emergencial, conforme legislação vigente.

12.10 Se identificado erro de projeto que comprometa a execução contratual, caberá à CONTRATANTE promover a revisão técnica e, se necessário, substituir o responsável técnico ou revisar as cláusulas afetadas.

12.11 Ocorrendo greves ou paralisações legais que impactem os prazos contratuais, o cronograma será ajustado, respeitado o limite de tolerância previsto em cláusula própria e garantida a avaliação para eventual reequilíbrio econômico-financeiro.

12.12 No caso de inadimplemento de pagamento por parte da CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá pleitear a suspensão parcial ou total da execução contratual, desde que previamente comunicado e formalmente justificado, sem prejuízo da renegociação dos prazos e condições, conforme disposições legais.

### **13. CLÁUSULA TREZE – PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO.**

13. Na forma estabelecida pelo art. 130 da Lei Federal nº 14.133/21, poderá ocorrer alteração contratual, devidamente justificada e comprovada, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

13. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até quinze dias úteis.



#### **14. CLÁUSULA CATORZE – GARANTIAS OFERECIDAS PARA ASSEGURAR A PLENA EXECUÇÃO DO CONTRATO.**

14.1 Não serão exigidas garantias em espécies para assegurar o pleno fornecimento deste CONTRATO.

14.2 A garantia ofertada pela CONTRATADA em sua proposta permanecerá válida independentemente da vigência deste Contrato, obrigando-se a sanar, sem ônus para o CONTRATANTE, quaisquer vícios, defeitos ou falhas que venham a ocorrer no período de cobertura. Na ausência de garantia expressamente indicada, o prazo mínimo será de doze meses para todos os efeitos, da data de emissão da nota fiscal.

#### **15. CLÁUSULA QUINZE – PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.**

15.1 O prazo mínimo de garantia independente de ser oferecida ou não pelo CONTRATADO será de doze meses contados da data de emissão da nota fiscal.

15.2 Em sendo oferecida garantia superior ao prazo estabelecido esta prevalecerá, e não se extinguirá com a vigência deste CONTRATO.

15.3 Em sendo exigida garantia nos termos da Lei 14.133/2021 esta obedecerá ao disposto no artigo 96 e seguintes do mesmo diploma legal, para todos os seus efeitos.

15.4 O objeto deste CONTRATO será realizado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas a ele pertinentes.

15.5 A assistência técnica será prestada pela CONTRATADA cabendo dar toda a assistência para o melhor encaminhamento da demanda, caso necessária.

15.6 A garantia do produto quando declarada na proposta não se extingue com a vigência deste Contrato.





## **16. CLÁUSULA DEZESSEIS – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO.**

### **16.1 São obrigações do CONTRATANTE:**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o CONTRATO e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- c) Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente CONTRATO;
- f) Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do CONTRATO;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) Concluída a instrução do requerimento por parte do CONTRATADO, a CONTRATANTE terá o prazo de *até quinze dias úteis* para decidir a respeito do requerimento, admitida a prorrogação por igual período.
- j) Notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.





k) A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do CONTRATO, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **16.2 São obrigações do CONTRATADO:**

- a) O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste CONTRATO e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data prevista para a entrega, qualquer fato que impossibilite o cumprimento do prazo estabelecido, apresentando, obrigatoriamente, a devida comprovação documental do motivo alegado;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal/gestor do CONTRATO ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do CONTRATO, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;





- g) Manter durante toda a vigência do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- h) Cumprir, durante todo o período de execução do CONTRATO, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, quando for o caso;
- i) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do CONTRATO;
- j) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança;
- k) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste CONTRATO;
- l) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- m) Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- n) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- o) O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- p) O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem





reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

q) Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.

r) A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do CONTRATO nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

s) A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

II. Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da União;

III. Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;

IV. Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;





V. Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

VI. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

## **17.CLÁUSULA DEZESSETE – DAS CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO E A DATA E A TAXA DE CÂMBIO PARA CONVERSÃO, QUANDO FOR O CASO.**

17.1 Não se aplica.

## **18.CLÁUSULA DEZOITO – DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO, OU PARA A QUALIFICAÇÃO.**

18.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, no Pregão Eletrônico.

## **19.CLÁUSULA DEZENOVE – DA OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ.**

19.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, quando for o caso, em cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.



## 20. CLÁUSULA VINTE – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

20.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

20.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

20.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

20.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

20.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

20.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.

20.7 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

20.8 O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.







20.8.1 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

20.8.2 O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

20.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.

20.8.4 O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

20.9 O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

20.9.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

20.10 O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

20.10.1 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.





20.10.2 O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

20.10.3 O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

20.10.4 O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

20.11 O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

20.12 O fornecimento e a execução do objeto contratual serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato por meio da Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante formal designação administrativa. Admite-se, ainda, a contratação de terceiros pela Administração para prestar apoio técnico e operacional, bem como fornecer subsídios necessários ao adequado desempenho das atividades de gestão e fiscalização contratual.

20.13 A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;



- b) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais e à dívida ativa da União**;
- c) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
- d) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- e) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- f) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

## 21. CLÁUSULA VINTE E UM – DOS CASOS DE EXTINÇÃO.

21.1 O CONTRATO se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

21.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o CONTRATO.

21.2.1. Quando a não conclusão do CONTRATO referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:



a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do CONTRATO e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

21.3 O CONTRATO pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

21.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o CONTRATO.

21.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

21.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

21.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

21.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

21.4.3 Indenizações e multas.

## 22. CLÁUSULA VINTE E DOIS – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

22.1 **Vigência:** A vigência do contrato será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026; contados da data de sua assinatura consignada pela última assinatura digital aposta no Contrato. No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para



todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.

**22.2 Renovação:** Não haverá renovação contratual.

## **23. CLÁUSULA VINTE E TRÊS – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.**

23.1 O fornecimento e a execução do objeto contratual serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato por meio da Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante formal designação administrativa. Admite-se, ainda, a contratação de terceiros pela Administração para prestar apoio técnico e operacional, bem como fornecer subsídios necessários ao adequado desempenho das atividades de gestão e fiscalização contratual.

## **24. CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DO PREPOSTO.**

24.1 Nos termos do artigo 118 da Lei nº 14.133/2021 o preposto do CONTRATADO para representá-lo na execução do CONTRATO aceito pela Administração é o Sr. XXX.

## **25. CLÁUSULA VINTE E CINCO – DAS ALTERAÇÕES.**

25.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

25.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no





caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

25.3 Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **26. CLÁUSULA VINTE E SEIS – DA PUBLICAÇÃO.**

26.1 Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

## **27. CLÁUSULA VINTE E SETE – CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO.**

27.1 Ficam estabelecidos os seguintes critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento:

a. Em caso de atraso do pagamento imputável exclusivamente à CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à correção monetária a partir do primeiro dia posterior ao termo final do prazo para pagamento. Para a correção monetária será usado o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou qualquer outro oficial que vier a substituí-lo.

## **28. CLÁUSULA VINTE E OITO – DO FORO.**

28.1 É eleito o Foro da Comarca de Extrema, Estado de Minas Gerais, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.







Extrema (MG), XX de XX de 2026.

**Signatários**

|  |                                 |
|--|---------------------------------|
|  |                                 |
| XXX<br>Presidente<br>Câmara Municipal de Extrema<br><b>CONTRATANTE</b> | XXX<br>XXX<br><b>CONTRATADA</b> |

**Testemunhas**

01.Nome/Assinatura/CPF

|  |
|--|
|  |
|--|

|  |
|--|
|  |
|--|

02.Nome/Assinatura/CPF

|  |
|--|
|  |
|--|

|  |
|--|
|  |
|--|

